

PANORAMA *do*
PORTUGUÊS ORAL
***de* MAPUTO**

VOLUME I – Objectivos *e* Métodos

ORGANIZAÇÃO *de*
Christopher Stroud e Perpétua Gonçalves

Maputo, 1997 República de Moçambique

Ficha Técnica

Título: Panorama do Português Oral de Maputo
Volume I – Objectivos e Métodos

Organização de Christopher Stroud e Perpétua Gonçalves

Edição: INDE

Capa: Cristina Castro

Composição: Autores, Ângelo Jorge

Arranjo gráfico: Ângelo Jorge

N.º de Registo do INLD: /97

Impressão: Stockholm Institute of Education – Gotab AB, 1997

Tiragem: 750 exemplares

Maputo, 1997 Moçambique

O INDE procura através dos Cadernos de pesquisa disseminar os resultados de investigação em curso e encorajar a troca de ideias entre os seus investigadores e outros profissionais de educação interessados no desenvolvimento da educação em Moçambique.

As opiniões aqui expressas, os resultados, as interpretações bem como as conclusões são do próprio autor e não reflectem necessariamente a posição do INDE nem a do Conselho de Direcção.

Um dos objectivos da série Cadernos de Pesquisa é divulgar tanto quanto possível, e de uma forma rápida, os principais resultados da investigação educacional conduzida sobre Moçambique. A prossecução deste objectivo poderá ser feita em muitos casos sacrificando a qualidade de edição.

Dr. Miguel Buendía
INDE, Director

O projecto Panorama do Português Oral de Maputo é financiado, desde o seu início em 1993, pela Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional (A.S.D.I.).

Este financiamento garante a formação especializada de investigadores do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (I.N.D.E.), a aquisição de equipamento e ainda a publicação de materiais de divulgação dos resultados do projecto.

Desde o início até ao momento presente, fizeram parte da equipa de investigação:

- Albertina Moreno (1994-...)
- Ana Maria Nhampule (1995-96)
- António Tuzine (1993-...)
- Christopher Stroud (1993-...)
- Flávia Martins (1994-96)
- Lica Sebastião (1993-94)
- Perpétua Gonçalves (1993-...)
- Sara Buendía (1994)
- Susana Monteiro (1994-96)

SUMÁRIO

Prefácio.....	xi
<i>Miguel Buendía</i>	
Introdução.....	1
<i>Christopher Stroud e Perpétua Gonçalves</i>	
1. O Corpus: Antecedentes, Quadro Teórico e Aspirações Práticas	11
<i>Christopher Stroud</i>	
1. Antecedentes.....	11
2. Aquisição de língua segunda	13
3. Variação linguística: a construção social da língua	17
3.1 Factores históricos.....	19
3.2 Factores socioculturais	19
3.3 As políticas linguísticas nacionais como factor da variação linguística	20
3.4 O contacto linguístico como um factor da variação	20
3.5 Factores sociais na variação	21
3.6 Idade como factor da variação	22
3.7 Sexo como factor da variação	24
3.8 Profissão e educação como factores da variação	24
3.9 Contexto como factor de variação	25
4. A construção do Português de Moçambique	26
4.1 Factores históricos da variação.....	26
4.2 Factores socioculturais da variação	27
4.3 Política linguística nacional como factor da variação	28
4.4 Contacto de línguas como factor da variação	28
4.5 Factores sociais da variação	29
4.6 Idade como factor da variação	30
4.7 Sexo como factor da variação	32
4.8 Profissão e educação como factores da variação	33
4.9 Contexto como factor da variação	33
4.10 Sumário	34
5. Aprendizagem de línguas em contextos multilingues, pós-coloniais: o Português como uma língua-alvo em Moçambique	35
Sumário	42
Referências bibliográficas.....	42

2. Metodologia de Recolha de Dados.....	47
<i>Perpétua Gonçalves</i>	
1. Apresentação geral	47
1.1 Situação geral do Português em Moçambique.....	47
1.2 Características gerais do Português de Moçambique	49
1.3 O projecto “Panorama do Português Oral de Maputo”	54
2. A recolha	59
2.1 Pressupostos básicos.....	59
2.2 A escolha de uma metodologia de recolha	60
2.3 Preparação da recolha	63
2.4 Procedimentos de recolha.....	64
2.5 Conclusões e Recomendações	69
Referências bibliográficas.....	72
3. O Papel da Rede Social na Variação e Mudança Linguística	75
<i>António Tuzine</i>	
1. Introdução	75
2. Rede social: conceito e antecedentes	76
2.1 Tipo, natureza e estrutura das redes sociais.....	79
2.1.1 Rede aberta e rede fechada	79
2.1.2 Redes de baixa e alta densidade.....	79
2.2 Relações uniplex e multiplex.....	80
3. Questionário do perfil social	81
3.1 Apresentação geral	81
3.2 Pontuações das perguntas do QPS	83
4. As redes sociais na comunidade urbana de Maputo	84
4.1. Aplicações estatísticas	84
4.2. Constituição e análise das redes.....	85
5. Correlações entre a rede social e as variáveis sociais	87
5.2 Correlação rede social e idade.....	89
5.3 Correlação rede social e nível de escolaridade.....	89
5.4 Breve síntese	90
6. Conclusões	91
Referências bibliográficas.....	92
Anexos	94
4. Normas de Transcrição	101
<i>Susana Monteiro e Flávia Martins</i>	
1. Introdução.....	101
2. A problemática do texto oral.....	102

3	Normas de transcrição.....	105
3.1	Os dados orais do PPOM.....	106
3.2	A metodologia de transcrição.....	106
3.3	Problemas na transcrição	107
3.4	Simbologia utilizada.....	107
3.4.1	Marcadores de entoação.....	108
3.4.2	Marcadores de ritmo da produção do discurso.....	109
3.4.3	Separadores discursivos.....	110
3.5	Contextos que motivaram o uso dos símbolos no <i>corpus</i> ...	111
3.5.1	Marcadores de entoação.....	111
3.5.2	Marcadores do ritmo da produção do discurso.....	115
3.5.3	Separadores discursivos.....	120
3.6	A transcrição dos encontros.....	122
4.	Conclusão	122
	Referências bibliográficas.....	123
5.	O OCP e sua Aplicação no Projecto PPOM	125
	<i>Albertina Moreno</i>	
1.	Introdução.....	125
2.	Apresentação do programa OCP.....	126
2.1	O que é o OCP?.....	126
2.2	Formato do texto	127
2.3	Métodos quantitativos computarizados	128
3.	O OCP e o tratamento de dados.....	131
3.1	Codificação do material.....	131
3.2	Levantamento de dados	135
3.2.1	Casos de fácil resolução.....	136
3.2.2	Casos que requerem outras estratégias.....	137
3.2.3	Limitações do programa OCP	141
3.3	Tratamento das variáveis sociais	142
4.	O OCP e o ensino	143
5.	Conclusões	146
	Referências bibliográficas.....	147
Anexos Gerais		149
I	Ficha do Informante.....	149
II	Tópicos das entrevistas	151
III	Amostragem das gravações.....	153

O ensino da língua portuguesa em Moçambique representa ainda um grande desafio para o sistema educativo. Atender e responder a esse desafio constitui uma das linhas de orientação do trabalho de investigação linguística e experimentação didáctico-pedagógica que o INDE desenvolve nesse domínio.

Língua segunda para a maior parte da população moçambicana que dela se serve, a língua portuguesa vai incorporando dizeres, expressões, influências que vão construindo uma certa identidade, esculpida por um espaço sócio-histórico plurilinguístico e multicultural. Esta situação, que supõe recriação, apropriação e enriquecimento dessa língua, é, também, um factor que torna o seu ensino algo complexo, porque nele convergem muitos elementos que precisam de ser tomados em conta pelo linguista educacional e/ou pelo educador com sensibilidade linguística. O nosso linguista-educador deve ser capaz de trabalhar no quadro de uma “ecologia sociolinguística” que integre normas linguísticas nativizadas emergentes, variedades múltiplas de línguas em contacto.

Assumindo esta problemática do uso e do ensino da língua portuguesa nesta “ecologia sociolinguística”, o INDE decidiu levar avante uma investigação sobre as formas de discurso do Português falado em Moçambique. Esta investigação que, em princípio, poderia ser desenvolvida por outras instituições especializadas na área linguística, foi acolhida pelo INDE pelo importante contributo que ela pode trazer para o trabalho e função própria desta instituição: desenvolver estratégias e materiais de ensino-aprendizagem para o sistema educativo, que se adequem ao contexto sociocultural moçambicano. É por isso que, na escolha do enfoque na construção do *corpus*, se pretendeu assegurar que o conjunto de conhecimentos que a pesquisa viesse a gerar fosse relevante para as preocupações e necessidades do sistema educativo.

Olhando para as necessidades, aliás prementes e primárias, do nosso sistema educativo (falta de edifícios escolares, de livros, de professores, etc.) não será um luxo despropositado investir recursos humanos e financeiros na construção de um *corpus* de língua?

Contrariando certas mentalidades e posturas pragmatistas, para as quais os problemas do nosso sistema educativo e de outros sectores da vida nacional se resolveriam servindo-nos do que outros, em outros espaços geográfico-culturais já produziram (para quê inventar a pólvora? - diriam), defendemos a estratégia de desenvolvermos conhecimento e instrumentos de ensino-aprendizagem que assentem na pesquisa e reflexão da nossa realidade sociocultural e histórica.

A produção dos meios didácticos é hoje um dos grandes negócios de multinacionais, que oferecem os seus pacotes educacionais, aparentemente de melhor qualidade e a preços “mais competitivos” e vantajosos - expressão ideológica hoje dominante, que se nos impõe. Defender o contrário é tido como conservadorismo e nacionalismo empobrecedor. Os interesses dos que dominam o mercado, mesmo o da produção intelectual, cada vez mais globalizado e que banaliza fronteiras e identidades culturais, favorece que entre nós (os outros, os produtores de matérias-primas e eternos consumidores) se desenvolva uma atitude utilitarista e, de certa forma, comodista, que acaba por legitimar o facto de continuarmos a ser consumidores da produção dos outros, das instituições do mundo industrializado. Desta forma dificilmente desenvolveremos capacidade e competência interna, base fundamental para realmente resolvermos os nossos próprios problemas de desenvolvimento sócio-económico e cultural a partir de um conhecimento endógeno da nossa realidade e das nossas potencialidades.

No caso da nossa realidade linguística, devemos desenvolver o conhecimento que nos torne verdadeiros sujeitos, produtores de políticas, de estratégias e alternativas que equacionem as soluções para os nossos problemas. O poder de iniciativa para a solução dos problemas deve caber a nós, recusando sermos reduzidos ao papel de meros utilizadores de pacotes concebidos em outros horizontes. A construção endógena de conhecimento permitir-nos-á estar numa

verdadeira posição de diálogo com os outros, intercambiando ideias, experiências, em suma, conhecimento.

Estamos convictos de que o desenvolvimento de um *corpus* de língua, envolvendo a produção, difusão e investimento no conhecimento sobre a aquisição de língua e metodologias apropriadas para o seu ensino, são actividades de importância estratégica não apenas na perspectiva didáctico-pedagógica, mas também e, principalmente, na criação e desenvolvimento de competência e capacidade técnica nacionais que nos tornem cada vez mais produtores autónomos de conhecimento.

É esta a lógica que leva o INDE a empenhar-se na criação e desenvolvimento de capacidade intelectual para reflectir e propor alternativas aos problemas linguísticos da nossa sociedade, que nos desafiam como colectividade multicultural. A construção do *corpus* insere-se nesta estratégia de desenvolvimento e na tentativa de contribuir para uma linguística educacional moçambicana, significativa e relevante.

Miguel Buendía
14/03/97

INTRODUÇÃO

Christopher Stroud e Perpétua Gonçalves

Um *corpus* linguístico é uma base de dados de uma língua autêntica, escrita ou falada, recolhida para um fim específico, e orientada por princípios teóricos da linguística e/ou da sociolinguística.

A constituição de um *corpus* pressupõe necessariamente a existência de uma comunidade de locutores da língua escolhida como alvo. Em Moçambique, a recolha de um *corpus* representativo da comunidade de falantes da língua portuguesa coloca questões não triviais derivadas, por um lado, do facto de esta ser conhecida e falada por uma pequena parte da sua população (cerca de 30%), e por outro lado, por se tratar de uma comunidade recentemente formada, constituída por uma população muito jovem, para a qual o Português é tipicamente uma língua segunda (L2).

Na altura da independência do país (1975), o Português “era parte do repertório linguístico de um grupo minoritário de moçambicanos” (FIRMINO (1995:224)), residindo maioritariamente nos centros urbanos, e, de acordo com dados do Recenseamento Geral da População (1980), 75% dos seus locutores tinham entre 7 e 24 anos, isto é, o “grupo minoritário” de locutores de Português era constituído por uma população que ainda não tinha alcançado a sua maturidade linguística.

A partir da independência, verifica-se uma forte expansão da comunidade de falantes de Português, quer devido ao alargamento dos contextos de uso desta língua, quer devido à explosão escolar que caracteriza o final dos anos 70. Assim, de língua do governo e do ensino formal, o Português é igualmente escolhido como língua de comunicação em situações menos formais (como mercados, restaurantes, etc.), dando indicações claras sobre o seu estatuto de língua de prestígio. Por outro lado, como consequência da abertura de grande número de escolas, a partir de 1976 praticamente duplicou o número de alunos matriculados no 1º Grau do Ensino Primário,

dando assim acesso a esta língua a uma grande parte da população em idade escolar.

De um modo geral, pode afirmar-se que, neste processo de expansão do Português, a parte mais importante da oferta nesta língua se encontra na escola. Contudo, as condições de aprendizagem em contexto escolar estão longe de proporcionar aos aprendentes, para os quais é tipicamente uma L2, uma competência comunicativa satisfatória. Algumas das razões que determinam a fragilidade deste processo são apontadas por LOUZADA 87 que refere, entre outros aspectos, o facto de a escola não tomar em consideração a experiência linguística, numa língua bantu, que a criança teve anteriormente, o reduzido número de horas de exposição à língua, e a fraca competência pedagógico-didáctica dos professores. Dando continuidade a este tipo de análise, HYLSTENSTAM & STROUD 93 sublinham ainda a ausência de materiais de ensino do Português consistentemente concebidos na perspectiva de L2, assim como a falta de preparação dos professores para dinamizar este tipo de ensino. Em suma, a expansão escolar iniciada no final dos anos 70 não teve como contraparte a criação de uma comunidade de locutores de Português qualitativamente significativa. O Sistema Nacional de Educação, introduzido em 1983, ainda que tenha surgido como estratégia destinada a “criar condições para a formação de uma rede escolar mais adequada e eficaz” (MAZULA (1995:171)) não chega a atingir estes objectivos, quer devido às limitações que envolveram a elaboração dos materiais escolares, quer devido aos “condicionalismos histórico-sociais que envolveram a sua implementação [como a guerra e a seca]” (BUENDÍA GOMEZ (1993:276)).

Este é pois o contexto social que caracteriza a formação da comunidade de língua portuguesa em Moçambique. Língua de prestígio em ampla expansão numa comunidade de locutores de L2, com pouco ou nenhum acesso à norma padrão, a partir da independência, o Português entra em processo de “nativização”/ “indigenização” (cfr. FIRMINO 95). Como nota MERIGOUX 83, “a prática social do Português, num regime de independência política, vai possibilitar a emergência de variantes”.

A formação deste novo sistema gramatical é um processo lento e complexo. Uma característica dominante dos primeiros anos de consolidação do Português em Moçambique é a instabilidade dos fenómenos de mudança linguística que anunciam a existência de uma nova variedade desta língua. Um dos factores que desde os primeiros tempos sobressai no comportamento dos seus locutores é a insegurança linguística. Este fenómeno decorre, por um lado, do estatuto de língua de prestígio atribuído ao Português, donde resulta a disponibilidade dos falantes para reorganizar a gramática desta língua numa tentativa de convergência com o que consideram a norma do Português padrão. Por outro lado, esta insegurança linguística decorre igualmente da relação que os falantes mantêm com as suas línguas maternas, em que sobressai o facto de não estar valorizada socialmente a sua competência nestas línguas. Como refere MERIGOUX 83, “daqui resulta um duplo sentimento de insegurança linguística: em relação à língua materna e em relação à língua portuguesa pelo facto de não a dominarem na sua forma (norma) mais valorizada”. Numa investigação realizada em meados dos anos 80, ALBARRAN (1991:87) constata que “a comunidade moçambicana de falantes da língua portuguesa, de instrução igual ou superior à 9.^a classe, vive notório período de insegurança linguística”, mesmo relativamente a fenómenos que, nessa altura, pareciam fazer já parte do repertório linguístico do Português de Moçambique, como é o caso dos verbos de movimento (do tipo *ir em* vs *ir a*).

A maior parte dos investigadores que, sobretudo nos anos 80, se debruça sobre o estudo do Português de Moçambique, embora reconhecendo “a falta de recursos técnicos e humanos disponíveis” (GONÇALVES (1985:246)), chama a atenção para a necessidade de “empreender um programa de investigação para se dimensionar a amplitude das inovações” introduzidas pelos locutores moçambicanos (FIRMINO (1987:23)), e também para evitar “os perigos de um reducionismo subjectivista, decorrente da classificação das irregularidades detectadas como nova variante já consolidada” (ALBARRAN (1991:62)). LOUZADA 86, por exemplo, considera que “seria útil fazer recolhas orais em diferentes regiões, tomando em conta as variáveis urbano/rural, língua materna, nível de

escolaridade” entre outras. Até ao final dos anos 80, porém, é ainda muito recente a formação da comunidade de língua portuguesa, sendo difícil distinguir entre o que são os “erros de aprendizagem” do Português/L2 e os “desvios do meio” (cfr. MEIJER ET AL 82).

A decisão, tomada em 1992, de recolher um *corpus* representativo do Português de Moçambique surge pois numa época em que já se pode falar de uma comunidade linguística desta língua. Ainda que prevaleçam as evidências sobre a insegurança linguística dos seus locutores, e que muitas inovações relativamente à norma padrão apresentem ainda carácter disperso (cfr. GONÇALVES, in volume II, onde se encontram vários exemplos desta não regularidade/não sistematicidade dos fenómenos registados), pode considerar-se que, nos anos 90, é já possível e até desejável empreender o estudo da(s) norma(s) local(is) do Português em desenvolvimento em Moçambique (cfr. HYLSTENSTAM & STROUD 93).

O projecto “Panorama do Português Oral de Maputo” (PPOM) surge neste quadro geral, como primeira fase de acesso a um *corpus* representativo da comunidade moçambicana de locutores de Português, nomeadamente a comunidade urbana da capital onde se concentra o maior número de falantes desta língua. A peça central deste projecto é a construção de um *corpus* do Português oral de Moçambique possível de ser lido (por máquina). Por *possível de ser lido por máquina* deve-se entender, muito simplesmente, que os materiais estão arquivados e codificados num programa de computador, permitindo um acesso fácil, eficiente e sofisticado, assim como a manipulação e análise de grandes quantidades de dados linguísticos.

Os *corpora* têm sido tradicionalmente construídos em torno de amostras (escritas ou orais) de línguas maternas, em sociedades monolíngues mais ou menos ‘estáveis’ do ponto de vista linguístico. Não surpreendentemente, as línguas primeiras são usadas num vasto espectro de funções e domínios. Para construir tais *corpora* monolíngues, podem escolher-se amostras de língua seguindo critérios derivados das taxonomias de estilos de discurso, registos e reportórios existentes na sociedade. Este é o procedimento

habitualmente seguido na construção da maioria dos *corpora* existentes.

O impulso para a recolha do *corpus* de Maputo teve de ser necessariamente diferente. No contexto moçambicano, a finalidade primária de um *corpus* de língua era elucidar a estruturação sociolinguística das variedades do Português, como L1, e sobretudo como L2. Este propósito implicou a selecção de amostras de língua de um grupo significativo de utentes do Português, na base de uma variedade de factores sociais, linguístico-demográficos e culturais que, *a priori*, foram considerados determinantes na variação desta língua. A construção de um *corpus* em conformidade com estas linhas implica uma tomada de posição relativamente a um certo número de questões práticas e teóricas. O presente volume, na série dos “Cadernos de Pesquisa”, é uma descrição de algumas ideias e do trabalho que está dentro da sua construção. Tratando-se do primeiro volume publicado no âmbito deste projecto, considerou-se prioritário proporcionar informação sobre os diferentes tipos de escolhas envolvidas na construção do *corpus*. Assim, conforme o título indica, “Objectivos e Métodos”, ao longo deste volume abordar-se-ão os factores sociais e linguísticos que determinaram a concepção geral do *corpus* (capítulo 1), as decisões sobre a metodologia de recolha da língua oral (capítulo 2) e sobre a escolha da “rede social” como conceito que operacionaliza a relação língua-sociedade (capítulo 3), as normas adoptadas para a transcrição dos dados orais (capítulo 4) e, por fim, o programa seleccionado para o tratamento computarizado do *corpus* (capítulo 5).

O primeiro artigo, de Christopher Stroud, é uma tentativa de apresentar algumas considerações teóricas que estão por detrás da concepção do *corpus*. O artigo tem o seu ponto de partida na questão principal com a qual se confrontam os profissionais de educação especializados em questões de ensino de língua em Moçambique, nomeadamente, como é que o contexto sociocultural linguístico moçambicano influencia os tipos de Português falados na sociedade, assim como a sua aquisição e uso. O autor contextualiza e discute a aquisição da L2, descrevendo os múltiplos factores sociais que contribuem para a formação das variedades indígenas de línguas

metropolitanas, e sugerindo, na base dos estudos já realizados noutros contextos, que a “aquisição de língua é bastante determinada pela heterogeneidade e variação da língua-alvo em interacção com as características sociais do aprendente” (p. 49). O artigo conclui propondo como um *corpus* do Português de Moçambique deveria ser concebido de modo a determinar os laços entre a construção social das variedades em contacto e a aquisição de L2.

O capítulo de Perpétua Gonçalves descreve e fundamenta a metodologia usada na selecção dos informantes e na recolha do *corpus* do Português de Maputo. Após uma introdução geral sobre propriedades da gramática do Português de Moçambique, a autora refere os problemas encontrados pelo grupo na realização desta tarefa empírica, os quais eram, em parte, resultado do facto de, até ao momento presente, a metodologia sociolinguística ter sido desenvolvida, sobretudo, para línguas maternas, em contextos urbanos do Primeiro Mundo. Desta forma, a praticabilidade e eficácia de alguns dos métodos usados noutros estudos não eram imediatamente transferíveis para contextos de L2 do Terceiro Mundo. Entre os problemas que se colocaram na fase inicial do projecto estavam questões como: que variáveis sociais seriam prováveis de correlacionar com a variação no Português de Moçambique, como estabelecer uma amostragem válida da comunidade de informantes tomada como alvo da recolha, e a adequabilidade cultural das técnicas de entrevistas. Gonçalves tenta fazer uma síntese de tais problemas e das soluções escolhidas na situação presente.

Ainda como componente da metodologia de recolha de dados, António Tuzine, no terceiro capítulo, aborda a formação de padrões de “redes sociais” numa comunidade plurilingue, como é o caso da cidade de Maputo. O conceito de “rede social” é usado para descrever parte da variação no uso de língua, permitindo assegurar uma maior sensibilidade às diferenças socioculturais no seio de uma comunidade de língua. O artigo de Tuzine detalha como a aplicação do “Questionário do Perfil Social” operacionalizou a “rede social” para os propósitos do projecto, que dimensões ou índices de “rede social” foram escolhidos, como é que a informação sobre a “rede social” dos informantes foi coligida, e como é que os dados sobre as

relações sociais dos indivíduos foram transformados em valores de rede para fins de análise estatística. Neste artigo, são também estabelecidas algumas correlações entre os valores de rede e outras variáveis sociais, tais como a zona de residência /bairro, a idade e o nível de escolaridade dos informantes.

O capítulo de Susana Monteiro e Flávia Martins descreve o sistema de transcrição usado para converter as fitas-audio em registos escritos. As transcrições são representações interpretativas ortográficas/textuais de itens seleccionados e de categorias de interesse da fonte de discurso. Assim sendo, nenhuma transcrição pode ser, alguma vez, uma imagem exacta e perfeita de tudo quanto foi dito ou feito num evento de discurso oral. De facto, a forma que qualquer transcrição toma depende de aspectos como o interesse do analista da pesquisa, a posição teórica sobre o discurso que tem em mente, para além de alguns outros requisitos teóricos e metodológicos. Uma importante consideração na presente investigação era a de que os materiais deveriam estar disponíveis para variados tipos de aplicação e uso, e acessíveis a diferentes categorias de utentes. Os futuros elaboradores de materiais deveriam ser capazes de “mergulhar” no *corpus* e “pescar” grandes pedaços de factos linguísticos que poderiam usar para fins didácticos. Considerações como esta conduziram à escolha de uma abordagem ‘aberta’ na notação de transcrição, empregando um mínimo de categorias nesta fase inicial. No seu artigo, Monteiro e Martins ilustram, de forma detalhada, a aplicação das normas de transcrição aos dados do *corpus*.

O último capítulo desta colecção, de Albertina Moreno, é uma descrição do *software* usado na codificação e manipulação (computarizadas) de dados de língua oral. O *software* escolhido foi o Oxford Concordance Program’ (OCP) e as razões desta escolha estão relacionadas com o facto de o programa ser robusto, simples de usar, e requerer pouca infraestrutura e perícia técnica para o manter. Trata-se ainda de um programa bastante divulgado e acessível a muitos utentes. O artigo de Moreno, para além de justificar com mais detalhe a escolha do OCP, discute igualmente formas através das quais a equipa do projecto conseguiu alargar o seu âmbito de aplicação. O

seu capítulo ilustra também como o programa funciona numa análise concreta de dados extraídos das gravações no terreno.

Nos Anexos-Gerais, reunidos no final do volume, apresentam-se alguns documentos preparados no âmbito do PPOM (Cfr. I - “Ficha do Informante” e II - “Tópicos das Entrevistas”), assim como extractos do *corpus* (Cfr. III - “Amostragem das Gravações”: Entrevistas e Encontros), tendo em vista proporcionar aos leitores um contacto mais directo com aspectos da metodologia de recolha e com os dados do Português Oral de Maputo.

Disponibilizamos estes artigos no interesse da sustentabilidade do projecto. Em nossa opinião, o trabalho aqui apresentado é descrito com o detalhe suficiente para que investigadores e planificadores da Educação possam operar com os materiais do *corpus*, e com os métodos e instrumentos desenvolvidos no projecto. Em volumes seguintes, a publicar ainda no âmbito do projecto PPOM, apresentar-se-ão alguns resultados da investigação já realizada com base nos dados recolhidos, e tendo como principal objectivo a utilização/aplicação desta informação a nível educacional ¹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBARRAN, M. J. (1991) *Aspectos Sintáctico-Semânticos dos Verbos Locativos no Português Oral de Maputo*. Lisboa, I.C.A.L.P./Angolê-Artes e Letras.

BUENDÍA GOMEZ, M. (1993) *A Educação Moçambicana - A História de um processo: 1962-1984*. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo.

FIRMINO, G. (1987) Alguns Problemas de Normatização do Português em Moçambique. *Limani*, Maputo, 3, pp. 11-25.

¹ No volume II, *A Construção de um Banco de Erros*, serão apresentados diversos estudos sobre os “erros” (relativamente ao Português europeu) cometidos pelos informantes seleccionados, assim como sobre algumas aplicações dos dados recolhidos ao ensino do Português.

— (1995) *Revisiting the "Language Question" in Post-Colonial Africa: the Case of Portuguese and Indigenous Languages in Mozambique*. Tese de Doutoramento, University of California (Berkeley).

GONÇALVES, P. (1985) A situação da língua portuguesa em Moçambique. In *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, vol. I, pp. 243-251.

—; LOUZADA, N.; NGUNGA, A. (1986) O Português de Moçambique: Análise de Erros em Construções de Subordinação. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).

HYLTENSTAM, K.; STROUD, C. (1993) *Final Report and Recommendations from the Evaluation of Teaching Materials For Lower Primary Education in Mozambique*. Stockholm e Maputo, S.T.E. e I.N.D.E.

LOUZADA, N. (1986) Apresentação geral. In GONÇALVES ET AL. 86.

— (1987) Moçambique: o Português como Língua Segunda no Sistema Nacional de Educação. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, 10, pp. 87-96.

MAZULA, B. (1995), *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. S/L, Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.

MEIJER, G.; GONÇALVES, P.; LOUZADA, N. (1982) A Língua Portuguesa em Moçambique: Elementos para uma Análise de Erros. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).

MERIGOUX, E. (1983) Abordagem Sociolinguística do Português Falado em Moçambique. Maputo, I.N.D.E. (não publicado).

1 O CORPUS: ANTECEDENTES, QUADRO TEÓRICO E ASPIRAÇÕES PRÁTICAS

Christopher Stroud

1. ANTECEDENTES

De acordo com o último censo (1980), apenas 1,2% de uma população total de 14 milhões fala Português como língua nativa, (L1), uns meros 23% falam-no como língua segunda (L2), e cerca de 75,6% afirmam não terem absolutamente nenhuma competência nesta língua. Embora a situação se possa ter alterado ligeiramente em anos recentes, o Português em Moçambique é ainda falado pela maioria como uma L2 num ambiente sociolinguístico caracterizado por um extenso multilinguismo e contacto linguístico. Muysken (1984) salientou como “a aprendizagem da L2 modelada sobre a produção de discurso de falantes da L2 pode ser a norma em todo o mundo”. Apesar disto, muito pouca pesquisa teórica e de linguística aplicada se tem feito na aquisição de L2 em línguas metropolitanas, isto é, ‘línguas ex-coloniais’, neste tipo de contexto. Esta falha embaraçosa de muitas das pesquisas em Aquisição de Língua Segunda (ALS) foi igualmente apontada por Sridhar & Sridhar (1992:103):

Por um lado, as teorias de ALS, ou generalizaram demasiado os conceitos teóricos adquiridos em contextos monolingues da língua-alvo, dando uma imagem distorcida das VVIs (isto é, das variedades vernaculares do Inglês (minha nota)) ou os ignoraram completamente. Assim a teoria de ALS tem sido contraintuitiva e limitada no poder explanatório em relação a um segmento bastante substancial da população de aprendentes de L2. Os estudos das VVIs, por outro lado, permaneceram descritivos e ateóricos, em vez de serem baseados em pesquisa empírica rigorosa e sistemática. Por isso, a sua distinção dos protótipos assumidos nas teorias de ALS não foi demonstrada convincentemente.

Uma implicação da falta de atenção prestada à sociolinguística das línguas metropolitanas e à forma como elas são aprendidas é a dificuldade do trabalho de reforma na educação linguística. Kachru (1968:102) (citado em Philipsson, 1992:13), por exemplo, fornece um sumário sucinto do tipo de problemas que se levantam quando se ignora a especificidade do Inglês em países africanos anglófonos.

O papel do Inglês no contexto sociolinguístico de cada país do Terceiro Mundo utente do Inglês não é correctamente compreendido, ou, é simplesmente ignorado. A consequência desta atitude é que os países do Terceiro Mundo estão, lentamente, a aperceber-se que, dada a presente atitude dos especialistas de EILS (Ensino do Inglês como Língua Segunda (minha nota)), é difícil esperar de tais especialistas qualquer compreensão teórica e liderança profissional neste campo que seria contextual e pragmaticamente útil aos países do Terceiro Mundo.

E Fox (1975:86) (citado em Philipsson, op. cit. 1992:12) no contexto de um estudo de projectos educacionais linguísticos da Fundação FORD afirma:

Se um único tema emerge deste estudo, é o de os modelos ocidentais que serviram de base para o apoio ao desenvolvimento da educação pré-universitária não serem de facto adequados ... O que faltava era conhecimento detalhado, por parte das agências de ajuda americanas e britânicas, de como os sistemas educativos funcionavam nos países onde elas tentavam prestar a sua assistência e da *língua* que rodeava esses sistemas (meus *itálicos*).

O projecto Panorama do Português Oral de Maputo (PPOM) ocupa-se das formas através das quais o ensino do Português pode ser reconceptualizado, e da disponibilização dos fundamentos necessários para a revisão de políticas educativas, novos materiais e métodos, e um *input* inovativo nos programas de formação de professores. Para este fim, a ênfase do projecto é colocada na produção de descrições de como o Português, como L1 e L2, é falado

em Moçambique, na exploração da forma como as especificidades sociais e culturais da situação de contacto moçambicana contribuem para a formação de variedades emergentes e formas locais de discurso, em particular variedades da L2, e na disponibilização de um catálogo de estruturas aquisitivas ‘interlinguísticas’.

Neste capítulo, o PPOM é contextualizado na conjuntura da teoria de aquisição de L2 e discutido tendo como fundo algumas ideias sobre a construção social de línguas metropolitanas. A secção 2 apresenta um breve panorama de alguns conceitos e teorias básicas no campo da aquisição da L2. A secção 3 é uma descrição da variação sociolinguística e considera alguns factores que condicionam e contribuem para a variação na forma como as línguas são faladas. A secção 4 é uma discussão de alguns factores sociais que estão implicados na maneira especificamente moçambicana de falar Português. Na secção 5, discute-se a aquisição da língua em contextos multilingues, e apresentam-se algumas reflexões sobre a aquisição do Português usando conceitos da teoria de ALS introduzida na secção 2. O capítulo conclui com um panorama-sumário das implicações do quadro teórico para a construção do corpus do PPOM.

2. AQUISIÇÃO DE LÍNGUA SEGUNDA

O que acarreta a aprendizagem de uma L2? De acordo com uma teoria geral de ALS, uma característica fundamental da aquisição de L2 é que ela é um desenvolvimento progressivo, em passos sucessivos, ou uma aproximação a uma norma da língua-alvo. Em muitos casos, estas tentativas, chamadas *estruturas de desenvolvimento*, isto é, as estruturas linguísticas que não existem na língua-alvo, mas que, de forma transparente, reflectem a natureza da habilidade dos aprendentes num período de tempo específico, são abandonadas. Na terminologia de ALS, os estágios, na aquisição da língua, produzidos por um aprendente, são conhecidos como *interlínguas*, sistemas ‘interinos’ de regras e estruturas que ainda não são idênticos à língua-

alvo tal como é falada pelos nativos. Uma interlíngua é, para todos os efeitos, a versão ou modelo da língua-alvo que um aprendente tem à sua disposição em certa altura do seu processo aquisitivo.

Todas as interlínguas do aprendente partilham algumas características comuns da definição. Como são por natureza instáveis e transitórias são variáveis e flutuantes do ponto de vista linguístico.

Outra característica importante da interlíngua do aprendente é que muitas estruturas podem ser descritas em termos de *etapas* de desenvolvimento. A aprendizagem de uma língua não é uma questão de tudo ou nada. É um processo que leva o seu tempo e pode-se acompanhar a progressão da aquisição de uma dada estrutura através de uma série de passos. Para algumas estruturas, estes têm evidenciado grandes similaridades entre falantes e línguas, e são também mais ou menos semelhantes para aprendentes de L2, adultos ou crianças.

Um conceito central de ALS que diz respeito às interlínguas é a *fossilização*. Este termo refere-se à cessação da aprendizagem, resultando num sistema de interlíngua mais estável, porém incompleto ou não-nativo. A aquisição incompleta é normalmente mais saliente entre aprendentes adultos, mas mesmo os aprendentes crianças, que alcançam um nível final de quase-nativos ou semelhante ao nativo, mostram evidências de fossilização. Numa tentativa de explicar porque é que os aprendentes fossilizam, apresentam-se hipóteses cobrindo fenómenos tão variados como causas neurológicas, cognitivas, ou de atitude. Alguns pesquisadores destacaram o valor da instrução numa língua para ajudar a concentrar a atenção dos aprendentes em aspectos da língua fossilizada dos quais eles, de outro modo, não teriam verdadeira consciência. Contudo, é incerto se a fossilização é ou não uma condição crónica de aprendizagem mal sucedida da língua-alvo.

As interlínguas são vistas como o resultado de várias estratégias de aquisição que os aprendentes usam. Uma dessas estratégias é a *simplificação* das estruturas e elementos da língua-alvo, onde os aprendentes produzem estruturas reduzidas com padrões fonológicos simples, morfologia reduzida e ordem de palavras não marcada. É típico que as interlínguas simplificadas contenham

também um pequeno número de verbos e substantivos básicos usados em sentidos alargados. Existe ainda uma preferência por construções analíticas e perifrásticas. A simplificação pode ocorrer a todos os níveis de aquisição, embora seja mais frequente e generalizada nos estágios iniciais.

A *sobregeneralização* das estruturas da língua-alvo é uma noção geralmente aplicada ao uso pelo aprendente de uma estrutura, regra ou item correctos da língua-alvo, num leque mais vasto de contextos linguísticos do que é possível nessa língua. Por outras palavras, o aprendente não adquiriu ainda as condições-limite numa estrutura-alvo correcta que cinge o seu uso aos contextos específicos.

Uma terceira característica proeminente das interlínguas é a *transferência*. Transferência é a extrapolação de estruturas, itens e regras da língua materna ou outra língua para a língua-alvo. Isto resulta, com frequência, em formas da língua-alvo não gramaticais ou incorrectas, chamadas *interferências*. Pensa-se que a transferência ocorre em todos os níveis de aquisição, mas que é constrangida por relações tipológicas e pela existência de valores marcados na língua-alvo e na língua materna: quanto mais semelhantes as línguas forem do ponto de vista tipológico, maior é a probabilidade de os falantes transferirem elementos entre elas. Para além do mais, estruturas *não marcadas* ou simples serão mais susceptíveis de serem transferidas do que itens linguísticos específicos e *marcados*, complexos.

A aquisição da língua não é apenas influenciada por processos e estratégias psicolinguísticos dos 'indivíduos', mas é também determinada pelo tipo de contexto em que a aprendizagem tem lugar. Os contextos em que os aprendentes se deparam com uma L2 constroem o nível de proficiência que eles serão capazes de alcançar nessa língua. Isto acontece porque contextos diferentes oferecem tipos distintos de *input* de língua ou *modelos de língua* para o aprendente reproduzir, assim como fornecem condições diferentes para usar a língua, isto é, diferentes oportunidades para *output* linguístico.

A teoria da ALS isolou alguns importantes factores contextuais que determinam a aquisição. Os aprendentes necessitam, claramente, de serem suficientemente expostos à língua por forma a

construam uma representação mental de como ela devia ser falada. Para além disso, o *input* que um aprendiz recebe deve ser *input compreensível* para que possa ocorrer uma aquisição bem sucedida da língua. Isto significa que, relacionando quaisquer itens novos e desconhecidos da estrutura e léxico que possam ocorrer numa elocução, com o significado ou a essência geral da mensagem, o aprendiz pode prever a função ou significado do item desconhecido. Os aprendizes precisam, por conseguinte, de ser capazes de participar em interacções linguísticas em torno da negociação com sentido de mensagens a um nível de complexidade linguística ligeiramente acima das suas próprias competências.

A teoria de aquisição de L2 sublinhou igualmente a importância do *output* por forma a que os falantes se tornem proficientes numa língua. O uso da língua num leque de contextos coloca aos aprendizes exigências comunicativas da vida real. Isto não só motiva o aprendiz a produzir e consolidar a língua que ele adquiriu, mas também fornece um contexto para aprender novos elementos da língua-alvo através da interacção e negociação. Informação valiosa sobre o estilo e a adequabilidade de itens lexicais e estruturais é também mais facilmente disponibilizada ao aprendiz que participa em muitos discursos diferentes numa língua. Os aprendizes são igualmente expostos a uma retroalimentação comunicativa de ordem 'correctiva' dos interlocutores. Para além disso, quaisquer mal-entendidos que ocorram na conversação forçam os interlocutores a 'reflectir' metalinguisticamente sobre o seu próprio discurso. Finalmente, a possibilidade de consolidação da língua já aprendida através da prática frequente e repetição é um importante factor determinante da fluência numa língua.

Por várias razões, a maior parte da pesquisa ALS tem sido desenvolvida em contextos do Primeiro Mundo, mais especificamente nos E.U.A., Canadá, Austrália e na Europa ocidental e setentrional. Estes contextos diferem social, cultural e sociolinguisticamente de dos contextos do Terceiro Mundo. Embora seja bastante provável que muitas das generalizações teóricas e das descobertas empíricas da teoria de ALS possam, não obstante, ser

relevantes para contextos africanos, isto não pode ser tomado como garantido¹. Concordamos com Sridhar & Sridhar quando eles argumentam em relação a VVI que:

O que é necessário é uma reavaliação da aplicabilidade das teorias de ALS a circunstâncias particulares nas quais as VVI são adquiridas, em vez de, simplesmente, se legitimizar os aprendentes das VVIs como adquiridores 'normais' de L2 de acordo com os modelos actualmente em voga. (1992:93)

Uma das questões mais imperativas para o PPOM é alcançar uma compreensão do que a aquisição de línguas metropolitanas envolve no contexto sociolinguístico multilingue de Moçambique. A sociolinguística das línguas ex-coloniais, em contextos multilingues, tem consequências para a forma como os aprendentes tratam de as adquirir, uma vez que a aprendizagem de uma L2 pode ser vista como um processo de “tornar-se membro de uma comunidade de discurso, regida, à semelhança de outras formas de comportamento verbal, por normas que obtêm nessa comunidade particular” (Muysken, 1984:101). A questão será então: como caracterizar a situação sociolinguística de tais línguas? Na secção seguinte, analisaremos alguns factores que determinam as formas variadas em que as línguas são faladas.

3. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA LÍNGUA

A língua é um fenómeno social por excelência, um meio de acção social compreendendo uma das mais importantes formas, através da qual os indivíduos e grupos constroem identidades pessoais, negociam relações sociais, articulam categorias sociais, e

¹ Para uma revisão de problemas de aquisição de L2, ver *Gonçalves 1994 a*, e *Hyltenstam & Stroud*, em preparação.

contestam ou adquirem relações de poder. Cada comunidade de discurso é heterogênea, compreendendo formas distintas de falar ou usar a língua. Os diferentes estilos de discurso, tal como os distintos estilos de vestir, funcionam simbolicamente para articular identidades e posicionar os falantes socialmente; os falantes aspiram a usar formas de linguagem significantes empregues por outras pessoas com as quais eles possam querer identificar-se, e as elocuções vêm codificar a posição social, os valores e ambições do falante. A língua está, por isso, profundamente envolvida na vida social dos seus falantes e as formas da fala reflectem isto. Quando os indivíduos usam a língua eles fazem-no com a *intenção* de se comunicarem, referirem-se ao mundo real, reclamarem, etc. Eles não consideram que, de algum modo, estejam a '*construir a língua*' ou a contribuir expressamente para a sua continuidade ao longo do tempo ou através do espaço. Os falantes querem apenas resolver os seus assuntos com as elocuções. Contudo, a consequência não intencional da fala é precisamente a criação da língua, da sua continuidade e mudança através do tempo (Stubbs, 1995); no trabalho linguístico que os falantes executam, quando interagem, acomodam-se e articulam linguisticamente como membros dos 'grupos sociais' aos quais eles pertencem (ou desejam pertencer) (veja-se Le Page e Tabouret-Keller, 1985), impõem-se regras, seguem-se convenções, e os participantes neste processo demonstram publicamente acordo e compreensão entre si. Neste processo, as convenções da fala são "decompostas nos seus factores", e as línguas são constituídas.

Que factores sociais determinam as variedades ou formas da língua que compreendem hoje o espaço linguístico conhecido como o Português de Moçambique? Em seguida, detalhar-se-ão brevemente alguns dos factores sociais que contribuem para a variação na língua. Estes são factores relacionados com o contexto histórico e político da língua, com as posições ideológicas, passadas e presentes, em relação a esse contexto, factores da situação sociocultural local, factores relacionados com o contexto do multilinguismo e contacto linguístico em que uma língua pode estar integrada, as características sociais dos seus falantes, incluindo idade e sexo, que circunscrevem o repertório

dos papéis sociais disponíveis aos professores, e factores relacionados com as políticas nacionais de língua.

3.1. Factores históricos

A língua está “sujeita às forças e conflitos da história social que a produz” (Crowley, 1989:4).

3.2. Factores socioculturais

A variação na língua engendrada pelos factores socioculturais “reflecte as experiências culturais distintivas e as convenções da comunidade” (Sridhar & Sridhar, 1992:97). Um falante pode assinalar a sua filiação num grupo étnico ou cultural através da forma como ele pronuncia a língua, como se cunham novos items do vocabulário para designar referentes socioculturais específicos, ou através da forma como ele emprega as palavras existentes em sentidos desconhecidos a falantes com um *background* sociocultural diferente. Os factores socioculturais podem também estar por detrás de certos tipos de variação nos padrões sintácticos, e contribuir para a forma como o discurso é organizado e como os falantes gerem a interacção conversacional. Segundo Sridhar & Sridhar (1994), a variação linguística determinada sociolinguisticamente - como as inovações e os novos contextos lexicais - e a forma através da qual os actos da fala são realizados, são as características mais distintivas e típicas das línguas metropolitanas indígenas.

3.3. As políticas linguísticas nacionais como factor da variação linguística

Existe um sentido importante pelo qual a política linguística de uma comunidade de discurso define os parâmetros para a quantidade de variação na forma e expressão linguísticas consideradas permissíveis ou aceitáveis. A escolha da norma ou padrão oficial, em especial, tem impacto na direcção que a variação irá tomar.

3.4. O contacto linguístico como um factor da variação

A distribuição social das línguas, ou multilinguismo, contribui também para a variabilidade nas maneiras de falar uma língua. De um ponto de vista linguístico, o contacto linguístico pode produzir *mudança de código, transferência, calques ou empréstimos*.

Uma *mudança de código* ocorre quando falantes fluentes numa ou mais línguas mudam duma para a outra no mesmo trecho de discurso. A mudança de código nas línguas pode ocorrer dentro de uma proposição ou frase, ou entre elocuições, e pode envolver itens lexicais simples ou elementos maiores como sintagmas e frases. A mudança de código é uma estratégia de discurso que serve muitas funções comunicativas distintas; é um acto de fala ‘intencional’ e proficiente. É importante notar que a mudança de código é uma justaposição de duas ou mais línguas - cada elocução com mudança de código deve ser construída de acordo com a gramática da língua corrente do(s) elemento(s) trocado(s). Isto distingue a mudança de código da transferência.

A *transferência*, por outro lado, ocorre quando os elementos e estruturas pertencentes a uma língua aparecem no discurso de uma outra língua. A transferência pode envolver todos os níveis linguísticos, desde a estrutura sonora de uma língua aos seus padrões de discurso. Quando os elementos transferidos resultam numa elocução errada ou não gramatical na língua recipiente, isto é conhecido como transferência negativa ou interferência. A transferência é muitas vezes a consequência não intencional de um

falante que não domina convenientemente a língua recipiente, e é facilmente reconhecida como uso de elementos de uma língua em contextos gramaticais de outra língua.

Os *calques* ou *empréstimos* compreendem elementos que foram incorporados ou adoptados numa língua recipiente e estabelecidos como elementos pertencentes a essa língua. Entre os tipos mais comuns de empréstimos estão as palavras e sintagmas referentes a fenómenos que são novos para a cultura da língua recipiente, e para os quais, portanto, não havia previamente palavras.

3.5. Factores sociais na variação

Muitos estudos sociolinguísticos urbanos conduzidos em contextos industrializados conseguiram descrever uma significativa variação linguística por meio do conceito de *classe social*.

Classe social é um conceito que diz respeito à forma como as sociedades estão estratificadas na base de diferenças entre indivíduos a nível da educação, ocupação, tipo de habitação e estatuto económico. A classe social a que uma pessoa pertence é um forte predictor das suas relações e papéis sociais; o número de anos que estivemos na escola, o que fazemos para viver, onde vivemos e o nosso poder de aquisição delimita as afiliações sociais que temos oportunidade de estabelecer, como podemos ocupar o nosso tempo, assim como determinar fenómenos subsidiários tais como as atitudes que mantemos e a forma como nos vestimos.

O conceito classe social é muitas vezes operacionalizado através de um índice, que é uma classificação composta, calculada na base do local de residência de um falante, profissão/ocupação, educação e rendimento.

Uma alternativa, ou, mais correctamente, um conceito social complementar que promete abarcar dimensões importantes da variação na língua é o de *rede social*. Uma rede social é basicamente o conjunto dos contactos interpessoais de uma pessoa - um grupo de pessoas com quem um indivíduo interage regularmente. Um indicador de rede social fornece, por exemplo, informação sobre a

frequência das interacções, se todos ou só alguns dos membros da rede se associam mutuamente, e o reportório dos papéis que os membros ligados em rede têm entre si. As redes sociais têm sido usadas em alguns trabalhos recentes de sociolinguística (Gal, 1979; Milroy & Milroy, 1985; Bortoni-Ricardo, 1985; Salami, 1991), onde se mostrou que a estrutura e o conteúdo das redes exercem uma influência em muitos aspectos do comportamento dos indivíduos, incluindo o comportamento linguístico. As redes sociais podem ser compreendidas teoricamente como emergindo dos *modos de vida* dos membros da comunidade (Hjörup, 1983), isto é, os hábitos e convenções da existência quotidiana das pessoas. Estes, por sua vez, são determinados pelos processos sociais e económicos de larga escala que a categoria analítica de classe social foi originalmente chamada a identificar.

3.6. Idade como factor da variação

Outro factor determinante da variação e diferença na língua é a idade. Do ponto de vista sociolinguístico, a perspectiva mais pertinente sobre a idade é a categoria social e cultural que condiciona os papéis sociais que os indivíduos podem desempenhar.

No Ocidente, pelo menos nas sociedades industrializadas, o *continuum* etário é geralmente conceptualizado como compreendendo quatro fases distintas: infância, adolescência, idade adulta e velhice. Estas quatro fases da vida estão associadas com estilos de vida, qualitativamente bastante diferentes; os estilos de vida de cada grupo estão relacionados com os papéis sociais que os indivíduos podem desempenhar, o que por sua vez determina, em larga medida, o tipo de interacções linguísticas em que eles tomarão parte. As diferentes funções das línguas requerem estilos e reportórios de língua distintos, com diferenças concomitantes nos recursos lexicais e estruturais.

De acordo com a teoria geral, podem-se distinguir três fases etárias formativas na aquisição e desenvolvimento de sociolectos (Chambers, 1996). Na primeira fase formativa, a *infância*, desenvolvem-se, inicialmente, as normas do vernacular, sob a

influência de modelos linguísticos fornecidos pelos pais das crianças. Contudo, este estado de coisas é de curta duração. Por volta dos cinco anos, a criança modela progressivamente a sua linguagem na base das formas de fala prevalentes no círculo imediato de companheiros. Por outras palavras, “o primeiro estágio na aquisição de um sociolecto - e, na verdade, na aquisição de uma língua - ocorre num meio social claramente dividido entre duas gerações, pais e companheiros, num arranjo, normalmente amigável” (Chambers, 1996:169). Nesta fase, as crianças são capazes de adquirir a língua até ao nível de “fluência dum falante nativo”.

Na *adolescência*, há uma poderosa orientação para o grupo de companheiros e um afastamento igualmente sério das normas e valores dos pais e da família. Os adolescentes participam em contextos regionais e sociais mais amplos que as crianças mais novas, e estão, por isso, expostos a diferentes variedades da língua, alternativas e não-locais. Estas variantes, em conjunto com o vocabulário de estilo de vida específico do grupo, são incorporadas no discurso do adolescente, e usadas simbolicamente para construir e manter uma separação social e linguística da geração dos pais. Por outras palavras, esta fase da vida é um “ponto fulcral da inovação e mudança linguística”.

Na *idade adulta jovem*, os indivíduos consolidam uma orientação à vida familiar. O tempo gasto em associação com o grupo de companheiros torna-se menos frequente e o leque de actividades partilhadas com o grupo de companheiros mais reduzido. Alternativamente, os jovens adultos dão prioridade ao desenvolvimento e alargamento de relações centradas no lugar de trabalho. De acordo com Chambers, testemunhamos um “cerceamento linguístico” neste segmento etário, onde o padrão prevalente é a padronização a uma norma linguística, assim como o uso de um leque mais amplo de variantes linguísticas em geral.

A *meia-idade* e a *velhice* são basicamente um período de estabilidade e consolidação dos padrões de discurso estabelecidos na idade adulta jovem.²

A variação entre gerações é, com frequência, sinal de mudança linguística em progresso vista através da lente do ‘tempo aparente’. Contudo, algumas diferenças linguísticas em faixas etárias distintas podem ser também devidas à *graduação etária*, isto é, diferenças “no uso de variantes que voltam a surgir numa idade particular em gerações sucessivas” (Chambers, 1996:188)

3.7. Sexo como factor da variação

Para além da classe social e idade, outra categoria ou variável, que se tem consistentemente constatado como produtora de variação sistemática na língua, é o *sexo*. Em muitos estudos realizados em sociedades industrializadas ocidentais, as mulheres produzem mais variantes padrão de uma língua assim como variantes não-locais, e exibem um reportório mais vasto de papéis linguísticos. Pode-se encontrar uma explicação para estes factos nos diferentes papéis socioculturais desempenhados por cada sexo, onde as mulheres tendem a participar em redes geográfica e ocupacionalmente mais extensas e a serem, geralmente, mais móveis. Isto expõe a mulher a um leque mais amplo e variado de língua.

3.8. Profissão e educação como factores da variação

Existe uma quantidade razoável de variação linguística entre jovens adultos que não pode ser explicada por factores sociais tais como classe, idade ou sexo, mas que pode ser gerida com referência à orientação do indivíduo ao local de trabalho. Autores como Sankoff e

² Poder-se-ia acrescentar um quarto estágio formativo, nomeadamente meia-idade tardia ou velhice. Há evidências de que as mudanças da vida associadas com a reforma etc, têm também um impacto sobre o ‘desenvolvimento’ do sociolecto.

Leberge (1978) usaram o conceito de mercado linguístico (tomado de Bourdieu e Boltanski, 1975) para mostrar que as pessoas cuja posição ocupacional na sociedade ou no mercado de trabalho requer maior atenção, produzem mais variantes padrão ou de prestígio, e que este facto vai contra a classe social (veja-se Chambers, 1996).

3.9. Contexto como factor de variação

A classe social, a rede social, a idade e o sexo circunscrevem a forma como a variação linguística entre falantes pode estar estruturada. Contudo, a língua não varia apenas em resposta às características sociais dos actores ou das condições históricas, políticas, sociais e ideológicas do seu uso. Um aspecto significativo da variação linguística, que esclarece a variação entre os falantes, ou a variação na forma como um indivíduo usa a língua, é o que está relacionado com o *contexto do evento do discurso*, especialmente o seu grau de formalidade ou não-formalidade.

Muitos factores contribuem para a forma como os participantes num evento de discurso percebem ou negociam o contexto em relação a este. Um factor é a distância social entre os interlocutores (amigos ou conhecidos pela primeira vez, companheiros ou com diferenças de idade, etc).

Outros factores podem compreender o formalismo ou seriedade do tópico da conversa, ou o contexto (institucional ou privado) em que a interacção se realiza.

O discurso formal é o resultado de falantes que dão uma atenção particular à sua linguagem e controlam cuidadosamente a produção do seu discurso. De modo característico, o discurso formal compreenderá elocuições mais longas e completas, uma emissão fonológica mais distinta, com menos reduções de palavras e morfemas e um uso mais elaborado do léxico. Quando há menos motivos para controlar a fala, os indivíduos produzem um discurso que é mais relaxado ou casual, emitido rapidamente com menos reflexão posterior e contendo elipses e contracções, e assimilações fonológicas abundantes.

4. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

O Português de Moçambique é, como qualquer língua, um 'espaço complexo de variedades' num contínuo processo de fluxo, adaptação e mudança causados por muitos factores sociais em interacção, já tratados na secção anterior. Aqui, vamos esboçar a contribuição hipotética geral que cada factor pode ter para uma forma especificamente moçambicana de falar Português. Contudo, falta ainda o conhecimento detalhado sobre o actual papel formativo que estes factores têm para as variedades emergentes do Português.

4.1. Factores históricos da variação

Duma perspectiva histórica, as condições de formação subjacentes às variedades actuais do Português de Moçambique encontram-se, em parte, nas suas raízes coloniais, onde serviram para criar e manter a hegemonia duma elite colonial, e, parcialmente, no papel desempenhado na altura da independência como língua da resistência e 'ferramenta' da unidade nacional e étnica.

Antes da independência, políticas linguísticas rígidas regulamentavam a relação entre o Português e as línguas africanas. Estas políticas desempenhavam um importante papel como parte de uma legislação colonial que ajudou a construir espaços sociais e culturais separados para negros e brancos. O conhecimento do Português tornou-se um bem de consumo valioso, uma vez que o seu domínio significava que um moçambicano negro podia aspirar aos direitos de um *assimilado*. A função discriminatória do Português mudou com a independência, quando houve uma quebra significativa na política linguística colonial, e subsequentemente no estatuto social atribuído à língua portuguesa. O advento da independência requereu o desenvolvimento e difusão de outra postura ideológica em relação ao Português, como língua de resistência e unidade. Actualmente, as atitudes linguísticas em

relação ao Português e às línguas bantu são complexas e multifacetadas, compreendendo valores herdados da era colonial ao mesmo tempo que reflectem a dinâmica social do Moçambique de hoje. O Português ainda serve funções importantes no contexto nacional intra-grupo.

A influência mais importante sobre o desenvolvimento do Português desde a independência encontra-se nas áreas urbanas. A base demográfica urbana alterou-se radicalmente na altura da independência quando grande número de moçambicanos negros se transferiu para a cidade. Quase que da noite para o dia, o Português tornou-se parte de uma ecologia multilingue urbana. A partir de então, a cidade continuou a experimentar um enorme crescimento, parcialmente devido ao fluxo de refugiados provocado pela guerra, predominantemente das áreas rurais do país, e parcialmente devido a um substancial movimento urbano de desempregados em busca de trabalho. Um novo desenvolvimento interessante com o advento da paz é o regresso em larga escala de populações às áreas rurais, onde surge um novo ambiente de contacto para a aquisição de Português entre a população rural.

4.2. Factores socioculturais da variação

As condições socioculturais em que o Português de Moçambique está inserido são também factores na formação da amplitude de variedades que se podem distinguir. No Português de Moçambique, são numerosos os exemplos de linguagem socioculturalmente específica. Algumas das manifestações mais salientes deste factor são os itens lexicais comuns que se referem a aspectos da cultura moçambicana, tais como *chapa-cem*, *machimbombo*, etc. Um exemplo da influência sociocultural nos padrões de discurso é o uso intensivo da *repetição* da sua própria elocução ou a de outro falante para finalizar ou assinalar a mudança de tópico. O Português de Moçambique diferencia-se também do Português europeu na forma como certas rotinas interactivas ou conversacionais são executadas, tal como se verifica relativamente à distribuição das formas *tu* e *você*.

4.3. Política linguística nacional como factor da variação

A política linguística oficial moçambicana reconhece o Português como a única língua oficial, onde a variedade de Português, que é designada variedade oficial, é a norma do Português europeu. A norma europeia integra uma arena para discurso prescritivista, onde as ideologias do purismo são propostas e também contestadas. Isto significa que esta variedade do Português constrange o desenvolvimento e propagação de alternativas a variantes padronizadas que podem surgir desta situação de contacto. A escolha de uma norma linguística que é externa à nação na qual a língua é falada significa que as instituições oficiais como a escola e outras arenas tais como o mercado de trabalho, acabam por exercer controlo sobre quem terá acesso à língua. Uma consequência deste facto é a criação de certo número de mercados linguísticos, mais ou menos integrados num 'mercado' linguístico oficial no qual os falantes podem aproximar-se da norma (europeia), e a existência simultânea e paralela de alguns mercados linguísticos não oficiais. Nestes últimos mercados, outros factores tais como o contexto social local (veja-se em seguida sobre redes sociais) influenciam a forma que a língua toma. Os indivíduos desenvolverão também atitudes e orientações complexas em relação a estes mercados integrados.

4.4. Contacto de línguas como factor da variação

Em Moçambique, são faladas, potencialmente, entre 15 a 20 línguas bantu (as estimativas variam), assim como um punhado de línguas de origem asiática. Nas áreas urbanas onde é falado, o Português ocorre em situações diferentes de contacto linguístico diário com estas línguas. Em áreas urbanas centrais, é o meio de comunicação quotidiano mais frequente. Por outro lado, nas áreas suburbanas etnicamente mistas, o Português pode funcionar somente como uma *língua franca* entre falantes com diversas línguas nativas. Finalmente, em distritos onde a maior parte dos membros da comunidade partilham uma ou mais línguas bantu mutuamente

inteligíveis, o Português será confinado a um leque limitado de funções e contextos de L2. Estes ambientes diferentes significam que tanto a quantidade como a qualidade do Português variará bastante dependendo do lugar onde é falado.

4.5. Factores sociais da variação

A noção de classe social é notoriamente difícil de se aplicar à sociedade moçambicana já que os factores geralmente incluídos num indicador de classe social não são de fácil utilização entre a população moçambicana. Em Maputo, por exemplo, pouco sentido faz usar a área residencial como dimensão de classe social para a população em geral, uma vez que a maioria das casas pertencem ao Estado e as rendas são muito baixas. Da mesma maneira, o nível de educação é igualmente de pouco uso como variável neste contexto, porque a grande maioria dos falantes de Português em Moçambique tem um baixo índice de escolaridade. Nem o rendimento nem a ocupação estão claramente relacionados entre si, nem mesmo qualquer destas variáveis se relacionam com o nível de educação. O único grupo que pode ser extraído na base da classe social é a minoria da elite urbana que compreende uma pequena fracção da população.

Um conceito social mais útil para as condições moçambicanas é o de *rede social*. Muitos habitantes de Maputo movem-se entre dois espaços vitais diferentes, com consequências para as suas redes sociais. Por um lado, as pessoas vivem e participam em redes tradicionais, familiares e de vizinhança. Por outro lado, muitos indivíduos participam numa economia de mercado, integrados em redes sociais que não estão relacionadas com a família ou o bairro.

4.6. Idade como factor da variação

A idade como factor subjacente à variação linguística promete ser uma variável frutuosa para se estudar o Português de Moçambique. Contudo, os papéis sociais e as experiências associadas com a idade estão sujeitas à variabilidade cultural, e isto pode produzir, na língua, efeitos distintos dos que se encontram em sociedades industrializadas ocidentais.

Na maioria dos casos, por exemplo, as crianças moçambicanas crescem num ambiente multilingue com uma língua africana em casa, e tendo uma língua africana e o Português, frequentemente com um código misturado, como a língua da comunidade imediata e do grupo de companheiros. Em Maputo, contudo, os casamentos inter-étnicos tornaram-se mais comuns desde os meados dos anos 80 e isto quer dizer que os pais, muitas vezes, não têm uma língua mutuamente inteligível em comum. Nestes casos, a língua da família será, frequentemente, uma versão de L2 do Português. As versões do Português faladas nos grupos de amigos das crianças diferem das de casa. De facto, é muito provável que estejamos a assistir à transformação de uma L2 numa língua primeira em contextos de socialização de companheiro-companheiro. O estudo deste fenómeno noutros lugares, que têm algumas similitudes com a criouliização, mostrou resultar em algumas interessantes variantes de discurso ³.

O sentido social da *adolescência* está também sujeito à variação cultural. Por exemplo, embora as redes moçambicanas dos adolescentes em comparação com as redes da infância mostrem significativamente mais contactos com uma base regional e social mais alargada, elas tendem, mesmo assim, a serem mais fortes, mais permanentes e baseadas na vizinhança do que em contextos do Primeiro Mundo. Para além disso, embora as redes de adolescentes em Moçambique marquem uma quebra significativa com a infância, é menos óbvio até que medida elas também servem para assinalar a

³ Veja-se por exemplo, o estudo de Mesthrie sobre o Inglês falado por indianos da África do Sul (Mesthrie, 1994) ou o estudo de Romaine sobre o Tok Pisin criouliizado (Romaine, 1992).

uma divisão nítida relativamente à geração dos pais, uma vez que a orientação à família e uma partilha de responsabilidade é uma característica muito saliente da vida social em Moçambique. Linguisticamente, isto significa que as características e os processos linguísticos associados com a adolescência em Moçambique podem ser menos dramáticos e inovadores do que é geralmente imputado aos adolescentes ocidentais. Dito isto, a objecção necessária é, naturalmente, a de que a qualidade das redes de adolescentes divergirá grandemente, dependendo, por exemplo, do facto de serem ou não rurais /suburbanas ou urbanas ⁴, das oportunidades que os membros têm de emprego, se os membros migraram ou não há muito tempo para o local actual de residência, etc. ⁵

Em relação à *idade adulta jovem*, mais uma vez, não é claro até que medida este período envolve processos sociais similares em Moçambique tal como em contextos do Primeiro Mundo. A nossa impressão, que teria de ser substantiada, é a de que os jovens adultos continuam a manter um contacto relativamente intenso com os companheiros enquanto consolidam simultaneamente a vida familiar. No mínimo, este é um período extremamente dependente do sexo dos falantes, onde as mulheres tendem a ter uma maior responsabilidade pela família e os homens gozam de bastante independência. Contudo, de igual modo, para a adolescência, os estilos de vida na idade adulta jovem estão também sujeitos à variação dependendo de um conjunto de factores tais como educação, padrão de local de residência urbano-rural, etc.

A *meia-idade* e a *velhice* em Moçambique, tal como em contextos do Primeiro Mundo, envolvem também, provavelmente, uma consolidação de normas de língua adquiridas em fases anteriores da vida. Contudo, devido à nova situação político-linguística, após a independência, a *meia-idade* e a *velhice* envolvem

⁴ Veja-se, por exemplo, o artigo de António Tuzine neste volume contendo a observação de que as redes sociais dos adolescentes moçambicanos divergem realmente entre áreas urbanas e suburbanas.

⁵ Por exemplo, em Nairobi, no Quénia, e em Lusaka (Zâmbia), existe um desenvolvimento significativo de ‘calão’. Tal não é ainda o caso em Moçambique.

também uma quantidade significativa de aprendizagem de L2 entre os que, previamente, pouco ou nenhum acesso haviam tido ao Português. Por várias razões ⁶, os aprendentes mais velhos abordam a tarefa de aprendizagem da língua de maneira diferente da dos aprendentes jovens, e isto tem implicações para o tipo de Português que eles irão adquirir e para o grau de ‘nativismo’ que eles irão atingir na proficiência da língua. Uma situação comum da aprendizagem para o grupo dos mais velhos é o que Mesthrie (1995:252) chama de “ciclo de reforço fechado”, em que os pais/avós aprendem uma L2 dos netos.

As diferenças de idade em relação ao Português são melhor conceptualizadas, em larga medida, como originando um *continuum de proficiência*, em que os falantes mais velhos do mesmo sexo serão, em geral, menos proficientes em Português que os mais novos, na maioria das classes sociais.

4.7. Sexo como factor da variação

Mais uma vez, trata-se de uma questão aberta, i.e., se o significado social atribuído às diferenças de sexo têm ramificações linguísticas similares, em Moçambique, às que se têm verificado em contextos do Primeiro Mundo. Tradicionalmente, as mulheres em Moçambique têm tido menos acesso que os homens às línguas de prestígio, devido a diferenças nas oportunidades educacionais e também devido ao facto de que, normalmente, possuem ocupações tradicionais. Embora as mulheres moçambicanas hoje tenham maiores oportunidades de adquirirem o Português do que antes da independência, os seus deveres familiares, combinados com a estrutura do mercado de trabalho a que têm normalmente acesso, constrengem ainda fortemente o tipo de linguagem que elas encontram. É curioso que, embora as mulheres e os homens tenham exactamente

⁶ Estas razões podem ser neurológicas, isto é, mudanças no substracto do cérebro dedicadas à aprendizagem da língua ou ao seu processamento; cognitivas, isto é, uma preferência por diferentes tipos de estilo de aprendizagem; sociais, isto é, factores motivacionais, etc.

a mesma variedade e tipo de redes sociais, os indivíduos do sexo masculino falam um Português mais padrão do que as mulheres, e estas falam melhor as línguas bantu locais que os homens. Uma explicação para isto é que as redes recebem o seu sexo de acordo com a língua; as ocupações que as mulheres têm são mais orientadas para o uso de línguas bantu locais contrariamente aos homens ⁷.

Uma vez mais, esta dimensão está sujeita a variação dependendo de um conjunto de circunstâncias sociais e económicas.

4.8. Profissão e educação como factores da variação

Por causa da base estreita que o Português tem na sociedade moçambicana, as instituições e arenas oficiais públicas, onde o Português é usado numa variedade de funções diárias, tornaram-se determinantes de relevo na formação de variantes do Português. Já notámos acima como algumas diferenças na proficiência da língua portuguesa estão relacionadas com o sexo, o que por sua vez está correlacionado com a profissão/ocupação. A educação é também um forum importante para a aquisição do Português. Isto significa que uma grande parte da variação encontrada estará relacionada com registos e estilos ensinados academicamente e seus concomitantes léxico, discurso e sintaxe.

4.9. Contexto como factor da variação

Uma das questões mais interessantes referentes ao Português de Moçambique diz respeito à variedade estilística que rodeia os falantes. Em primeiro lugar, o Português em Moçambique é uma L2 para a maioria da população, o que, naturalmente, coloca constrangimentos de proficiência sobre até que ponto o falante de L2 ou não nativo consegue adaptar a sua linguagem aos diversos

⁷ Estou grato a António Tuzine por me chamar a atenção para este dado.

contextos. Em segundo lugar, como L2 ou língua não nativa, com usos predominantemente oficiais, os falantes raramente se deparam com o Português, assumindo outros usos que não sejam os oficiais.

4.10. Sumário

Até agora apresentámos um conjunto de dimensões sociais que podem contribuir para a variação do Português de Moçambique - factores da situação sociocultural e histórica, factores relacionados com a política linguística nacional, o contexto de multilinguismo e de contacto linguístico, no qual a língua está embutida, e as características sociais dos seus falantes. Demos igualmente bastante realce ao facto de muitos dos factores subjacentes à variação, e que contribuem para a constituição social deste espaço de variação, poderem ser culturalmente variáveis, e, por conseguinte, poderem ter, no contexto moçambicano, resultados linguísticos diferentes dos obtidos em contextos ocidentais muitas vezes tomados como ponto de referência.

Um dos principais propósitos do PPOM é precisamente explorar a forma como o Português é adquirido como L2 ou não nativa no contexto especificamente moçambicano. Estamos agora em posição de propor algumas implicações da sociolinguística moçambicana para a aquisição da L2, mais especificamente, tentaremos aplicar os conceitos introduzidos na secção 2 na aquisição do Português de Moçambique e interrogarmo-nos: que tipo de processos de aprendizagem se podem esperar? E que tipo de produtos podemos obter?

5. APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS EM CONTEXTOS MULTILINGUES, PÓS-COLONIAIS: O PORTUGUÊS COMO UMA LÍNGUA-ALVO EM MOÇAMBIQUE

Face à compreensão geral de ALS, que se pode dizer da tarefa confrontada pelo aprendente moçambicano do Português? Um factor importante que contribui imenso para a variação no Português de Moçambique é que a maioria dos seus falantes são aprendentes de L2. Cada um dos factores acima mencionados interage com esta última dimensão de forma intrincada. Um facto curioso é que o aprendente de L2 está a contribuir para a variação na língua-alvo que ele está a adquirir. O facto de o Português, como língua-alvo em Moçambique, ser diferente de muitas outras línguas-alvo que foram estudadas, pode ter implicações para a facilidade com que os conceitos da teoria de ALS se podem aplicar à realidade moçambicana. Em alguns casos, a realidade social do aprendente da língua pode sugerir a necessidade de revisão ou modificação dos conceitos teóricos; noutros casos, ela pode conduzir a um repensar das suas implicações.

Dado o *status* sociolinguístico do Português, por nós traçado na secção anterior, que implicações isto acarreta para o aprendente de L2?

A situação histórica que rodeia a introdução do Português em Moçambique, e a sua subsequente importância para a política colonial portuguesa, é de interesse para a aquisição da língua na medida em que ela dá origem a atitudes em relação a diferentes variedades da parte do aprendente, e gera motivações e preferências para adquirir certas variedades específicas de Português. Firmino (no prelo) revê alguns resultados de um pequeno estudo de atitudes que mostra que os moçambicanos associam características negativas de afectação e distância com falantes que tentam falar com uma pronúncia do Português europeu, e que eles expressam uma preferência por fonologias mais locais do Português.

A *política linguística nacional* influencia a aquisição do Português como L2 de várias maneiras. Contudo, duas implicações são bastante óbvias. Em primeiro lugar, uma política linguística

nacional constrange os domínios e situações em que as variedades 'legítimas' e 'ratificadas' do Português podem ser adquiridas, e determina, mais geralmente, que variedades estão de algum modo disponíveis para serem marcadas para aquisição. Em segundo lugar, uma política linguística veicula também a concepção do que a aprendizagem de uma língua acarreta, e do seu valor de mercado. No contexto moçambicano, existe a ideia geral entre os pais e educadores de que as crianças só podem aprender Português correctamente através da escolarização formal, e de que o valor do Português é, essencialmente, o de um item de troca no mercado oficial de trabalho.

O *papel sociocultural* que uma língua desempenha na sociedade e as concepções e discursos sobre a aprendizagem e uso de uma língua, que lhe estão associados, determinam não só que elementos culturalmente específicos um aprendente vai usar, mas também influenciam como o aprendente realiza a sua aprendizagem, as estratégias sociais que ele emprega e os perfis de aquisição ou tipos de competências que daí resultam.

A situação massiva de contacto linguístico e multilinguismo, dentro da qual os aprendentes de Português se deparam tem consequências diversas para a aprendizagem de L2. Primeiro que tudo, o facto de que a comunidade de discurso é composta primariamente de falantes de L2 de vários níveis de proficiência significa que não há um único padrão estável que a maioria da comunidade de discurso irá dominar. Muito embora os modelos de língua que se ensinam às crianças na escola possam ter como objectivo a norma do Português europeu, este modelo não estará provavelmente representado na sua comunidade, isto é, há pouca infraestrutura significativa fora do contexto escolar sob forma de elites educadas ou falantes da língua nativa, de peso, que poderiam apoiar a aquisição e uso da norma ensinada nas escolas. Os professores, eles próprios falantes não-nativos do Português na grande maioria dos casos, podem fornecer modelos linguísticos inconsistentes em relação à norma que eles dizem ensinar mas que não dominam. Por outras palavras, a maior parte do *input* da língua a que os aprendentes terão acesso são variedades não-nativas estruturadas de forma complexa. A noção de *língua-alvo* na teoria de

ALS pouco tem a dizer sobre esta situação, baseada que está numa concepção da língua-alvo como uma variedade padrão, falada por uma maioria de falantes nativos numa comunidade de discurso monolíngue (veja-se Long (1993:206)) para posterior discussão deste ponto).

Ho M-L. & Platt (1993) chamou a atenção para como as condições de aprendizagem dos aprendentes, que interagem diariamente com uma comunidade de falantes de L2, têm algumas implicações bastante específicas para o tipo de linguagem que é adquirido. Referindo-se à situação de Singapura, ele afirma:

Os aprendentes de Inglês estão continuamente expostos ao ISg (Inglês singapuriano, (minha nota)). Simultaneamente, podem praticar usando o ISg com outros falantes de ISg. Esta exposição e uso constantes do ISg conduziu a uma variante petrificada / que está disponível ao uso informal

Ho M-L. & Platt introduz a ideia da importância do *output* no reforço e consolidação das *normas não-nativas* da língua. A fossilização ou petrificação, na terminologia de Ho M-L. & Platt, será o resultado natural da adaptação do discurso às redes sociais não-nativas de que o falante/aprendente faz parte. É interessante notar que Ho M-L. & Platt parece também estar a sugerir que a fossilização não é uma questão de tudo ou nada, nem algo a ser erradicado incondicionalmente do discurso do aprendente. Ele nota que estruturas fossilizadas estão disponíveis como 'lectos' informais que podem ser também usados ocasionalmente por falantes que dominam quantitativamente estruturas não-fossilizadas. Esta é uma concepção de fossilização menos comum que, além do mais, insere o conceito num contexto social ⁸.

⁸ Uma afirmação semelhante é feita por Larry Selinker sobre o Inglês indiano; "competências inteiras não só podem estar fossilizadas em aprendentes individuais em desempenho na sua própria situação interlinguística, mas também em grupos inteiros de indivíduos, resultando na emergência de um novo dialecto (Inglês indiano), onde as competências fossilizadas podem constituir a situação normal" (1974:38).

Um outro facto, que também conduz a uma mudança na forma a como a noção de língua-alvo deveria ser vista, é que, porque o Português é usado numa situação multilingue caracterizada por uma divisão funcional entre línguas, isto significa que é usado num conjunto menos complexo de funções e contextos. Muitos membros da comunidade simplesmente não farão uso da língua para o mesmo leque de funções e reportórios em Português que um falante monolingue que não tem qualquer acesso a códigos alternativos. Em relação ao *input* que um aprendente recebe, o leque de funções e estruturas será desviado e restrito. O mesmo se passará em relação ao *output*. Este facto tem igualmente implicações para a noção de língua-alvo tratada na teoria de ALS, onde uma norma monolingue é considerada como o ponto final da aquisição. No caso moçambicano, o papel da variedade-alvo deve ser visto em relação às outras línguas nos repertórios multilingues dos aprendentes, e as funções que outras línguas servem aos indivíduos. No mínimo, ao estudar-se a aquisição de uma L2, a avaliação do progresso dos aprendentes deveria ser feita tendo em mente os usos que serão dados à língua.

Chamámos anteriormente a atenção para o facto que as situações multilingues do tipo moçambicano produzem uma rica flora de efeitos de contacto nas línguas metropolitanas. Os itens lexicais são transferidos de uma língua para outra, adaptando-se, no processo, a um novo sistema fonético e gramatical, e a novos padrões de orações ou frases, assim como as rotinas pragmáticas e de discurso podem ser ‘decalcadas’ através das fronteiras linguísticas. Como consequência disto, existem muitas estruturas estáveis, recorrentes e frequentes, itens lexicais e processos pragmáticos no Português de Moçambique que podem ser relacionados de forma transparente com as línguas bantu dos seus falantes⁹. E, como Sridhar & Sridhar (1992) mencionam, alguns autores referem-se a variedades ‘indigenizadas’ das línguas metropolitanas como “variedades de interferência” (Quirk, 1985). Assim, um outro conceito da teoria de ALS, que podia beneficiar decerto o repensar na aquisição de variedades de língua

⁹ Ver os trabalhos de Gonçalves (1990, 1992) e Dias (1990) para exemplos de ‘transferência’.

em processo de nativização é a *transferência*. A transferência é, naturalmente, de se esperar, dado o facto de que as línguas num contexto multilingue, tal como o moçambicano, sobrepõem-se e completam-se mutuamente, e são usadas em interacção com outros falantes multilingues que são proficientes nas mesmas línguas. Contudo, nas palavras de Sridhar & Sridhar, “muito longe de impedir a inteligibilidade, a transferência age como o lubrificante que faz as rodas das comunidades bilingues rodar suavemente” (op. cit.; 101), servindo como “simplificação efectiva, modos de aculturação, (...) e como marcadores de filiação na comunidade de falantes de uma dada variedade indigenizada” (ibid.). Por outras palavras, a ausência de fenómenos de transferência no contexto do Português de Moçambique impediria a comunicação idiomática e a partilha de pressuposições culturais. Este é um estado de coisas interessante, bastante contraditório com a forma como a transferência, em contextos de ALS, é usualmente tratada, e onde é percebida como um obstáculo à comunicação e compreensão.

Factores tais como as *características sociais, idade e sexo* do aprendente são bastante susceptíveis de interagir de formas intrincadas na aquisição do Português. É bastante provável que a variação entre os aprendentes em relação a estes aspectos dê origem a um espaço de variedade do Português que pode ser caracterizado na forma de um *continuum lectal* (ou de proficiência), numa maneira remanescente dum continuum pós-crioulo, tal como se encontra na Jamaica e na Guiana. Isto significa que é possível distinguir uma variedade do Português, o chamado *basilecto*, que compreende características muito similares ao crioulo¹⁰, tais como estruturas verbais em série, marcação de variável do pretérito imperfeito, etc. É igualmente possível distinguir um *mesolecto* e um *acrolecto*, onde o

¹⁰ O termo crioulo refere-se a uma variedade (desenvolvida) de contacto de uma língua, muitas vezes desenvolvida de uma língua *pidgin* rudimentar pela primeira geração de crianças falantes (dessa língua).

acrolecto é a variedade mais próxima da norma (alvo).¹¹

Diferentes tipos de processos e produtos de aquisição correlacionam-se com distintas condições e contextos sociais. Por exemplo, para o ISg, a transferência encontra-se distribuída principalmente entre falantes de variedades basilectais, em situações informais e entre falantes com baixos níveis de educação. Isto é também, muito provavelmente, o caso do Português de Moçambique. Contudo, nem toda a variação é devida à transferência. Outras estratégias de L2 tais como simplificação, hipercorreção, analogias e misturas de código contribuem também para a variação em diferentes variáveis. Fasold (1992) destacou que algumas das características que se encontram em *lectos não-padrão* no discurso de adultos e que compreendem a variabilidade ocorrem também no discurso de crianças que adquirem a língua *padrão*. Chambers (1995) sugeriu a ideia de ‘primitivos vernaculares’, características linguísticas que se encontram em muitos tipos diferentes de vernáculos, crioulos e linguagem infantil. Os processos primitivos são de algum modo processos linguísticos naturais inatos. Ao adquirirem as línguas padrão, que não permitem ou incluem tais processos, eles precisam de ser suprimidos. Isto é feito em oposição a outras características que devem ser aprendidas. Um exemplo de um processo primitivo é o *ensurdecimento da oclusiva final*, que os aprendentes ingleses de Alemão/L2 adquirem muito rapidamente e que aprendentes alemães

¹¹ Esta situação é altamente similar à do ISg (veja-se Ho & Platt, 1993). O ISg é uma variedade indigenizada ou nativizada do Inglês que preenche um grande leque de funções para os seus falantes. De facto, o ISg é realmente um leque de variedades ou ‘lectos’ que podem ser dispostos num continuum. Embora seja tentador ver o Português de Moçambique e o ISg como um continuum pós-crioulo na base de índices linguísticos, as condições sociais da sua génese são diferentes das comumente encontradas em contextos pós-crioulos. Além dos falantes que podem ser dispostos num ‘continuum lectal’, a cena singapuriana contém também falantes do ‘Inglês como inter-língua’ que é um continuum fluído de formas de discurso usadas pelos membros da comunidade que foram educados noutras línguas tais como o Malaio, o Chinês e o Tamil. Ho M-L. & Platt não é claro em relação às características estruturais deste continuum inter-língua, mas uma boa hipótese pode ser que a sua característica primária é uma grande variabilidade inter e intra-individual.

de Inglês/L2 têm dificuldade em eliminar. Chambers explica esta assimetria na facilidade de aquisição da regra-alvo para cada língua, afirmando que o *ensurdecimento da oclusiva final* da expressão é um processo primitivo, de que os falantes ingleses já têm uma competência (inata). Isto significa que eles devem reverter este processo, enquanto que os falantes alemães do Inglês devem aprender a suprimi-lo. Eckman (1984) deu uma explicação alternativa deste fenómeno em termos de (im)precisão tipológica.

Como vimos, *profissão e educação* são importantes para a aquisição de Português. De novo, esta situação é semelhante à encontrada no ISg, que é também um conjunto de variedades baseadas em L2 aprendidas através da escolarização formal. Ho M-L. & Platt usa o termo *crioulóide* para se referir a tal situação, por ela definida como:

Uma variedade de discurso, que se desenvolveu através do sistema educacional como uma variedade de discurso não-nativa ou de prestígio introduzida é ensinada a falantes de outra variedade de discurso (ou outras variedades de discurso) numa situação em que a variedade introduzida chega a ser usada em situações quotidianas, a ser adquirida por algumas crianças antes de começarem a escola e a tornar-se virtualmente variedade 'nativa' de discurso para alguns ou todos os falantes. (Ho M-L. & Platt, 1978:55)

De acordo com Ho M-L. & Platt, *falantes basilectais* são os membros da comunidade com pouca ou nenhuma instrução, que trabalham em ambientes de não falantes do Inglês; *falantes acrolectais*, por outro lado, têm um alto nível educacional e mantêm posições de alto estatuto social.

Outro factor que também co-varia com as competências lectais é a *idade*; a geração mais velha, que não tem educação formal, adquiriu com os colonos uma forma simplificada, 'pidginizada' de Inglês para comunicação nos tempos pré-independência.

Em relação à influência do *contexto* sobre as variedades de L2, Ho M-L. & Platt observou, como uma característica de uso da língua própria do ISg, que as variedades lectais são usadas para variação

estilística, ao contrário do Inglês britânico, americano ou australiano que têm um 'leque estilístico plenamente desenvolvido dentro de cada leque sociolectal'. É provável que um desenvolvimento similar possa igualmente estar em curso no Português de Moçambique, pelo menos para falantes em relação aos segmentos de proficiência basilectal ou mesolectal inferior.

SUMÁRIO

A partir da breve descrição de alguns conceitos, apresentada no presente texto, começamos a ver como é que contextos socioculturais específicos podem contribuir para os processos e resultados de aquisição de L2; a aquisição de língua é bastante determinada pela heterogeneidade e variação da língua-alvo em interação com as características sociais do aprendente. A prevalência de estratégias diferentes, e a importância dos factores contextuais enquadrativos para aquisição da língua são relativos à posição social do aprendente/falante e às possibilidades oferecidas pela estrutura da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andersen, R. (ed.) 1984. *Second Language. A Cross-Linguistic Perspective*. Rowley, MA: Newbury House.

Bortoni-Ricardo, S. M. 1985. *The urbanization of rural Dialect Speakers. A Sociolinguistic Study in Brazil*. Cambridge: CUP.

Bourdieu, P. & Boltanski, L. 1975. Le fétichisme de la Langue. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 4: 2-232.

Chambers, J. K. 1996. *Sociolinguistic Theory. Linguistic Variation and its Social Significance*. Oxford: Blackwell.

- Crowley, T. 1989. *The Politics of Discourse: The Standard Language Question in British Cultural Debates*. London: Macmillan.
- Dias, H. 1990. *Análise de Erros da Preposição com produzidos por alunos Moçambicanos*. Tese de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras.
- Eckman, F. 1984. Universals, typologies and interlanguage. In Rutherford (ed.)
- Fasold, R. 1992. Linguistic and grammatics. In M. Pütz (ed.)
- Firmino, G. (no prelo). *Revisiting the "Language Question" in Post-Colonial Africa: The Case of Portuguese and Indigenous Languages in Mozambique*.
- Fox, M. 1975. *Language and Development: A Retrospective Survey of Ford Foundation Language Projects, 1952-1974*. New York: Ford Foundation.
- Gal, S. 1979. *Language Shift: Social Determinants of Linguistic Change in Bilingual Austria*. New York: Academic Press.
- Gonçalves, P. 1996. *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Letras/Livraria Universitária.
- Gonçalves, P. 1994. Uma hipótese sobre estratégias de aprendizagem do léxico do Português / L2 em Moçambique, in Gonçalves, P. (1996).
- Gonçalves, P. 1992. Papel da Interferência semântica na mudança linguística, in *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*, Lisboa, Edições Colibri.
- Gonçalves, P. 1990. *A construção de uma gramática de Português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- Höjrup, T. 1983. The concept of Ofe-modo. A former specifying mode of analysis applied to contemporary western Europe. *Etnologica Scandinavica*, 1-50.
- Ho M-L. & Platt, J. 1993. *Dynamics of a Contact Continuum. Singaporean English*. Oxford: Oxford University Press.
- Hyltenstam, K. & Stroud, C. (no prelo). The Concept of a Second Language in an African Context: Implications for SLA Research and Theory. In C. Stroud & M. Luís (no prelo).

Hyltenstam, K. & Viberg, A. (eds.) 1993. *Progression and regression in Language. Sociocultural, Neuropsychological and Linguistic Perspectives*. Cambridge: CUP.

Kachru, B. 1986. The Power and Politics of English. *World Englishes* 5/ 3: 121-40.

Kachru, B. (ed.) 1992. *The Other Tongue: English Across Cultures*. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press.

Le Page, R. & Tabouret-Keller, A. 1985. *Acts of identity. Creole-Based Approaches to Language and Ethnicity*. Cambridge: CUP.

Long, M. 1993. Second Language Acquisition as a Function of Age: Research Findings and Methodological Issues. In K. Hyltenstam & A. Viberg, (eds.).

Mesthrie, R. 1994. *English in Language Shift. The History, Structure and Sociolinguistics of South African Indian English*. Cambridge: CUP.

Mesthrie, R. 1995. Language Change, Survival, Decline: Indian Languages in South Africa. In R. Mesthrie, (eds.).

Mesthrie, R. (ed.) 1995. *Language and Social History. Studies in South African Sociolinguistics*. Cape Town and Johannesburg: David Philip.

Milroy, L. & Milroy, J. 1987. *Language and Social Networks*. Oxford: Blackwell.

Muysken, P. 1984. The Spanish that Quechua Speakers learn: L2 as norm-Governed Behavior. In Andersen, R. (ed.).

Phillipson, R. 1992. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Platt, J. 1978. The concept of a "Creoloid". Exemplification: Basilectal Singaporean English. *Papers in Pidgin and Creole Studies*. Series A, 54:53-65. Canberra: ANU Press.

Pütz, M. (ed.) 1992. *Thirty Years of Linguistic Evolution*. Amsterdam: Benjamins.

Quirk, R. 1985. The English Language in a Global Context. In R. Quirk & H. G. Widdowson, (eds.).

Quirk, R. & Widdowson, H.G. (eds.) 1985. *English in the World: Teaching and Learning the Language and Literatures*. Cambridge: CPU.

- Richards, J. 1974 (ed.) *Error Analysis: Perspectives on second Language Acquisition*. London: Longman.
- Romaine, S. 1992. *Language, Education and Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Rutherford, W. 1984. *Language Universals and Second Language Acquisition*. Amsterdam: Benjamins.
- Salami, L.O. 1991 Diffusion and Focusing. Phonological Variation and Social Network in the Ile-Ife, Nigeria. *Language in society* 21, 217-247.
- Sankoff, D. (ed.) 1978. *Linguistic Variation: Models and methods*. New York: Academic Press.
- Sankoff, D. Laberge, S. 1978. *The Linguistic Market and the Statistical Explanation of Variability*. In Sankoff D. (ed.)
- Selinker, L. 1974, Interlanguage. In J. Richards (ed.)
- Sridhar, K. & Sridhar, S. 1992. Bridging the Paradigm Gap. Second Language Acquisition Theory and Indigenized Varieties of English. In Kachru, B. (ed.).
- Stubbs, M. 1995. *Text and Corpus Analysis. Computer-Assisted Studies of Language and Culture*. Oxford: Blackwell.
- Stroud, C. & Luís, M. (no prelo). Proceedings from *The 1st Maputo Conference on The Educational Use of African Languages and the Role of Languages of wider Communication*. Maputo, November 1994.

2 METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS

Perpétua Gonçalves

Neste capítulo, será apresentada em primeiro lugar a situação geral do Português de Moçambique (PM) assim como uma caracterização das propriedades específicas da sua gramática, que o distinguem de outras variedades desta língua. Em seguida, apresentam-se os objectivos gerais do projecto PPOM, e indicam-se as variáveis sociolinguísticas consideradas relevantes no processo de dialectação do Português de Maputo (secção 1).

Na segunda parte deste documento, referem-se algumas das principais reflexões que estiveram na base da metodologia de recolha dos dados, assim como as estratégias escolhidas pela equipa do projecto para a gravação do *corpus*. Em seguida, descrevem-se os procedimentos adoptados, quer na etapa preliminar do trabalho, quer ao longo das diferentes fases da recolha. A concluir esta secção, indicam-se, de forma breve, alguns aspectos a tomar em consideração caso se pretenda alargar o *corpus* recolhido a outras faixas do reportório linguístico dos locutores de Português/língua segunda (L2) (secção 2).

1. APRESENTAÇÃO GERAL

1.1. Situação Geral do Português em Moçambique

Em Moçambique, o Português é tipicamente uma L2, falada sobretudo em meio urbano, por locutores que têm línguas do grupo bantu como línguas maternas (L1). O amplo processo de valorização/difusão do Português à escala nacional, que decorreu durante a época da colonização e se manteve ao longo de quase vinte

anos de independência, criou condições para a sua utilização estável por algumas camadas importantes da população, para as quais tem o estatuto de língua de prestígio.

Desta forma, a partir de 1975, sobretudo para as classes sociais mais favorecidas dos centros urbanos, o Português tornou-se frequentemente a única língua de comunicação, ficando o uso das L1/línguas bantu restringido a ocasiões muito específicas, como as visitas a familiares ou cerimónias colectivas. Noutros casos, os falantes continuam a usar as suas L1's como línguas de comunicação, sendo o Português reservado apenas para certas circunstâncias da sua vida diária (v.g. vida pública vs vida familiar na sua L1/língua bantu). Em qualquer destas duas situações, existem condições para os falantes atingirem um conhecimento relativamente completo do Português/L2, podendo considerar-se que “os desvios à norma europeia, que ocorrem no seu discurso, não podem ser analisados como “erros”, próprios da gramática provisória dos aprendizes” de uma L2 mas sim como evidências sobre as características da (futura) variedade moçambicana do Português, ainda em fase de formação (Cf. GONÇALVES 96:48).

Os estudos sobre o Português de Moçambique têm uma história recente. Na época colonial, para além da tese de licenciatura de PENICELA 67 e do lançamento do projecto de gravação de um *corpus* oral, designado “Recolha do Português Fundamental” (Universidade de Lourenço Marques (ULM), 1973)), pouco mais há a assinalar.

Após a independência do país, registam-se iniciativas dispersas em que não se alcançam, em geral, os objectivos pretendidos, podendo destacar-se, entre outras, as seguintes acções:

- relançamento, em 1976, do projecto ULM/73, o qual acabou por ser abandonado em 1979 por falta de recursos humanos que garantissem o enquadramento teórico da pesquisa e o tratamento mecânico do *corpus*;

- realização do “I Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa” (MINED/79), no qual se identificaram questões cruciais sobre o processo de ensino-aprendizagem desta língua, mas cujas propostas não tiveram continuidade por não se ter chegado a

definir posteriormente um programa de acção que viabilizasse a sua implementação, e permitisse a reformulação de alguns princípios orientadores do ensino do Português em Moçambique.

A partir de meados dos anos 80, entretanto, começam a surgir uma série de trabalhos sobre a língua portuguesa, realizados, na sua maioria, na área da linguística aplicada (mais especificamente, análise de erros: cf. DINIZ 86; GONÇALVES ET AL. 86) e na área da linguística descritiva (mais especificamente, análise lexical e sintáctico-semântica: cf. FIRMINO 87; GONÇALVES 90; CARVALHO 91; MACIEL 92).

Igualmente a partir desta data, na área da sociolinguística, há a destacar a pesquisa sobre o uso do Português por professores primários e alfabetizadores da região de Maputo e Niassa (Projecto UNESCO/MOZ.78/002, 1983), cujos relatórios (não publicados) contêm informação importante sobre diferentes temas. Entre estes destacam-se os estudos sobre a atitude linguística perante a língua portuguesa (LUIS 83), ou sobre o sistema linguístico de tratamento usado por falantes de Português em Moçambique. Mais recentemente, têm surgido uma série de estudos sobre a política linguística em Moçambique (cf. FIRMINO 94; LOPES 94), ou sobre as condições de ensino do Português (cf. SILVA 93; HYLTENSTAM & STROUD 93).

O projecto PPOM surge neste quadro geral de investigação, em que estão praticamente ausentes os estudos sobre variação sociolinguística do PM.

1.2. Características Gerais do Português de Moçambique

A situação de “variedade em formação” do PM tem como principal consequência uma certa instabilidade dos fenómenos que se observam no discurso produzido pelos seus falantes. Assim, actualmente, a caracterização da sua gramática apenas pode tomar como base casos que já se exibem de forma mais sistemática e regular, permitindo o estabelecimento de generalizações sobre as propriedades específicas que o distinguem de outras variedades do

Português, europeia ou brasileira, por exemplo (cf. ainda GONÇALVES, vol. II, capítulo 2, em que se apresenta uma tipologia geral dos “erros”, relativamente à norma europeia, identificados numa amostragem de vinte informantes do projecto PPOM).

Até agora, tem sido estudado de forma mais sistemática o discurso em Português, produzido em situação de entrevista oral, ou publicado nos meios de informação escrita. Trata-se, em geral, de adultos escolarizados, de ambos os sexos, de idades compreendidas entre os 20-40 anos. Isto significa que a maior parte dos estudos tiveram como base empírica o registo formal de locutores de uma faixa social específica, de adultos instruídos. Esta pode ser uma razão para explicar quer a quase ausência de certos fenómenos (v.g. aplicação de regras de concordância sujeito-verbo), quer a sua baixa frequência (v.g. uso dos artigos definido e indefinido).

No quadro das investigações já disponíveis sobre o PM, a caracterização a ser aqui apresentada vai referir-se a propriedades do seu léxico e aspectos da morfo-sintaxe, não se incluindo aspectos fonético-fonológicos desta variedade do Português dado que, até ao momento presente, não se realizaram trabalhos consistentes que tomassem este tipo de fenómenos como objecto de estudo.

No conjunto de alterações lexicais que ocorrem no PM relativamente à norma europeia, observam-se dois grandes tipos de fenómenos. Por um lado, está a criação de novas palavras, resultantes de empréstimos (às línguas bantu/L1 dos falantes na maioria), ou devidas à produtividade lexical (actuando sobre bases-empréstimo ou sobre palavras já existentes no Português europeu (PE). Por outro lado, está o uso de palavras já pertencentes ao léxico do PE, às quais são atribuídos novos valores semânticos ou diferentes propriedades de selecção, sintácticas ou semânticas.

No momento actual são ainda em número reduzido os casos de inovações lexicais, derivadas de empréstimos ou da aplicação de regras morfológicas do PE. Os primeiros surgem em geral nos casos em que o léxico português não proporciona meios para a referência a realidades específicas de Moçambique: por exemplo, ao nível cultural (nomes de rituais, pratos típicos, etc.), na área da zoologia, da botânica, etc. Quanto aos casos de produtividade lexical, não é ainda

possível estabelecer, de forma clara, quais as regras morfológicas que têm tendência a ser aplicadas de forma mais sistemática. A título de exemplo, pode referir-se o caso da regra derivacional que permite formar verbos da primeira conjugação a partir de nomes (N → V), como nos seguintes casos:

- (1)
 - a. estilo → estilar (PE=exibir-se)
 - b. lobolo → lobolar (PE=pagar o lobolo)
 - c. esquina → esquinar (PE=esperar)

O reduzido número de casos em que esta (e outras) regra(s) é(são) aplicada(s) não permite estabelecer, contudo, de forma inequívoca, o papel que pode(m) ter na formação do léxico do PM.

Um grande número de inovações, entretanto, tem como ponto de partida palavras já existentes no léxico do PE, e consistem em (a) alargamento do(s) seu(s) significado(s) básico(s) a novas áreas semânticas, ou (b) modificação das suas propriedades de selecção semântica ou categorial. São exemplos do caso (a), as seguintes palavras que, relativamente à norma europeia, adquirem novos significados:

- (2)
 - a. [*chapa*]_N: meio de transporte público de propriedade privada
 - b. [*caril*]_N: qualquer tipo de molho para acompanhar pratos de carne, peixe ou vegetais
 - c. [*alarmar*]_V (*um carro*): instalar um sistema de alarme (num carro)
 - d. [*antepassado*]_{ADJ}: anterior a um período passado (cf. “*semana antepassada*”, que indica a semana anterior à semana que passou)

Quanto às alterações de propriedades de selecção semântica, podem observar-se casos como:

- (3)
 - a. *acabar um mês num lugar*: ficar num lugar durante um mês

- b. *apanhar sono*: adormecer
- c. *comer dinheiro*: gastar dinheiro

Os casos de modificações das propriedades de selecção categorial afectam particularmente os verbos. Os casos mais frequentes consistem na transitivização de verbos que, no PE, ou seleccionam um SP (com a função gramatical de objecto indirecto ou de oblíquo) ou são intransitivos. Exemplos:

- (4) a. O comandante [explicou [o tal major][a situação militar]] (PE=explicou ao tal major)
- b. Apareceram no dia da festa [protestando [a iniciativa]] (PE= protestando contra a iniciativa)
- c. A minha mãe [nasceu [dois filhos]] na Suazilândia. (PE=deu à luz dois filhos)

Na área da morfo-sintaxe e da sintaxe propriamente dita, podem destacar-se fenómenos relacionados com (a) uso da morfologia flexional do imperativo e do infinitivo, (b) uso, colocação e flexão dos pronomes pessoais clíticos, (c) encaixe de orações subordinadas, e (d) processo de avanço de complementos do verbo para a posição de sujeito.

Ainda que as alterações relacionadas com o uso das morfologias verbais do PE pareçam ter motivações distintas (v.g., no caso do imperativo, trata-se de um fenómeno que deve ser inserido num quadro mais amplo, de “revisão” das formas de tratamento usadas para a chamada 2.^a pessoa, nomeadamente a oposição *tu/você*), nos dois casos observa-se uma espécie de “regularização”: ou do seu paradigma flexional (no caso do imperativo, cf. GONÇALVES 87), ou dos requisitos da sua utilização (no caso do infinitivo). Exemplos:

- (5) a. Escreva aí o teu nome. (PE=Escreve aí o teu nome/ Escreva aí o seu nome.)
- b. Os professores não conseguem darem as aulas. (PE=...conseguem dar aulas)

Relativamente ao uso dos pronomes pessoais, pode dizer-se que há modificações relacionadas com os contextos de utilização (vide (6a)), com a sua flexão (vide (6b)) e com a sua posição (vide (6c)), conforme se observa nos seguintes exemplos:

- (6) a. A rapariga simpatizou-se com o Fernando.
(PE=simpatizou com)
- b. O padre educou-lhe muito bem. (PE=educou-o)
- c. Estou feliz porque os acordos trouxeram-nos a paz.
(PE=os acordos nos trouxeram ...)

No que diz respeito ao encaixe de orações subordinadas, é ampla a gama de fenómenos que se observam, podendo destacar-se a escolha do introdutor e o uso do modo verbal requerido na oração subordinada. Vejam-se alguns exemplos:

- (7) a. Há pessoas que ganham um milhão enquanto não merecem. (PE=embora não mereçam)
- b. Há quem tem poder para despedir os trabalhadores.
(PE=há quem tenha...)

Por último, está o avanço para a posição de sujeito, em frases passivas, de complementos de verbos que, devido ao fenómeno acima assinalado, de transitivização, passam a seleccionar um complemento nominal. Vejam-se, a título de exemplo, as contrapartes passivas dos verbos citados em (4a-c):

- (8) a. [O tal major] foi explicado a situação militar.
- b. [A iniciativa] foi protestada.
- c. [Dois filhos] foram nascidos na Suazilândia.

Por fim, pode ainda assinalar-se que, em algumas áreas semânticas de relevo, ocorrem diversos tipos de modificações, cujos efeitos se podem observar a nível do léxico e da sintaxe. Está neste

caso, por exemplo, a expressão da quantificação (vejam-se exemplos (9)) ou a referência a relações espaciais (vejam-se exemplos (10)).

- (9) a. Naquele tempo colonial era muito ainda mais diferente. (PE=era muito diferente)
b. Todos não gostávamos daquele homem. (PE=Ninguém gostava ...)
- (10) a. Chegaram num lugar muito bonito. (PE=chegaram a um ...)
b. É melhor sentar daqui. (PE=sentar aqui)

Esta é a caracterização da gramática do PM que, na actual fase do seu desenvolvimento e estabilização, permite distingui-la da variante europeia, tomada actualmente como referência e padrão em Moçambique.

1.3. O projecto “Panorama do Português Oral de Maputo”

A proposta inicial deste projecto foi elaborada por STROUD 92: nela eram indicados os objectivos gerais da pesquisa, as variáveis sociolinguísticas, assim como a metodologia de recolha a ser adoptada.

Estabeleceu-se como principal objectivo do PPOM a recolha de um *corpus* de língua oral (equivalente a cerca de 130 horas de gravações), produzido por 100 falantes da cidade de Maputo. Com este *corpus*, transcrito e processado em programa computarizado, pretende-se criar um banco de dados que possa ser disponibilizado para a investigação sobre o processo de dialectação do Português oral de Maputo, a realizar na segunda fase desta pesquisa (ver volume II, *A Construção de um Banco de “Erros”*).

Considera-se que os resultados deste tipo de estudo sobre os dialectos ou sub-variedades do Português da cidade de Maputo podem constituir a base inicial para uma investigação mais vasta sobre a variação do Português em Moçambique, a realizar a nível

nacional, pelo menos nos principais centros urbanos, onde se sabe existir uma população, quantitativamente significativa, de locutores de Português.

Entre as aplicações possíveis dos resultados deste tipo de investigação está a sua utilização na produção de programas e materiais escolares destinados ao ensino da língua portuguesa, adaptados à realidade linguística moçambicana.

Na sequência da proposta de STROUD 92, estabeleceu-se que a recolha devia realizar-se em cinco bairros da cidade. Em cada um destes bairros foram seleccionados vinte informantes, pertencentes a cinco faixas etárias (16-25, 26-35, 36-45, 46-55, e mais de 55 anos), sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino em cada faixa etária. Embora não constituíssem factores determinantes na escolha dos informantes, foram ainda registados pela equipa do projecto dados dos informantes relativos às seguintes variáveis: nível de instrução, profissão, local e idade de aprendizagem do Português. No que diz respeito ao nível de instrução, tratando-se de falantes que, na sua maioria, usam o Português como L2, era condição para a selecção dos informantes/L2 que estes tivessem um conhecimento básico desta língua. Assim, considerou-se que o nível de 4.^a classe do ensino primário constituía o mínimo de escolaridade necessária para assegurar a possibilidade de estes comunicarem em Português sobre temas da vida quotidiana. Isto significa que, em geral, só foram integrados na recolha os falantes com um nível de escolaridade igual ou superior à 4.^a classe.

A escolha de Maputo como local onde o *corpus* deveria ser recolhido resultou do facto de este centro urbano oferecer as condições mais favoráveis a este tipo de pesquisa, não só por ser aquele em que se encontra a maior (e mais diversificada) comunidade de falantes de Português do país, como também por ser aquele em que o conhecimento desta língua é frequentemente requerido nas mais diversas situações de comunicação.

Segundo IBRAIMO (1994:33), citando dados da Direcção Nacional de Estatística (1991), a população desta cidade é de cerca de 870.000 habitantes, sendo a densidade populacional de 1.305

habitantes/Km². É não só a capital administrativa como a maior cidade do país.

O uso generalizado do Português como língua de comunicação em Maputo pode relacionar-se com o facto de ser nesta cidade que se concentra:

- a administração pública e o aparelho de Estado, em que é obrigatório o uso do Português;
- a maior parte dos meios de informação - desde jornais à televisão - que são, à excepção da Rádio, produzidos em Português;
- um grande número de instituições de ensino, desde o nível primário até aos diferentes cursos médios e superiores, veículos por excelência de difusão da língua portuguesa e promotores da sua utilização.

A cidade de Maputo compreende 50 bairros, dos quais cerca de 40 são considerados suburbanos (vide *Relatório* (1992)). Tendo em vista os objectivos desta pesquisa, através da qual se pretendia uma amostra do tecido sociolinguístico da cidade, decidiu-se trabalhar tanto em bairros urbanos como em bairros suburbanos, tendo-se escolhido três bairros suburbanos (Maxaquene, Chamanculo e Mafalala) e dois urbanos (Alto-Maé e Polana Cimento). A escolha dos bairros foi feita com base em alguma pesquisa bibliográfica, nomeadamente consulta de brochuras oficiais com informação estatística, e de artigos sobre questões de migração populacional ou estruturas sociais linguisticamente relevantes (cf. ARAÚJO 90; SILVA 91).

Estes bairros foram seleccionados tomando em conta especialmente a sua localização e as características linguísticas dos seus residentes. Assim, seleccionaram-se os bairros suburbanos da Maxaquene, Chamanculo e Mafalala porque, por um lado, estes bairros não se localizam numa área periférica da cidade, neles residindo, consequentemente, uma população mais estável relativamente a movimentos migratórios recentes, motivados pela guerra ou pela seca. Por outro lado, estes bairros satisfazem os requisitos linguísticos da recolha, através da qual se pretendiam registar dados orais produzidos por falantes que tivessem como L1

(a) ou uma língua bantu local (como em Chamanculo e Maxaquene: língua tsonga, dialectos ronga ou changane); (b) ou uma língua bantu não local (como no caso do bairro da Mafalala: língua macua).

Os bairros do Alto-Maé e Polana foram seleccionados tendo em conta o facto de se localizarem em diferentes zonas urbanas da cidade: o bairro do Alto-Maé situa-se na fronteira entre esta zona e a zona suburbana, partilhando assim características de ambas; o bairro da Polana Cimento é tipicamente um bairro urbano da cidade de Maputo. Além disso, os habitantes destes dois bairros distinguem-se dos bairros suburbanos relativamente à situação do Português, uma vez que, nesta zona, a interacção verbal se faz mais frequentemente em Português do que nos bairros suburbanos.

De um modo geral, por conseguinte, do ponto de vista linguístico, procurou-se escolher bairros em que o Português está em diferentes situações de contacto linguístico. Assim, na zona suburbana, o Português é tipicamente uma L2 dos seus residentes e, no caso dos bairros seleccionados, interage com uma língua bantu local (o Tsonga), ou com uma língua bantu do Norte do país (o Macua). Ao escolher bairros em que o Português está em contacto com duas línguas bantu diferentes, espera-se responder a questões até aqui não exploradas sistematicamente, como por exemplo (a) em que áreas do sistema linguístico português deixa efeitos “visíveis” específicos a interferência de uma determinada língua bantu?, e (b) em que casos se regista o fenómeno de interferência, independentemente da língua bantu? No que diz respeito à zona urbana, ainda que não esteja completamente excluída a comunicação em línguas bantu, predomina o uso do Português, quer este seja falado por indivíduos que o usam como L1 ou L2. Até que ponto a ausência de contacto permanente com línguas do grupo bantu torna menos “visíveis” os fenómenos de interferência? Ao longo da análise a realizar espera-se não só poder responder a este tipo de questões sobre os mecanismos de formação da variedade moçambicana do Português, como detectar novos aspectos até aqui não identificados.

Tendo em conta que se pretende captar um eventual processo de dialectação partilhado pela comunidade observada (não só da cidade mas também do bairro), considerou-se que só deveriam ser

seleccionados como informantes os indivíduos que residissem no bairro há pelo menos cinco anos. No ambiente de grande êxodo rural que caracterizava a população de Maputo na altura da recolha (1993), o critério da mobilidade tornava-se indispensável para assegurar alguma coesão linguística entre os falantes dos bairros seleccionados, relativamente ao “dialecto” de Português que usam.

Em suma, o projecto PPOM realizou a recolha em cinco bairros de um centro urbano (a capital do país), sendo a população auscultada constituída por cinquenta homens e cinquenta mulheres, agrupados em cinco faixas etárias.

Tendo em consideração as informações recolhidas, verifica-se que os locutores apresentam as seguintes características gerais:

- a quase totalidade dos falantes tem uma língua bantu como L1 (92%), e não teve acesso ao ensino universitário (94%);
- mais de metade dos informantes aprendeu Português em situação escolar (62%), e reside em Maputo há mais de 10 anos (77%);
- existe um grande equilíbrio relativamente à distribuição da língua de comunicação usada pelos informantes em casa: 36% só usa o Português, 34% só usa uma língua bantu, e 30% ora usa o Português ora usa uma língua bantu;
- verifica-se igualmente um certo equilíbrio quanto à distribuição dos quatro tipos de profissões a que pertencem os informantes: quadros médios e superiores (18%), empregados de escritório (29%), trabalhadores manuais (22%) e trabalhadores independentes (31%).

Contrastando entre si as zonas urbana e suburbana, os aspectos mais salientes dizem respeito a:

- língua materna, destacando-se o facto de a totalidade dos informantes dos bairros suburbanos terem uma língua bantu como L1 (versus 80% nos bairros urbanos);
- nível de escolaridade, uma vez que cerca de 75% dos informantes dos bairros suburbanos tem o nível primário (versus 55% no Alto-Maé e 0% na Polana-Cimento).

2. A RECOLHA ¹

2.1. Pressupostos básicos

A decisão de constituir um *corpus* de língua oral do Português de Maputo implica necessariamente a escolha de uma metodologia de recolha dos dados que permita registar o reportório linguístico representativo desta comunidade de locutores.

Na época em que o projecto foi concebido (1992), as experiências relevantes, já sistematizadas teoricamente, coordenadas por linguistas como LABOV, GUMPERZ ou MILROY, tinham sido realizadas principalmente em comunidades de L1 do Primeiro Mundo, não podendo - dada a situação de L2 do PM - ser adoptadas pela equipa do projecto sem alguma reflexão prévia sobre as vantagens e os limites dessas metodologias no contexto de uma L2, usada num país do Terceiro Mundo.

De uma forma geral, nesta reflexão, parece necessário captar as diferenças entre uma L1 e uma L2 no que diz respeito à competência (gramatical, comunicativa) e ao reportório linguístico dos locutores. Com efeito, diferentemente do que acontece em comunidades de L1, os falantes de uma L2 podem ter um conhecimento parcial dessa língua, e possuir um reportório linguístico limitado. O grau de domínio da L2 está dependente de vários factores, como as condições da sua aprendizagem ou os domínios da sua utilização. Na situação concreta do PM, como se viu anteriormente, este pode estar reservado para situações muito específicas da vida diária (v.g. trocas verbais com superiores hierárquicos) ou pode ter-se tornado quase exclusivamente a única língua de comunicação dos seus locutores.

A comunidade de locutores de uma L2 apresenta-se pois como sendo muito menos homogénea do que uma comunidade de

¹ A recolha do *corpus* foi realizada por António Tuzine e Lica Sebastião, e os seus relatórios de actividade foram particularmente relevantes para a elaboração das secções 2.3-2.5.

L1. Assim, ao estabelecer a metodologia adequada à constituição de um *corpus* oral de L2, torna-se necessário tomar em consideração, em primeiro lugar, qual a competência mínima a partir da qual se considera que um indivíduo é locutor da L2 em questão. Por outro lado, é igualmente importante conhecer qual o reportório linguístico “típico” da comunidade em que se pretende realizar a recolha, uma vez que, dado que a L2 não é utilizada nos mesmos contextos por todos os seus locutores, é esperável que haja divergências relevantes quanto à gama de estilos que integram o seu reportório linguístico.

Estas são algumas das questões que se colocam à investigação quando se pretende recolher dados linguísticos em comunidades de L2, e que podem condicionar as estratégias a adoptar na realização do trabalho de campo.

2.2. A escolha de uma metodologia de recolha

As questões atrás apresentadas constituem a referência básica com vista a estabelecer os procedimentos específicos da recolha do *corpus* oral do Português de Maputo. À partida, sabia-se que se ia trabalhar com uma comunidade de L2, embora não estivessem excluídos os locutores de Português/L1 (recorde-se que 92% dos falantes que produziram o *corpus* têm o Português como L2), pelo que a metodologia de recolha de dados tinha necessariamente de privilegiar este tipo de locutores. Assim, em primeiro lugar, a equipa do projecto estabeleceu, como se referiu anteriormente, que só deveriam ser integrados na recolha indivíduos com a 4.^a classe pelo menos, com vista a garantir um conhecimento básico do Português.

Por outro lado, procurou-se dar resposta à questão relativa ao reportório linguístico típico dos locutores de Português/L2 da cidade de Maputo. Desta forma, tendo em conta que, sobretudo nos bairros suburbanos, as línguas bantu/L1 são línguas de comunicação usadas em casa, pareceu preferível considerar que o Português é tipicamente uma língua da vida pública. Isto significa que esta língua é usada predominantemente em situações de controlo discursivo. Por essa razão, ao pretender recolher um *corpus* do Português oral de Maputo,

não se espera registar um reportório tão amplo com o de falantes de Português/L1, visto que se sabe que o espectro dos diferentes níveis de uso desta língua por parte dos seus locutores é relativamente estreito, e contém certamente mais estruturas relativas a uma faixa formal do que a uma faixa não formal da comunicação.

Foi na sequência desta reflexão que se procurou identificar os contextos de comunicação mais adequados ao registo do reportório representativo dos seus locutores, tendo-se decidido realizar a recolha de dados através de:

- entrevistas individuais “rígidas”, isto é, entrevistas realizadas com base num guião único de temas, sobre os quais todos os informantes tinham de se pronunciar; e
- encontros dos informantes com parceiros da sua escolha, nos quais eram abordados temas à escolha dos participantes.

De acordo com a proposta de STROUD 92, as entrevistas deveriam ter a duração média de 30 a 40 minutos, e os encontros durariam cerca de uma hora. A produção dos dados orais nestes dois tipos de situação deveria permitir gravar diferentes tipos de registo do reportório linguístico dos informantes, supondo-se que, através das entrevistas, seriam recolhidos dados correspondentes a uma faixa mais formal do seu discurso, uma vez que estes estariam confrontados com um elemento da equipa praticamente desconhecido, e tinham de abordar temas determinados previamente. Após uma testagem preliminar, foram estabelecidos cinco temas - Namoro/Casamento, Emprego/Custo de Vida, Educação, Deslocações/Transportes e Infância/Autobiografia - que pareciam suficientemente gerais e, por isso mesmo, acessíveis a todos os informantes, independentemente da faixa etária, origem social, etc. Por outro lado, através dos encontros, esperava-se captar uma faixa menos formal, não só porque a interacção verbal se processava com locutores sugeridos pelos próprios informantes, reduzindo-se assim consideravelmente o papel dos elementos da equipa, mas também porque os temas abordados eram escolhidos pelo informante e seus parceiros.

A adopção desta metodologia foi condicionada pelo facto de o Português ser basicamente uma L2, e decorreu de factores adicionais, entre os quais podem destacar-se a impossibilidade de dispor de um período prévio de estadia dos membros da equipa no meio onde iam realizar a recolha, com vista a um maior conhecimento dos locutores cujo discurso ia ser registado. Além disso, o reduzido número de membros da equipa do projecto relativamente à amplitude da zona da recolha - dois elementos a trabalhar em cinco bairros dispersos pela cidade de Maputo - tornava praticamente impossível um contacto mais profundo com os inquiridos.

De qualquer forma, com vista a preencher as lacunas de informação sobre o tipo de discurso típico da comunidade observada, organizou-se ainda, na linha de MILROY 80, um inquérito sobre a sua rede social - designado "Questionário do Perfil Social" - através do qual foram recolhidos dados que podem permitir articular entre si as escolhas linguísticas dos informantes e as redes sociais em que estão integrados. Considerou-se, por conseguinte, que este tipo de informações constituía uma estratégia complementar, que poderia auxiliar na compreensão do processo de dialectação do Português de Maputo (cf. TUZINE, capítulo 3, neste volume).

Este conjunto de condicionalismos - relacionados com a situação de L2 do Português, assim como com a dinâmica interna do próprio projecto - tiveram como principais consequências:

- a dificuldade em adoptar técnicas de recolha de dados, como aquela em que se propõe a aproximação dos inquiridos através da técnica "amigo de um amigo", proposta por MILROY et al. 91, que permite que os investigadores sejam introduzidos por um indivíduo pertencente ao grupo-alvo;
- a impossibilidade de adoptar o método etnográfico proposto por GUMPERZ 82, através do qual se estabelecem relações de amizade ou se criam laços de cooperação com os futuros informantes em alguma actividade do seu interesse.

De facto, com uma equipa de dois assistentes, tornava-se impossível adoptar metodologias de trabalho de campo em que fosse necessário um contacto mais pessoalizado com os informantes. Um tal

tipo de estratégia poderia permitir justificar a presença da equipa nas zonas da recolha em função de objectivos não linguísticos, criando eventualmente condições para a produção de um discurso em Português menos controlado e conseqüentemente menos formal. Contudo, tratando-se, conforme foi referido, da recolha de dados de uma L2 - em que dificilmente se poderá captar um discurso espontâneo e natural - não se considerou que este tipo de condicionalismos pudesse prejudicar a representatividade dos dados recolhidos.

Note-se que uma alternativa poderia ter sido reduzir o número de falantes estabelecido inicialmente como alvo. Contudo, tratando-se do primeiro *corpus* de língua oral a ser constituído de forma sistemática na cidade de Maputo, pareceu preferível manter esta meta, e considerar que os dados recolhidos constituem a base suficiente para um primeiro estudo exploratório sobre o Português.

Por outras palavras, a metodologia de trabalho de campo escolhida resulta de um compromisso entre os diferentes factores que intervêm neste processo. Sabe-se, por exemplo, que o *corpus* dificilmente poderá proporcionar evidências sobre as marcas sócio-simbólicas transmitidas pelo discurso em Português, ou sobre propriedades do discurso pragmático (cumprimentos/despedidas, agradecimentos, pedidos, etc.). Contudo, considera-se que as estratégias adoptadas possibilitaram a recolha de um *corpus* válido para a investigação a realizar, isto é, espera-se ter reunido dados suficientes para uma caracterização geral das principais áreas de variação do Português de Maputo, pelo menos a nível do léxico e da (morfo-) sintaxe (cf. GONÇALVES, capítulo 2, volume II).

2.3. Preparação da recolha

Dado o contexto geral da recolha, em que não era possível uma imersão dos elementos da equipa no meio onde iam realizar as gravações, considerou-se fundamental tomar todas as medidas que permitissem, pelo menos, que estes não fossem encarados como estranhos ('outsider') pela comunidade observada.

Assim, por um lado, procurou-se reunir todas as informações relevantes sobre os bairros onde se ia realizar o trabalho de campo, supondo-se que este tipo de informação tornaria mais natural o comportamento dos agentes da recolha. Este objectivo foi alcançado:

- através do preenchimento de uma ficha de caracterização de cada bairro, com dados sobre a sua estrutura administrativa, assim como dados demográficos (densidade populacional, actividades da população), dados urbanos (tipo de casas/ruas, actividade comercial) e dados linguísticos (L1 dos informantes, línguas de comunicação mais frequentes);
- recorrendo ao conhecimento empírico dos bairros por parte dos membros da equipa, com vista a preencher as lacunas de informação.

Por outro lado, optou-se por iniciar o trabalho de campo nos bairros de residência dos assistentes que realizaram as gravações - os bairros suburbanos do Chamanculo e da Maxaquene - de forma a garantir que a primeira etapa da recolha fosse realizada num meio relativamente conhecido. Isto não significou, contudo, que tivessem sido escolhidos como informantes conhecidos/amigos dos investigadores, uma vez que isso iria criar um desequilíbrio relativamente aos outros bairros, onde esta estratégia não poderia ser aplicada.

Por último, deve ainda referir-se que, tendo em vista a preparação dos elementos da equipa para a tarefa específica das gravações, estes realizaram algumas entrevistas e encontros preliminares junto de diferentes tipos de indivíduos. Estas simulações permitiram não só alguma familiarização com o equipamento a utilizar, como a identificação de técnicas de condução destes dois tipos de gravação.

2.4. Procedimentos de recolha

Concluída a fase preparatória, cada um dos dois elementos da equipa identificou em cada bairro, através de escolha aleatória, vinte indivíduos que correspondessem aos requisitos previamente definidos relativamente a idade, sexo e domínio do Português.

O primeiro contacto consistiu numa conversa cordial, durante a qual se explicaram os objectivos da recolha e se mostrou aos possíveis informantes a importância da sua participação nesta pesquisa. Além disso, ainda que de uma forma geral, apresentaram-se os temas a serem abordados na entrevista, a fim de mostrar que se trataria de falar sobre assuntos acessíveis, relacionados com a vida corrente.

Nesta primeira abordagem, aconteceu frequentemente que os indivíduos contactados associassem a presença dos membros da equipa a um trabalho de reportagem jornalística, tendo daí resultado maior disponibilidade da sua parte - sobretudo nos bairros suburbanos - por suporem que a entrevista poderia trazer algum benefício para a sua situação pessoal (permitindo, por exemplo, denunciar publicamente dificuldades de ordem social relativas a salários, transportes, etc). Noutros casos - particularmente nos bairros urbanos - verificou-se uma atitude mais reservada, pelo menos numa fase inicial, por receio de as suas declarações poderem vir a ser utilizadas indevidamente, para fins de propaganda política, por exemplo.

De uma maneira geral, a disponibilidade dos inquiridos para participarem espontaneamente na pesquisa variou em função da zona de residência, da faixa etária e do sexo.

Relativamente à zona de residência, constatou-se que a equipa foi mais bem recebida nos bairros suburbanos. Nos bairros urbanos, à excepção dos indivíduos mais jovens (das faixas etárias compreendidas entre os 16 e os 35 anos), os residentes - para além dos receios a que já se aludiu - alegaram frequentemente falta de tempo, e não pareciam disponíveis para contactos com pessoas estranhas.

No que diz respeito às variáveis idade e sexo, verificou-se que os indivíduos do sexo masculino foram os que se mostraram mais disponíveis, destacando-se particularmente os grupos das faixas etárias compreendidas entre os 26 e os 45 anos (isto é, 26-35 e 36-45). Em contrapartida, o grupo das mulheres revelou, em geral, menos disponibilidade para participar no projecto, independentemente da faixa etária e da zona de residência.

Ao fazer o balanço geral desta primeira fase de constituição dos grupos de vinte informantes/bairro, verificou-se que houve maiores dificuldades quando se tratou de preencher os requisitos relativos à idade, para indivíduos de ambos os sexos das faixas etárias a partir dos 46 anos (46-55 e mais de 55 anos). A origem desta dificuldade residia no fraco domínio do Português de muitos dos indivíduos localizados. A solução encontrada para preencher as lacunas existentes consistiu em solicitar o apoio das autoridades administrativas do bairro ou dos próprios inquiridos já seleccionados, que sugeriram possíveis informantes destas faixas etárias.

Além da atenção especial que foi dedicada ao primeiro contacto com os locutores, previu-se igualmente a possibilidade de lhes proporcionar pequenas ofertas, sempre que tal tipo de estímulo pudesse motivá-los para a sua participação na pesquisa. No ambiente em que se realizou a recolha, esta estratégia foi sempre bem recebida, sendo interpretada como prova de solidariedade e de gentileza por parte dos elementos da equipa para com os locutores. Num dos bairros suburbanos (Mafalala), chegou mesmo a acontecer que muitos dos seus residentes só aceitaram integrar-se no projecto depois de saberem que iriam ser beneficiados com algum estímulo material.

Dependendo da idade e do sexo, e até da situação económica dos indivíduos, estas ofertas consistiam fundamentalmente em capulanas, lenços ou material escolar. Além disso, sobretudo na fase de realização dos encontros, ofereciam-se bebidas (vinho, cerveja ou refrescos) a todos os participantes, como forma de criar um ambiente mais propício ao convívio. Tanto nos bairros urbanos como suburbanos, a solução dos presentes foi sobretudo eficaz junto dos falantes mais jovens (16-25 anos) e dos mais velhos (mais de 46 anos), provavelmente por se tratar de faixas etárias com menor rendimento económico.

Tendo em conta que o primeiro contacto dos elementos da equipa com os informantes era bastante breve, considerou-se importante criar todas as condições para que as gravações decorressem num ambiente cordial e, tanto quanto possível, natural. Assim, em primeiro lugar, decidiu-se realizar as entrevistas antes dos encontros a fim de garantir que os informantes estivessem mais

familiarizados com os elementos da equipa e com o gravador, na fase em que se esperava que produzissem um discurso menos formal. Além disso, foi dada particular importância (a) à escolha do local de gravação, (b) à relação informante-gravador e (c) ao comportamento linguístico dos agentes da recolha.

De uma forma geral, o local da gravação foi sugerido pelos informantes. No balanço do trabalho, esta revelou ser uma estratégia eficaz, uma vez que facilitou a comunicação entre os membros da equipa e os informantes, criando um bom ambiente de comunicação. Na maior parte dos casos, os informantes preferiram que a gravação se realizasse na sua própria residência. Houve, contudo, casos em que a recolha se realizou no local de trabalho, sobretudo com informantes masculinos de 26-45 anos, para evitar que a gravação fosse feita ao fim-de-semana, ou por ser um local onde falam mais frequentemente em Português. Noutros casos, os informantes - principalmente os da faixa de 16-35 - preferiram que as gravações se realizassem em casa dos vizinhos ou familiares, a fim de evitar interrupções da gravação. No bairro Polana-Cimento, os informantes mais jovens (16-25 anos) escolheram as escolas por se sentirem mais à-vontade do que em sua própria casa.

Quanto à forma como se assegurou o contacto dos informantes com o gravador, sabendo que, em geral não estavam familiarizados com situações de gravação, estes foram convidados, sempre que o desejassem, a manusear o microfone, ainda antes de se iniciar a gravação. Em diversos casos, optou-se por colocar o microfone numa posição fixa, a fim de tornar a sua presença menos importante. Os elementos da equipa só davam início à gravação propriamente dita depois de a conversa ter adquirido um ritmo natural.

O comportamento linguístico dos agentes da recolha foi particularmente valorizado, uma vez que poderia ter um efeito negativo sobre os informantes - sobretudo os locutores de Português/L2 - inibindo-os ou dificultando o seu discurso nesta língua. No início, as principais dificuldades dos elementos da equipa, derivadas da sua falta de experiência deste tipo de gravação, residiram quer no uso de um vocabulário muito erudito, quer na

formulação de perguntas muito longas. No primeiro caso, considerou-se que, dado que a recolha se efectuava numa comunidade de locutores de Português/L2, o uso de um vocabulário corrente (vs erudito) poderia criar um clima de comunicação mais natural. No segundo caso, tratava-se de evitar condicionar o discurso produzido pelos informantes, fornecendo-lhes demasiado *input* verbal, que eles poderiam retomar posteriormente. No clima de insegurança linguística que caracteriza frequentemente os locutores de L2, era fundamental dar atenção a todos os aspectos que pudessem interferir na autenticidade dos dados recolhidos.

Ainda no que diz respeito ao comportamento dos membros da equipa, verificaram-se algumas dificuldades, particularmente na condução das entrevistas, podendo destacar-se:

- formalismo e rigidez relativamente à apresentação dos tópicos do guião ou ao seu encadeamento;
- ausência de soluções ou estratégias de actuação em situações imprevistas (v.g. bloqueio dos informantes perante algumas questões colocadas pelos entrevistadores).

De uma forma geral, estas dificuldades foram detectadas na fase preliminar de simulações de gravação, não tendo chegado a pôr em causa a qualidade do material recolhido.

A dinâmica dos encontros merece uma referência especial, uma vez que envolveu um conjunto de procedimentos diversificados por parte dos membros da equipa. Conforme foi aqui referido, com este tipo de gravação esperava-se registar uma faixa menos formal do discurso dos informantes. Assim, procurou-se criar todas as condições que pudessem permitir alcançar este objectivo, dando-se particular atenção aos temas a abordar e à organização do encontro.

De uma forma geral, os temas eram escolhidos pelos participantes no encontro. Nos casos em que esta solução não era suficiente, os membros da equipa ou sugeriam temas que se tivessem revelado mais produtivos nas entrevistas, ou propunham tópicos de actualidade, retirados de notícias e reportagens dos meios de informação.

Por outro lado, procurou-se que os encontros decorressem num ambiente tão propício quanto possível à comunicação em

Português. Deste modo, foi escolhido como local de gravação um espaço conhecido não só pelo informante, como pelos seus parceiros. Além disso, assegurou-se que os participantes tivessem o hábito de falar Português entre si, mesmo nos casos em que partilhavam a mesma língua bantu/L1.

Apesar de tudo, esta foi a fase mais complexa das gravações, uma vez que parecia haver frequentemente falta de motivação dos informantes (e/ou dos seus parceiros) para este tipo de convívio. Assim, aconteceu por vezes que ou não se conseguiu reunir o número mínimo de quatro participantes, ou os próprios informantes não compareciam aos encontros. Esta situação obrigou a que alguns dos informantes seleccionados inicialmente, e que tinham já sido entrevistados, fossem excluídos da pesquisa.

2.5. Conclusões e Recomendações

Conforme se referiu no início, o PPOM visa constituir um *corpus* - amostragem do processo de dialectação do Português a nível da capital do país.

A concluir este texto, (a) serão aqui apresentadas algumas conclusões e sugestões relativas à metodologia de recolha adoptada, e (b) serão igualmente sugeridas algumas pistas de trabalho, tendo em vista a ampliação do *corpus* recolhido.

No que diz respeito à metodologia de recolha adoptada, pode considerar-se que, dentro dos limites mencionados anteriormente, quanto ao tipo de dados que a equipa se propôs recolher, se alcançaram os objectivos estabelecidos inicialmente. Isto significa que, dentro das fronteiras da faixa formal do reportório linguístico dos informantes, as estratégias de recolha permitiram constituir uma amostragem válida do Português oral de Maputo.

Há, contudo, alguns aspectos relativos à metodologia que vale a pena retomar aqui, tendo em vista a construção de um modelo de trabalho mais eficaz e válido para futuras pesquisas. De um modo mais particular, trata-se de avaliar a metodologia adoptada no

estabelecimento do guião dos temas das entrevistas, e ainda de reflectir sobre a organização do trabalho de campo.

Já foi aqui assinalada a impossibilidade de dispor de um período de tempo anterior à recolha, que permitisse realizar um levantamento dos temas mais produtivos para o tipo de população auscultada (tendo em conta o amplo leque de faixas etárias envolvidas, os diferentes níveis de instrução, etc.). Assim, a equipa do projecto optou por estabelecer um guião de cinco temas gerais, que pareciam acessíveis a todos os informantes. No decorrer do trabalho, contudo, verificou-se que nem todos os informantes eram capazes de falar com à-vontade sobre todos os temas, prejudicando assim o ritmo da entrevista, e obrigando, em certos casos, a uma intervenção dos assistentes, maior do que seria desejável. A título de exemplo, as mulheres com mais de 35 anos tiveram dificuldade em falar com segurança de “Deslocações/Transportes”, pelo facto de realizarem a maior parte das suas actividades em casa ou no bairro. Concluiu-se assim que os temas considerados “gerais e acessíveis” não são necessariamente os mais produtivos no sentido de motivarem os falantes para um discurso espontâneo e fluente. Esta situação poderia talvez ter sido evitada, ou pelo menos atenuada, caso se tivesse adoptado outro tipo de estratégias de recolha. Assim, por um lado, parece indispensável realizar uma pesquisa prévia sobre os campos de interesse dos diferentes tipos de informantes escolhidos como alvo da recolha, e estabelecer o guião de temas das entrevistas com base neste levantamento. Por outro lado, mesmo que se estabeleça um conjunto de temas motivadores, talvez seja necessário repensar a metodologia de condução das entrevistas e admitir a possibilidade de os informantes não serem obrigados a pronunciarem-se sobre todos os temas incluídos no guião, mas apenas aqueles em que se sintam à vontade.

No que diz respeito à organização do trabalho de campo, verificou-se que a proporção um assistente/cinquenta informantes se revelou excessiva. Na verdade, para a recolha de dados de cada informante, era necessário realizar um grande número de acções, que incluíam (1) o primeiro contacto-convite para a sua integração no projecto, (2) gravação da entrevista, (3) o preenchimento do guião do

perfil social, e (4) a gravação do encontro com vários participantes. Em cada caso, o assistente era obrigado a adaptar-se ao ambiente e personalidade do informante, além de ter de realizar todo um conjunto de acções complementares, como a preparação dos gravadores e cassetes, o arquivo do material gravado, a escolha de códigos de identificação dos informantes, etc. Tendo em conta esta dinâmica do trabalho, uma das recomendações para futuras recolhas relaciona-se com a necessidade de planificar este tipo de actividade, de tal forma que a proporção agente de recolha/informante seja de 1/20, em média. Uma tal solução permite evitar o desgaste dos agentes da recolha, assegurando que realizem o seu trabalho com mais criatividade.

A finalizar, e tendo em vista a indicação de algumas pistas de trabalho que permitam ampliar o *corpus* constituído para outras faixas do discurso em Português/L2, pode dizer-se, de uma maneira geral, que este alargamento só será possível caso se adoptem novas estratégias de recolha. Admitindo que, a partir de um certo grau de domínio de uma L2, o reportório linguístico dos seus locutores integra - tal como acontece em locutores de L1 - o chamado “vernáculo” (Cf. LABOV 72:182: “estilo onde é dado um mínimo de atenção à linguagem”), o acesso a este tipo de dados só poderá ter lugar caso haja condições para estabelecer um contacto mais aprofundado e pessoalizado com a população-alvo. Entre essas condições, sobressai a necessidade de assegurar um período anterior à recolha propriamente dita, durante o qual a equipa toma conhecimento do ambiente social em que vai realizar o trabalho de campo (v.g. hábitos linguísticos, questões sociais), e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de acesso aos informantes, de forma a obter um comportamento natural por parte dos seus locutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Manuel (1990) Migrações Internas e o Processo de Urbanização. *Dinâmica Demográfica e Processos Económicos, Sociais e Culturais* (Série População e Desenvolvimento), 2. Maputo, Comissão Nacional do Plano, Direcção Nacional de Estatística.

CARVALHO, M.J. (1991) *Aspectos Sintáctico-Semânticos dos Verbos Locativos no Português Oral de Maputo*. Lisboa, Ministério da Educação; Luanda, Angolê.

DINIZ, M. J. (1986) *Análise de Erros na Frase Relativa*. Tese de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras.

FIRMINO, G. (1994) O Caso do Português e das Línguas Indígenas de Moçambique (Subsídios para uma Política Linguística). Maputo, Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).

____ (1987) Alguns Problemas de Normatização do Português em Moçambique. *Limani*, 3, pp.11-25.

GONÇALVES, P. (1994) Movimentos Sintácticos no Português de Moçambique. In *Português de Moçambique: uma Variedade em Formação*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane. Livraria Universitária /Faculdade de Letras.

____ (1990) *A construção da gramática do Português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

____ (1987) Português de Moçambique: contribuição para o estudo do imperativo. *Limani*, 3, pp. 27-34.

____; SEBASTIÃO, L.; TUZINE, A. (1993) Panorama do Português Urbano de Maputo. Comunicação apresentada in: *Xth World Congress of Applied Linguistics*. Amsterdão, 8-14/8/93 (não publicado).

____; LOUZADA, N.; NGUNGA, A. (1986) *O Português em Moçambique: Análise de Erros em Construções de Subordinação*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, I.N.D.E. (texto policopiado).

GUMPERZ, J. (1982) *Discourse Strategies*. Cambridge, Cambridge University Press.

HYLTENSTAM, K.; STROUD, C. (1993) *Final Report and Recommendations from the Evaluation of Teaching Materials for Lower Primary Education in Mozambique*. Stockholm and Maputo, S.T.E. and INDE.

IBRAIMO, M. (1994) *Contribuição para o Estudo do Crescimento da População e do Processo de Urbanização - o Caso da Cidade de Maputo, 1940-1991*.

Tese de licenciatura, Instituto Superior Pedagógico, Faculdade de Ciências Sociais.

LUÍS, M. (1983) A Atitude Linguística dos Alunos do Grande Maputo perante a Língua Portuguesa. Maputo, I.N.D.E. (não publicado).

LABOV, W. (1972) The Study of Language in its Social Context. *Studium Generale*, vol. 23, pp. 30-87.

LOPES, A. (1994) Language Policy in Mozambique: a Taboo?. Comunicação apresentada in: *First World Congress of African Linguistics*. Kwaluseni, 18-22/7/94 (não publicado).

MACIEL, C. (1992) *O Lexema Verbal no Português de Moçambique*. Tese de licenciatura, Instituto Superior Pedagógico, Faculdade de Línguas.

MATSINHE, S. (1983) Método de Pesquisa: a Fase Preparatória. Maputo, I.N.D.E. (não publicado).

MILROY, L. (1980) *Language and Social Networks*. Oxford, Blackwell (2.^a edição).

MILROY, L.; LI, W.; MOFFAT, S. (1991) Discourse Patterns and Fieldwork Strategies in Urban Settings: some methodological Problems for Researchers in Bilingual Communities. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, vol. 12, 4, pp. 287- 300.

PENICELA, A. (1967) *Subsídios para o Estudo do Português Falado em Moçambique*. Tese de licenciatura, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

SALAMI, L. O. (1986) Prospects and Problems of Urban Sociolinguistic Survey in Africa: Notes from Ile-Ife, Nigeria. *Anthropological Linguistics*, vol. 29, 9, pp 473-483.

NASCIMENTO, M.; MARQUES, M.; CRUZ, M. (1987) *Português Fundamental. Métodos e Documentos (Tomo 1)*. Lisboa, I.N.I.C. e C.L.U.L.

Relatório sobre os resultados do 2.º módulo do inquérito às famílias na cidade de Maputo (1992). Ano II, 1, Direcção Nacional de Estatística.

SILVA, J. (1993) *Variation Linguistique et Norme: Etude de Cas des Pratiques Correctives des Professeurs de Portugais à Maputo*. Tese de Mestrado, Université Stendhal - Grenoble III.

____ (1991) Interferência e Variante Linguística. Algumas Considerações Sociolinguísticas sobre o Português Falado em Moçambique. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 5/6, pp. 101-105.

STROUD, C. (1993) Research Program for the 'Maputo Urban Language Project'. Maputo, INDE (ms).

3 O PAPEL DA REDE SOCIAL NA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

António Tuzine

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa examinar quais são e como se formam os padrões das *redes sociais* numa comunidade urbana plurilingue como é o caso da cidade de Maputo. Para o efeito, explorar-se-á o conceito de *rede social* - entendido neste artigo como um conjunto de pessoas com quem alguém interage numa base regular - como critério de formação e caracterização das *redes sociais* dos falantes do Português Oral de Maputo.

A realização desta pesquisa justifica-se pelo facto de, teoricamente, pensarmos que a variação que se verifica no discurso dos falantes do Português Oral de Maputo tem como motivação não só factores de ordem social tais como sexo, idade, classe social, nível de escolaridade, etc., mas também o tipo de *rede social* em que eles normalmente se integram.

Uma vasta literatura tem mostrado que há uma relação entre as estruturas de *redes sociais* e a adesão ao uso do vernáculo ou ao uso das normas não legítimas (Blom & Gumperz 1972; Russell 1977; Gal 1979; Milroy 1980; Salami 1991).

O presente artigo procurará dar ênfase tanto à formação e análise das *redes sociais* dos quarenta¹ informantes seleccionados para este trabalho, como aos critérios considerados relevantes para o efeito.

O estudo está organizado em seis partes. Na primeira parte, apresenta-se a introdução. Em seguida, procura-se explicar tanto o conceito de *rede social*, sua *estrutura* e *natureza*, quanto a sua

¹ Os 40 informantes aqui referenciados fazem parte dos 100 informantes do Panorama do Português Oral de Maputo (PPOM).

contribuição no estudo de uma comunidade plurilingue, onde se verifica uma situação permanente de línguas em contacto. Na terceira parte, faz-se uma breve apresentação da metodologia e dos instrumentos adoptados para a obtenção de dados das *redes sociais* dos quarenta informantes. Na quarta parte, discute-se a problemática inerente à constituição das *redes sociais*, seguida da respectiva análise. Na quinta secção, fazem-se as correlações² entre algumas variáveis sociais e *rede social*. Na parte final, para além da apresentação das conclusões, discutir-se-á a eficácia da aplicação do conceito de *rede social* em estudos linguísticos numa comunidade urbana plurilingue como é o caso de Maputo.

Esperamos, através da constituição e posterior análise dos padrões das *redes sociais* dos falantes do Português Oral de Maputo, encontrar evidências que nos permitam afirmar que os fenómenos de variação linguística, que se observam no seu discurso, se devem, essencialmente, aos contactos sociais que eles estabelecem dentro da sua comunidade linguística.

2. REDE SOCIAL: CONCEITO E ANTECEDENTES

O conceito de *rede social* já vem sendo explorado em ciências sociais há bastante tempo (Bott, 1971; Mitchell, 1969). Para a sociolinguística, porém, só veio a ser mencionado por Blom e Gumperz (1972), Gal (1979), e tornou-se bem conhecido depois da publicação do estudo feito em Belfast por Milroy (Milroy & Milroy 1978; Milroy 1980).

O conceito de *rede social* postula que existe uma relação entre as escolhas linguísticas do falante e as pressões dos contactos sociais informais que ele tem dentro de uma dada comunidade. Isto explica-se pelo facto de o grau de integração do falante na sua *rede* poder funcionar como um mecanismo de reforço e cumprimento da norma linguística.

² Ver conceito de correlação na pág. 93.

A aplicação do conceito de *rede social* ao estudo da variação e mudança linguística representa um dos desenvolvimentos mais importantes da sociolinguística nestas últimas duas décadas.

Como se sabe, pelo menos desde Hymes (1964), e sobretudo Labov (1963;1966) - no seu clássico estudo sobre a centralização de ditongos em Martha's Vineyard, e mais tarde academicamente tornado público no também clássico *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* de Weinreich, Labov e Herzog (1968) - o eixo social tem sido examinado dentro do paradigma quantitativo laboviano, que mostrou que a variação linguística está correlacionada com variáveis sociais como idade, sexo, classe social, etc.

Entretanto, alguns estudiosos de orientação mais inovadora, cujas pesquisas foram levadas a cabo fora dos Estados Unidos da América, têm estado a pôr em causa a aplicabilidade do conceito de classe social, tal como Labov o definiu, em comunidades mais complexas que a da Nova Iorque, ao mesmo tempo que introduzem novas perspectivas na análise da variação e mudança linguística, focalizando o estudo do papel do indivíduo, i.e., como é que o indivíduo se relaciona com os outros, em que ocasiões, em que lugares e com que frequência interage com a, b ou c.

É neste contexto que surge uma nova abordagem que toma em consideração a identidade das pessoas com quem o falante regularmente interage, em adição à identidade dos próprios falantes. Nesta nova abordagem, surge o conceito de *rede social*, no qual se assume que há uma relação dialéctica entre o comportamento linguístico do falante e as relações inter-pessoais, i.e., o uso da língua é influenciado e condicionado pelo tipo de contacto social que os falantes estabelecem entre si.

Labov (1972b), ao estudar o uso da língua por grupos de parceiros ("peer groups"), em Nova Iorque, concluiu que as normas dos grupos de parceiros têm uma grande influência na adopção das regras do Inglês vernacular, i.e., a estruturação hierarquizada e forte dos grupos dos adolescentes mostra uma alta correlação entre o estatuto dos grupos e o uso da língua *não-standard*. Mais tarde, Cheshire (1982), em Reading, veio a concluir que existiam diferenças entre raparigas e rapazes adolescentes no uso de normas vernaculares

e formas *não-standard* da língua. De acordo com Cheshire, na base dessas diferenças está o facto de os rapazes estarem mais integrados em grupos fortemente estruturados, semelhantes aos descritos por Labov, enquanto as raparigas pertencem a grupos cuja estruturação se apresenta mais fraca.

A partir daqui, parece-nos evidente que tanto Labov como Cheshire dão ênfase ao papel que os grupos de parceiros exercem sobre o falante, como determinante e condicionador do seu comportamento linguístico, i.e., é a maior ou menor integração em grupos de parceiros que torna possível a adesão do indivíduo à norma vernacular ou a formas estigmatizadas da língua.

No entanto, são os estudos levados a cabo por Gal (1979), Milroy (1980) e Russell (1977) que nos parecem proporcionar uma maior compreensão do poder de predição do conceito de *rede social* na análise dos fenómenos de variação e mudança linguística.

Com efeito, estes autores, que integraram perspectivas e métodos da antropologia e da etnografia num tratamento sistemático da variação e mudança linguística em Oberwart, Belfast e Mombaça respectivamente, demonstraram, através da aplicação do conceito de *rede social*, que as pessoas, nos seus encontros quotidianos, dependem largamente do modo como usam a língua com outras pessoas com quem interagem mais do que com uma sociedade abstracta.

Assim, ao escolhermos esta perspectiva de análise para estudar a comunidade linguística de Maputo falante de Português, fazemo-lo porque pensamos que diferentes tipos de contacto/interacção social levam a diferentes comportamentos linguísticos e que estudos baseados apenas na linha quantitativa de Labov (1963;1966) não nos parecem suficientes para explicar os fenómenos de variação linguística, no contexto moçambicano.

Em Moçambique, diferentemente da sociedade novaiorquina, socialmente bem estratificada, o conceito de *classe social* não é de fácil aplicação, por se estar perante uma sociedade em transição, caracterizada por muitas mudanças sociais e económicas.

Neste contexto, argumentamos a favor de atribuição de uma maior relevância ao tipo/qualidade de interacção que o falante estabelece no seu dia-a-dia, independentemente da sua classe social,

idade, ou sexo; e é a pensar na relevância que possuem os contactos sociais e linguísticos no comportamento linguístico do falante que nós empreendemos este estudo.

2.1. Tipo, natureza e estrutura das *Redes Sociais*

2.1.1. *Rede aberta e Rede fechada*

Membros de uma dada comunidade linguística podem ser vistos como estando ligados uns aos outros numa *rede social* relativamente *aberta* (“open”) ou *fechada* (“closed”). Pertencem à *rede aberta* os indivíduos cujos contactos tendem a envolver pessoas que não se conhecem umas às outras. Por outro lado, constituem *redes fechadas* os contactos pessoais em que todos os indivíduos se conhecem uns aos outros.

2.1.2. *Redes de baixa e alta densidade*

De acordo com Coates (1993), as *redes abertas* são de *baixa densidade* (“low density”), i.e., as pessoas não possuem nenhum laço de parentesco ou de vizinhança. As *fechadas* são de *alta densidade* (“high density”), na medida em que as ligações entre as pessoas têm como base os seus laços de parentesco, as relações de vizinhança ou amizade, e a interacção entre colegas de serviço.

Uma *rede* relativamente *densa* funciona como um mecanismo de reforço e cumprimento da norma (Gal, L. Milroy, Russell, Bortoni-Ricardo). No caso específico da língua, isto significa que um grupo *fechado* terá capacidade de fazer cumprir as (suas) normas linguísticas (Coates 1993). Se, pelo contrário, a *rede social* for *aberta*, o sentimento de pertença, reciprocidade ou o sentimento de identidade do grupo, pode não se desenvolver. É a falta de espírito ou sentimento de pertença, sentimento de unidade ou de solidariedade por parte dos falantes que provoca normas linguísticas difusas ou relativamente divergentes.

Salami (1991:225) afirma, a propósito, que “as diferenças entre *redes fechadas* e *redes abertas*, num discurso da comunidade, não só reflectem os níveis individuais de integração dentro dessa determinada comunidade, mas também, em termos do uso da língua, a complexidade dos variados actos de identidade dos falantes”.

2.2. Relações *Uniplex* e *Multiplex*

Em relação aos membros que, numa comunidade de fala, estabelecem relações relativamente “unilateralizadas”, as suas *redes* são designadas *uniplex*. São exemplos de *redes uniplex*, segundo Bortoni-Ricardo (1989:169), “as relações que se estabelecem entre patrão e empregado ou médico e paciente, nas sociedades tipicamente urbanas e altamente industrializadas”.

Por seu turno, constituem *redes multiplex* aquelas em que as pessoas estão ligadas de várias maneiras, porque, por exemplo, vivem na mesma rua, trabalham na mesma fábrica, compartilham os tempos livres. Em comunidades rurais e de classes trabalhadoras tradicionais, as *redes* típicas aí encontradas são altamente *densas* e *multiplex*.

De acordo com estudiosos como Gal, Milroy, Bortoni-Ricardo e Salami, falantes cuja tendência é pertencer a *redes sociais multiplex e densas* - características de comunidades pequenas e tradicionais, onde todos se conhecem, e as pessoas se relacionam em diversas situações, como na sua interacção com parentes, vizinhos, colegas de serviço, amigos no lazer, etc. - têm mais probabilidades de sofrer uma maior pressão das *redes sociais* locais a que pertencem de tal maneira que ficam mais de acordo com as suas normas linguísticas.

Mas se, pelo contrário, os falantes possuem uma *rede* mais *aberta* característica de comunidades de *baixa densidade e uniplex* - estão então mais sujeitos à influência das “pressões padronizadoras da cultura e da língua dominante” (Bortoni-Ricardo, 1989:171).

3. QUESTIONÁRIO DO PERFIL SOCIAL

3.1. Apresentação geral

Metodologias para a captação e análise dos padrões das *redes sociais* dos falantes de uma dada comunidade linguística podem compreender diferentes tipos de técnicas e procedimentos, desde a observação participativa, passando pela entrevista face-a-face, até ao questionário oral.

Milroy 80, por exemplo, adoptou a observação participativa através da qual foi capaz de observar e participar em interacções prolongadas e informais com membros das comunidades-alvo da sua pesquisa.

Contrariamente a Milroy, Salami 91 optou pela entrevista face-a-face através da qual pôde, igualmente, obter indicadores para a formação e caracterização das *redes sociais* individuais dos seus informantes em Ile-Ife (Nigéria).

No PPOM, a metodologia adoptada na recolha de dados para a constituição e análise das *redes sociais* dos 100 falantes foi o Questionário de Perfil Social (QPS) (vide Anexo I).

O recurso ao QPS tem como objectivo capacitar-nos a observar, indirectamente, o tipo (*rede local* ou *rede urbana*), a natureza (*baixa densidade* ou *alta densidade*), e a estrutura (*multiplex* ou *uniplex*) das *redes* particulares dos nossos quarenta informantes. A opção somente pelas dimensões *rede local* e *rede urbana* justifica-se pelo facto de se pensar que falantes cuja tendência é integrar-se em *redes urbanas* têm um maior acesso não só ao estilo de vida urbano, mas também a um uso mais frequente do Português do que os que tendem a integrar-se em *redes locais*.

A partir do QPS é possível a identificação de indicadores que nos permitam medir a origem, o número, a frequência e a reciprocidade dos contactos dos informantes, individualmente, tanto no local de residência como na cidade. Esses indicadores, conforme Milroy 80, podem incluir parentes, vizinhos, amigos, associações voluntárias e ligações de trabalho (Milroy, 1980:141-44).

Deste modo, para obtermos informações sobre o tipo de *redes sociais* pessoais, a metodologia seguida foi de fazer uma série de perguntas encadeadas, relacionadas com as áreas de parentesco, vizinhança, amizade, trabalho, associações religiosas e político-sindicais. Por exemplo, para obtermos dados sobre os primeiros quatro aspectos, nós perguntávamos aos nossos informantes se no bairro residencial “tinham ou não relações com parentes, vizinhos, amigos, colegas de serviço”; se “tinham ou não familiares na cidade”. Relativamente à participação dos informantes em associações religiosas e político-sindicais, nós perguntávamos se eles eram “membros de alguma organização”; se iam “à igreja / mesquita”.

Para obtermos dados sobre a *estrutura*, assim como sobre a *natureza* das *redes sociais* dos informantes, perguntávamos se estes tinham “encontros regulares com os vizinhos, colegas de serviço ou amigos”; se participavam em “actividades sociais colectivas (“missas” tradicionais) e religiosas”. Relativamente à *natureza* da *rede*, i.e., para saber se os inquiridos participavam em relações de baixa ou alta densidade, perguntávamos se passavam, normalmente, os seus “tempos livres e/ou de trabalho com os membros da família, amigos, vizinhos, ou colegas de serviço”; se participavam em diversas actividades de ajuda mútua, tais como jornadas de “limpeza, construção e reparação das casas; organização das festas/convívios”, etc.

Refira-se, no entanto, que nem sempre a uma pergunta do QPS correspondeu apenas um aspecto relacionado com o *tipo*, *natureza* ou *estrutura da rede social* do falante. Houve casos em que a partir de uma só pergunta do QPS foi possível a obtenção de informações relativas a pelo menos duas destas três variáveis. Por exemplo, na pergunta 1. “Com quem vive? (pais, filhos, avós paternos/maternos, sogros, esposo(a)_____)?”, é possível obter informações sobre o *tipo* e *natureza da rede social* do falante.

3.2. Pontuações das perguntas do QPS

As perguntas foram pontuadas numa escala entre o mínimo de 0 e o máximo de 3 pontos (vide Anexo II). Os critérios para a atribuição desta pontuação tiveram a ver com a natureza específica e importância que se conferiu a cada pergunta do QPS. Assim, as perguntas que contribuem para a definição das dimensões: *tipo*, *natureza* ou *estrutura da rede*, tiveram uma pontuação mais alta do que as outras.

Por exemplo, na pergunta 1. “Com quem vive? (pais, filhos, avós paternos/maternos, sogros, esposo(a) _____ ?”, atribui-se a pontuação um (1) – máxima nesta pergunta – caso o informante viva numa família *tradicional local*, e zero (0) se viver numa família *não-tradicional urbana*. A pontuação um (1) é atribuída pelo facto de desta pergunta apurar informações sobre a integração ao informante numa *rede local*, e não na sua integração numa *rede urbana*.

Quanto às perguntas 4-4.1, “Com quem costuma reunir-se/participar em actividades?” e “Quais as 4 pessoas com passa mais tempo?”, por exemplo, se passar mais tempo (diariamente) com um vizinho, atribui-se uma pontuação mínima de um (1) ponto; e máxima de dois (2) ou três (3) pontos, quando se trata de um amigo ou de um colega, respectivamente. Em caso de encontros não diários, atribui-se zero (0) ponto a cada um dos parceiros. Como os dados a obter deste grupo visam a integração do falante numa *rede urbana não-tradicional*, a atribuição de um (1) ponto para o vizinho, dois (2) pontos para o amigo e três (3) pontos para o colega do informante, justifica-se de nos parecer que os colegas de serviço/escola e os amigos, mais do que vizinhos, são as pessoas que podem causar uma maior influência no comportamento linguístico do falante – no que se refere ao uso da língua portuguesa – por com elas passar a maior parte do tempo.

4. AS REDES SOCIAIS NA COMUNIDADE URBANA DE MAPUTO

4.1. Aplicações estatísticas

Como se viu no item anterior, das perguntas do QPS foram obtidos indicadores para a constituição tanto das *redes sociais* como a medição da sua *estrutura e natureza*.

A base de dados foi montada a partir das respostas obtidas do QPS. A pontuação das variáveis *Rede local*, *Rede urbana*, *estrutura e natureza* é obtida a partir das somas das pontuações das perguntas relativas a cada uma das áreas. Estas variáveis foram transformadas em *z score*, i.e., todas as dimensões foram reduzidas ao mesmo valor para serem avaliadas com base na fórmula $z = (x - \bar{x}) / s$, onde \bar{x} - média da amostra; s - desvio padrão da amostra; x - pontuação do informante na amostra.

Com base no *z-score* da *Rede local* e *Rede urbana*, os informantes foram classificados como tendendo a integrar-se em *redes local* ou *urbana*. Informantes cujo *z-score* em *Rede local* fosse superior ao *z-score* da *Rede urbana* foram integrados na *Rede local* ou vice-versa.

A variável *estrutura da rede* obteve-se, igualmente, a partir do seu *z-score*. Os informantes cujo *z-score* fosse superior a zero (0) foram considerados como tendo relações *multiplex*, enquanto os informantes com o *z-score* inferior a zero (0) foram classificados como tendo relações *uniplex*.

Na variável *natureza da rede*, assumiu-se que valores do *z-score* abaixo do zero (0) representam a *baixa densidade* e o valor um (1) indica *alta densidade*, o que quer dizer *z-score* acima da média.

4.2. Constituição e análise das *redes*

Com base no método estatístico anteriormente referido, somadas as pontuações obtidas do QPS, os quarenta informantes do PPOM foram integrados em *redes locais* ou em *redes urbanas*, conforme tiveram uma maior pontuação em *Redloc* ou em *Redurb*. Com base nesse procedimento, foram integrados 45% dos informantes em *redes locais* e 55% em *redes urbanas*.

Fazendo uma análise dos resultados obtidos na constituição das *redes sociais* dos informantes do PPOM, pode-se afirmar que:

(a) a integração dos informantes numa ou noutra *rede* não se processa de forma “pacífica”: casos há em que as pontuações obtidas não permitem, de uma maneira inequívoca, integrar um informante numa determinada *rede*, i.e., até que ponto - sabendo-se que a pontuação máxima na *rede local* e na *urbana* se situa em cerca de 50 pontos para cada uma - informantes cujas pontuações numa ou noutra *rede* se situaram entre 19,5 e 20; 18,5 e 17; 22,5 e 21,5, etc. estarão mais integrados numa *rede* do que noutra? (Confronte, a propósito, os dados do Anexo III).

Um ponto importante a reter aqui parece-nos ser a observação das “tendências de integração” e o sentido que elas dão ao comportamento linguístico do falante, i.e., que comportamento linguístico é exibido ou é esperável num indivíduo cuja tendência é integrar-se - e não pertencer - numa *rede local* ou *urbana*.

(b) a integração de um falante numa *rede local* ou numa *rede urbana* não depende, necessariamente, do seu local de residência. Informantes da área urbana há que se integram em *redes locais*, o mesmo sucedendo com os da área suburbana que se integram em *redes urbanas*.

Estas afirmações entram *grosso modo* em contradição com a nossa expectativa inicial que, influenciada pela perspectiva teórica,

apontava para a existência de homogeneidade na composição das *redes*, i.e., pensávamos inicialmente que pelo facto de o informante habitar a zona urbana ou suburbana, integrar-se-ia numa *rede urbana*, ou numa *rede local*, respectivamente.

No entanto, a não confirmação destas e das demais expectativas, parece ter a ver com as peculiaridades e perfil tanto socioprofissional como linguístico dos nossos informantes, aspectos para os quais pouca atenção foi atribuída inicialmente, e que não se assemelham nem com as características de Belfast, nem de Ile-Ife nem de Brasília, locais onde se realizaram os estudos que, no plano teórico, inspiram o presente trabalho.

Maputo, nosso local de pesquisa, caracteriza-se por uma grande heterogeneidade social e linguística. Com efeito, tanto na área urbana, constituída por Polana Cimento (PC) e Alto-Maé (AM), como na suburbana, formada por Maxaquene (MX), Mafalala (MF) e Chamanculo (CH), verifica-se uma situação de descaracterização generalizada, que consiste não só numa despadronização linguística mas também numa mistura de hábitos e práticas socioculturais, resultante de contacto e convívio de grupos populacionais vindos de lugares diversos.

Este panorama não está alheio às mudanças sociais e económicas que se vêm registando no país, desde que este ascendeu à independência, em 1975. Assim, parece-nos conveniente que, ao pretendermos abordar a situação sociolinguística do nosso local de pesquisa, consideremos os efeitos das migrações campo-cidade, o super povoamento urbano e suburbano, assim como a coexistência de muitas línguas moçambicanas bantu e do Português.

Desta forma, enquanto os primeiros efeitos vieram alterar tanto o *modus vivendi* urbano como as relações inter-pessoais, os últimos geraram, não poucas vezes, uma situação de mistura e alternância de códigos, envolvendo as mesmas línguas, ocasionando, em certa medida, uma variação cada vez maior e sistemática do Português falado em Moçambique.

5. CORRELAÇÕES ENTRE A REDE SOCIAL E AS VARIÁVEIS SOCIAIS

De acordo com Gallisson & Coste, “duas variáveis estão em correlação quando a grandeza e o sentido das variações dos seus valores respectivos são semelhantes, i.e., correlação aplica-se ao grau de semelhança entre estas variações” (1983:170).

Assim, no presente item, pretende-se verificar até que ponto existe (ou não) semelhança entre a variável *rede social* e as variáveis sociais: local de residência, idade e escolaridade. A escolha destas variáveis justifica-se pelo facto de estudos realizados sobre os fenómenos de mudança e variação linguística (Milroy, Russell, Bortoni-Ricardo, Salami), em países diferentes de Moçambique, terem mostrado que existe uma relação significativa entre esses fenómenos, a *rede social* e as variáveis sociais.

Desta forma, serão realizadas, consecutivamente, as correlações entre a *rede social local/urbana* bem como a *estrutura e natureza* e as variáveis sociais acima indicadas, através da aplicação do teste de correlação dos coeficientes. Este teste permite-nos, como já o afirmámos anteriormente, verificar “o grau de semelhança existente entre uma determinada variável e a(s) outra(s)”.

5.1. Correlação *rede social* e bairro

A correlação entre estas variáveis verificou-se apenas entre a *rede local* - e não a *rede urbana* - e o bairro de MX. Com efeito, no teste de correlação realizado, houve uma relação estatisticamente significativa ($f=6,5049; p<0,05$) apenas entre a *rede local* e o bairro de MX, i.e., somente os informantes do bairro suburbano de MX se integram mais em *redes locais*, contrariamente ao que acontece com os informantes doutros bairros, incluindo os bairros suburbanos de CH e MF, cujos informantes tendem a integrar-se em *redes urbanas*.

Como se pode observar, estes resultados não nos surpreenderiam se os bairros de CH e MF, tão suburbanos quanto o

MX, não tivessem relativamente a este uma diferença significativa. Desta forma, e considerando os resultados obtidos, podemos afirmar que o *modus vivendi* destes dois bairros, apesar de suburbanos, aproxima-se do urbano por, provavelmente, serem dos bairros mais antigos da cidade de Maputo, cujos habitantes desde há bastante tempo se relacionam com a “maneira de ser da cidade de cimento”, tendo dela assimilado o seu estilo de vida.

Por esta razão, na situação actual de mudanças sociais e económicas várias, achamos que a análise linguística não deve opôr, necessariamente, a zona urbana à suburbana, na explicação dos fenómenos de variação linguística dos seus habitantes. É preciso notar que pessoas da zona suburbana há que passam uma grande parte do seu tempo fora dela. Esta situação poderá conduzi-las a um comportamento linguístico que não é típico da sua zona de residência.

Relativamente à correlação *natureza da rede* e local de residência, observa-se, igualmente, uma relação significativa sobretudo entre o bairro suburbano de MX e o bairro urbano de PC., i.e., enquanto os informantes de MX participam em relações mais *densas* os de PC participam em relações menos *densas*.

Esta situação pode explicar-se tanto pelo facto de o MX ter agregados familiares mais numerosos como por este bairro - mais do que os outros - ter albergado muitos migrantes que, *grosso modo*, mantêm com as suas zonas de origem fortes ligações, daí resultando frequentes contactos com os habitantes vindos dessas zonas. Os de PC, pelo contrário, participam em relações menos densas, embora em certos casos mantenham também algumas ligações com as zonas suburbanas onde têm os seus parentes e amigos. Como se pode notar nesta análise, mereceram atenção apenas os bairros que, nitidamente, se opuseram um ao outro: um pela sua alta densidade e outro pela sua baixa densidade.

5.2. Correlação *rede social* e idade

Da análise de correlação entre *rede* e idade não se verificou nenhuma relação estatisticamente significativa ($f=0,3914; p>0,05$). No entanto, embora não exista nenhuma dependência entre estas duas variáveis, nota-se uma clara tendência de os informantes das faixas etárias dos 25 a 45 anos se integrarem mais em *redes urbanas* que os das faixas 16-25 ou de mais de 45 anos. A explicação deste facto, provavelmente, reside na possibilidade que os indivíduos destas faixas têm de inter-agir com muitas pessoas, em diferentes contextos, através de múltiplos contactos que o seu acesso ao emprego lhes possibilita.

5.3. Correlação *rede social* e nível de escolaridade

Na correlação que se fez entre as variáveis *rede social* e nível de escolaridade verificou-se uma relação estatisticamente significativa ($f=5,5466; p<0,05$). Com efeito, enquanto informantes do nível E1³ se integram mais em *redes locais*, os dos níveis E2 e E3 integram-se mais em *redes urbanas*.

Provavelmente, uma das explicações para este resultado é o facto de os indivíduos dos níveis E2 e E3 se envolverem mais em contactos interpessoais, quer devido a razões meramente escolares (colegas/professores da mesma turma/escola), quer por razões de índole socioprofissional. Embora não se tenha feito nenhuma análise relativa à profissão dos informantes, parece-nos acertado não se perder de vista que, normalmente, têm tido relativamente maior acesso ao sector laboral pessoas com níveis E2 e E3, o que retira aos indivíduos de nível E1 a possibilidade de um maior intercâmbio linguístico através da ocupação/profissão.

³ Incluímos no nível E1 os informantes que têm desde a 4.^a classe até 7.^a, no nível E2 desde a 8.^a à 11.^a classe e no nível E3 a frequência do ensino Universitário (Para uma discussão mais pormenorizada sobre os níveis de escolaridade ver MORENO e TUZINE, vol. II, cap. 3).

5.4. Breve síntese

Do que ficou dito em 5.1-5.3, pode-se concluir que a adopção do conceito de *rede social* na explicação de fenómenos de variação linguística parece importante não só pelas relações que se verificou existirem entre esta variável e as sociais: *rede local*/bairro de MX; *rede local*/nível E1 e *rede urbana*/níveis E2 e E3, mas sobretudo por nos ter permitido verificar que o que se deve opor, em estudos de fenómenos de variação linguística, não são, necessariamente, falantes em razão do seu local de residência, mas pelo facto de esses falantes poderem ou não participar em interacções sociais regulares, por via das suas ligações socioprofissionais, de amizade ou de vizinhança, que podem influir no seu comportamento linguístico.

Por outro lado, se levarmos em linha de conta que tanto na área urbana como na suburbana, os indivíduos podem ter as mesmas possibilidades de ligação quer pela via socioprofissional, quer pelas suas relações de amizade ou vizinhança, então temos de aceitar que tanto os falantes urbanos como os suburbanos poderão ter as mesmas possibilidades no seu desempenho linguístico.

6. CONCLUSÕES

Com este pequeno estudo pretendia-se ver até que ponto a aplicação do conceito de *rede social* podia ser um complemento à análise dos fenómenos de variação e mudança linguística, tal como fora sugerido por Milroy 80, Bortoni-Ricardo 85 e Salami 91.

Da análise das correlações entre as diferentes variáveis sociolinguísticas, local de residência, idade, escolaridade e *rede social*, conclui-se que:

- (a) as *redes* sociais não trilhavam os mesmos padrões de formação, a exemplo do que acontece em Belfast, Ile-Ife ou em Brasília, e tudo nos leva a crer que semelhante situação se deve, essencialmente, à ausência de um padrão social e linguístico que possa ser assumido como característico do nosso espaço de pesquisa, facto que, como se viu em 4.2 a) e b), tornou difícil senão mesmo impossível a integração de um indivíduo numa determinada *rede*.

Assim, e na medida do possível, estudos baseados na linha de análise de Milroy 80, deviam, quando se realizam em espaços urbanos em constantes mudanças sócio-económicas, como é o caso de Maputo, procurar abranger grupos sociais e sócio-profissionais mais ou menos homogéneos, para se verificar até que ponto *as redes* em que os seus membros se integram funcionam ou não como “um forte mecanismo de reforço da norma linguística”.

- (b) as *redes sociais urbanas*, em que os informantes tendem a integrar-se, parecem estar fortemente associadas ao nível académico e socioprofissional dos falantes, tal como se discute em 5.2. Com efeito, indivíduos cujo nível de escolaridade se situa entre o médio e o superior tendem a integrar-se em *redes urbanas*, devido à frequência de contactos que estabelecem com muitas pessoas e em diferentes contextos.

Contudo, e ao contrário das previsões de Milroy 80 e seus seguidores, o facto de o indivíduo tender a integrar-se numa *rede*

urbana aberta, longe de o levar a adoptar “normas linguísticas divergentes ou difusas”, parece proporcionar-lhe uma maior interacção, por via da qual passa a ter um maior acesso ao uso da língua portuguesa, o que lhe pode conferir um maior domínio deste idioma, relativamente ao indivíduo que tende a integrar-se em *redes locais fechadas*, sabido que o Português é uma língua usada frequentemente em círculos urbanos e socioprofissionais.

O passo seguinte - e que por razões que se prendem com os propósitos deste artigo não foi aqui contemplado - será uma análise de âmbito linguístico, onde se procurará articular o conceito de *rede social* e os fenómenos de variação do Português oral de Maputo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOM, J-P.; GUMPERZ, J. (1972) Social meanings in linguistic structures: code switching in Norway. In *Gumperz, J. & Hymes, D. (eds.)*, pp. 407-34.

GUMPERZ, J. & HYMES, D. (1972) *Directions in sociolinguistics*. New York, Holt Rinehart & Winston.

BORTONI-RICARDO, S.M. (1985) *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brasil*. Cambridge, Cambridge University Press.

BORTONI-RICARDO, S.M. (1989) A Migração Rural-Urbana no Brasil: Uma Análise Sociolinguística. In *Tarallo, F. (org.)*, pp. 167-180.

BOTT, E. (1971) *Family and social network*, revised edn. London, Tavistock.

CHESHIRE, J (1982a) *Variation in an English Dialect*. Cambridge, Cambridge University Press.

COATES, J. (1993) *Women, Men and Language*. London, Longman Group UK Limited (2nd edition).

GAL, S. (1979) *Language Shift*. New York, Academic Press.

GALLISSON, A.R.; COSTE, D. (1983) *Dicionário de Didáctica de Línguas*. Lisboa, Livraria Almedina.

HYMES, D. (ed.) (1964) *Language in Culture and Society*. New York, Harper International.

- LABOV, W. (1966) *The social Stratification of English in New York City*. Washington DC, Centre for Applied Linguistics.
- ____ (1972a) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- ____ (1972b) *Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- MILROY, J.; MILROY, L. (1978) Belfast: change and variation in an urban vernacular. In *Trudgill, P. (ed.)*, pp.19-36.
- MILROY, L. (1980) *Language and Social Networks*. Oxford, Basil Blackwell.
- ____ (1987) *Observing and Analysing Natural Language*. Oxford, Basil Blackwell.
- MITCHELL, J.C. (1969) *Social networks in urban situations*. Manchester, Manchester University Press.
- RUSSELL, J. (1977) Networks and sociolinguistic variation in an African urban setting. In *Romaine, S. (ed.)*, pp. 125-140.
- SALAMI, L.O. (1991) Diffusion and focusing: Phonological variation and social networks in Ile-Ife, Nigeria. In *Language in Society*, vol. 20, nr. 2, pp. 217-245.
- TRUDGILL, P. (1974) *The Social Differentiation of English in Norwich*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ____ (ed.) (1978) *Sociolinguistic Patterns in British English*. London, Eduard Arnold.

I QUESTIONÁRIO DE PERFIL SOCIAL DO INFORMANTE

CÓDIGO: _____

RELAÇÃO COM FAMILIARES – NO BAIRRO RESIDENCIAL

1. Com quem vive? (pais, filhos, avós paterno/materno, sogros, esposo(a)
_____)

2. tem relações com (pais, filhos, avós paterno/materno, sogros, tios, primos
_____)

2.1. Quais os 4 familiares com quem passa mais tempo?

2.2. Passa com eles os tempos livres e/ou os momentos de trabalho?

2.3. Onde se encontram?

2.4. Com que frequência?

2.5. Em que língua(s) comunica com eles?

2.6. De que problemas/assuntos tratam?

2.7. Que relações têm eles entre si?

1 2
3 4

RELAÇÃO COM FAMILIARES – NA CIDADE

3. Tem familiares na cidade ____ Bairro ____ (pais, filhos, irmãos, avós paterno/materno, tios, sobrinhos, primos, _____)

3.1. Quais os 4 familiares com quem passa mais tempo?

3.2. Passa com eles os tempos livres e/ou os momentos de trabalho?

3.3. Onde se encontram?

3.4. Com que frequência?

3.5. Em que língua(s) comunica com eles?

3.6. De que problemas/assuntos tratam?

3.7. Que relações têm eles entre si?

1 2
3 4

RELAÇÃO COM OUTRAS PESSOAS

4. Com quem costuma reunir-se/participar em actividades?
(Amigo(s), colega(s), _____, _____, _____, _____, _____)

4.1. Quais as 4 pessoas com quem passa mais tempo?

4.2. Que profissão/ocupação têm eles?

4.3. Onde se encontram normalmente?

4.4. Com que frequência?

4.5. Que língua(s) usam habitualmente quando se encontram?

4.6. Com que outras pessoas costuma reunir-se/participar em actividades?

5. A que mass media tem acesso? (rádio, televisão, jornal, revista
_____)

5.1. Em que língua(s) recebe as mensagens desses meios de comunicação? (Português, língua bantu)

ACTIVIDADES COLECTIVAS

6. É membro de alguma organização? _____

6.1. Com quem participa nas actividades dessa organização? _____

7. Pertence à religião católica, muçulmana, anglicana, metodista, assembleia de Deus _____

7.1. Em que língua(s) se apresenta o serviço religioso? _____

7.2. Com quem participa nas actividades da igreja/mesquita?

8. Costuma participar em funerais, "missas", casamentos, baptizados, festas?

Outras cerimónias/actividades:

9. Tem relações de inter-ajuda para:

Tomar conta de crianças, ajudar a realizar festas/convívios

Ajudar a construir casas, arranjar os quintais

Limpar/concertar as casas/prédio?

Outras _____

OPINIÃO SOBRE O BAIRRO

10. Gosta do bairro? _____

11. Encontra-se com os vizinhos para:

Conversar, tomar bebidas, ouvir o relato, ver televisão

Discutir problemas como: _____

OPINIÃO SOBRE A CIDADE

12. Gosta da cidade? _____

II PONTUAÇÃO DAS REDES

Pergunta	Especificidade da Pergunta	Pontuação
1.	(a) vive numa família tradicional (b) vive numa família nuclear	1 0
2.	Possui membros da família (a) na vizinhança (b) não os possui	1 0
2.2.	Tem contactos (a) em tempos livres (b) em tempo de trabalho	0,5 0,5
2.3.	Local de contacto (a) em casa (b) fora de casa	1 0
2.4.	Frequência do contacto (a) + diária (b) - diária	1 0
2.5.	(a) uso de língua: apenas uma LB (b) uma LB e LP (c) apenas LP	2 1 0
2.6.	(a) assuntos abordados: sobre a família (b) assuntos não familiares/não locais	1 0
2.7.	(a) ligações entre membros: formam um triângulo (b) não formam	1 0
3.	(a) possui membros da família na cidade (b) não os possui	1 0
3.2.	(a) tem contactos em tempos livres (b) tem contactos em tempo de trabalho	0,5 0,5

3.3.	(a) local de contacto: em casa (b) fora de casa	1 0
3.4.	(a) frequência de contacto: + diária (b) - diária	1 0
3.5.	(a) uso de língua: apenas uma LB (b) uma LB e LP (c) apenas LP	2 1 0
3.6.	(a) assuntos abordados: sobre família (b) assuntos não familiares/não locais	1 0
3.7.	(a) ligações entre os membros: formam um triângulo (b) não formam	1 0
7.	(a) participa numa organização religiosa (b) não participa	1 0
7.1.	(a) participa com membros da sua família (b) não participa	1 0
7.2.	(a) uso de língua: apenas uma LP (b) apenas LB (c) uma LB e uma LP	1 1 0
8.	(a) participa em actividades tradicionais: "missas", funerais, casamentos... (b) não participa	1 0
10.	(a) gosta do bairro (b) não gosta	1 0
4.	(a) participa regularmente em actividades com os vizinhos (b) amigos, e (c) colegas	1 2 3
4.2.	(a) profissão com maior prestígio (b) profissão com menor prestígio	1 0

4.3.	(a) local de contacto: fora de casa (b) em casa ou na vizinhança	1 0
4.4.	(a) frequência diária no contactos com os vizinhos, (b) amigos, e (c) colegas	1 2 3
4.5.	(a) uso de língua: apenas LP (b) LP e uma LB (c) apenas LB	2 1 0
5.	(a) leitura e audição de mass media (b) nem leitura nem audição de mass media	1 0
5.1.	(a) língua em uso pelos mass media: LP (b) uma LB e LP (c) uma LB	2 1 0
6.	(a) participa numa organização sindical, política... (b) não participa	1 0
6.1	(a) participa com membros da família (b) participa com outras pessoas	0 1
9.	(a) tem relações de entre-ajuda: toma conta de crianças, ajuda a realizar festas... (b) não tem	1 0
11.	(a) convive com os vizinhos (b) não convive	1 0
12.	(a) gosta da cidade (b) não gosta da cidade	1 0

III RESULTADOS DAS PONTUAÇÕES

N.º	Bairro	Idade	Sexo	Nescol	Redloc	Redurb	Densid	Multipl
1	MX	1	M	1	19,50	20,00	27,00	13,50
2	MX	1	F	1	26,50	22,00	34,50	15,00
3	MX	1	F	1	27,00	23,00	37,50	15,50
4	MX	1	M	2	21,00	13,50	23,00	15,00
5	MX	1	F	1	26,00	37,50	47,00	18,50
6	MX	3	F	1	27,00	20,50	38,00	16,00
7	MX	3	M	1	29,00	24,00	38,50	18,00
8	MX	3	F	1	24,00	32,50	44,50	16,00
9	MX	2	M	2	19,50	28,00	36,50	17,00
10	MX	2	M	1	31,00	24,00	42,00	19,50
11	CH	1	M	2	10,50	26,50	26,50	15,00
12	CH	3	F	1	17,00	12,50	24,00	8,50
13	CH	3	F	1	22,50	21,50	31,00	15,00
14	CH	1	F	1	23,00	21,00	31,00	14,00
15	CH	2	F	1	16,50	21,00	27,00	12,00
16	CH	1	F	2	20,50	16,00	27,00	9,50
17	CH	1	M	1	20,50	25,50	34,50	15,00
18	CH	3	M	1	15,50	28,00	32,50	14,00

Legenda:

Bairro – MX: Maxaquene; CH: Chamanculo; PC: Polana Cimento; AM: Alto-Maé

Idade – 1: faixa 16-25; 2: 26-35; 3: 36-45; 4: 45-55; 5: > 55

Sexo – 1: masculino; 2: feminino

Nescol – 1: nível E1; 2: nível E2; 3: nível E3

Redloc – Rede Local

Redurb – Rede Urbana

Densid – Densidade

Multipl – Multiplicidade

N.º	Bairro	Idade	Sexo	Nescol	Redloc	Redurb	Densid	Multipl
19	CH	1	F	2	20,50	25,00	31,00	15,50
20	CH	3	M	2	24,50	28,00	38,00	16,50
21	PC	1	F	2	20,50	26,50	32,00	17,00
22	PC	3	M	2	28,00	29,50	41,50	17,50
23	PC	3	F	2	22,50	30,00	37,50	21,00
24	PC	1	F	2	16,50	28,00	30,00	14,50
25	PC	2	M	3	15,50	31,50	30,00	20,00
26	PC	3	M	2	17,00	29,00	33,00	13,00
27	PC	1	M	3	18,50	27,50	31,50	13,50
28	PC	3	F	2	17,50	23,00	26,00	15,50
29	PC	2	F	3	13,50	22,00	21,00	15,00
30	PC	1	M	2	22,00	27,50	35,50	14,50
31	AM	1	F	1	22,00	25,00	35,00	14,50
32	AM	2	F	1	19,50	26,00	34,50	13,00
33	AM	1	F	2	20,00	28,00	33,50	15,00
34	AM	3	F	1	19,00	29,50	35,50	18,00
35	AM	2	M	2	22,50	31,00	38,50	17,00
36	AM	3	M	2	18,50	17,00	27,00	11,00
37	AM	3	M	2	25,00	34,00	46,00	16,50
38	AM	3	F	2	23,50	21,00	31,50	12,50
39	AM	1	M	2	13,50	25,00	26,50	12,00
40	AM	1	M	2	22,00	20,50	31,50	16,00

4 NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Susana Monteiro e Flávia Martins

1. INTRODUÇÃO

A recolha de um *corpus* oral coloca problemas relacionados com a sua transcrição, com o estatuto a atribuir à língua oral, bem como com os símbolos a adoptar nessa transcrição.

Neste documento, em primeiro lugar, focaremos a problemática do texto oral, mais especificamente as diferenças entre os códigos oral e escrito ao nível da produção e dos processos de representação de determinadas relações discursivas (secção 2).

As normas de transcrição, a descrição da metodologia utilizada, bem como os problemas decorrentes da transcrição de um *corpus* oral são questões que merecerão a nossa atenção na secção 3. Ainda nesta secção, apresentaremos os símbolos utilizados e os contextos que motivaram o seu uso na transcrição das gravações. Por último, apresentaremos uma avaliação breve do processo de transcrição.

2. A PROBLEMÁTICA DO TEXTO ORAL

A importância da língua falada em oposição à língua escrita vem crescendo ultimamente. É frequente até dizer-se que o oral está na moda. Apesar disso, o oral continua a ser objecto de apreciação disfórica por parte de muitos estudiosos.

Algumas diferenças existem entre os códigos oral e escrito a nível da produção, do conhecimento ou dos processos como cada um deles representa determinadas relações discursivas.

A comunicação oral conta com recursos que a escrita não possui. Para além do código oral, os intervenientes de uma situação de comunicação bilateral em presença têm ao seu dispor os gestos e o contexto que lhes permite uma economia de linguagem tão grande que, se o seu discurso for escutado fora da situação de comunicação, pode parecer um texto desconexo.

Nascimento (1986), na sua intervenção no “Congresso sobre investigação e ensino do Português”, referiu que é costume reduzir-se a noção de língua falada à designação imprecisa de “linguagem familiar” ou ainda “linguagem popular”. Também há quem emita juízos menos valorativos, por se observarem nos diferentes usos do discurso oral construções mais ou menos desviantes relativamente a uma norma, muitas vezes construída na base da norma escrita.

O discurso oral pode sofrer variações em função do contexto imediato em que se fala, e para o qual contribuem os seguintes factores:

- . a natureza do tema abordado;
- . a relação entre os interlocutores;
- . a situação de comunicação e as intenções comunicativas.

Consoante as situações de comunicação e a relação entre os interlocutores, produzimos quer um discurso menos controlado, mais espontâneo, quer um discurso a que prestamos um maior grau de atenção, mais elaborado, sendo qualquer deles um “documento autêntico”, a ter em conta na análise linguística.

Precisando melhor, “um texto (um discurso) é um objecto materializado numa dada língua natural, produzido numa situação

concreta e pressupondo os participantes locutor e alocutário, fabricado pelo locutor por selecção sobretudo do que, nessa situação concreta, é dizível para (e por) esse locutor a um determinado alocutário.”(Mateus et al. (1989:134)).

A principal diferença entre o oral e o escrito é apresentada por Nascimento (1986:7-8) ao referir que “no oral a produção e a recepção dos enunciados é simultânea, cada palavra dita foi ouvida e não pode já ser apagada, enquanto na escrita existe todo um tempo entre a produção e a recepção que permite ao seu autor suprimir aquilo que prefere não comunicar e aperfeiçoar as suas frases de acordo com as leis do código que utiliza”.

No que se refere, de uma forma mais particular, à língua portuguesa, verifica-se que, nas últimas duas décadas, se têm desenvolvido importantes estudos linguísticos realizados em diversos quadros teóricos e que, abandonando a anterior perspectiva de privilegiar o texto escrito como objecto de estudo, não recusam a importância dos dados da língua falada.

Este facto parece resultar de uma convicção generalizada de que os dados orais oferecem uma base material sólida para a análise linguística.

Em Portugal, as recolhas sistemáticas de material gravado para estudos linguísticos foram feitas, essencialmente, nas seguintes áreas:

- recolha para estudos dialectais, como é o caso do inquérito realizado pelo grupo de estudos de dialectologia do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, dirigido por Lindley Cintra para o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* e para o *Atlas Linguarum Europae*;

- recolhas que tiveram como objectivo o estudo quantitativo do vocabulário e a descrição de aspectos morfo-sintácticos da língua falada, com finalidades didáctico-pedagógicas, como é o caso dos trabalhos realizados no âmbito do “Projecto do Português Fundamental”, orientado por Malaca Casteleiro;

- recolhas que têm por objectivo estabelecer uma base de dados constituída por documentos linguísticos organizados e informatizados, realizadas pelo projecto “*Corpus* de Referência do

Português Contemporâneo”, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa - Instituto Nacional de Investigação Científica.

Vários estudos sobre o Português oral têm também sido realizados no Brasil, dos quais tomamos como exemplo os que a seguir apresentaremos.

O Projecto NURC realizou estudos que têm por finalidade descrever a variedade culta do Português falado nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, por considerarem que “elas representam focos irradiadores de hábitos linguísticos, dado o processo de rápida urbanização do país.” (Castilho 1991:2)

O Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia dispõe de um *corpus* de natureza dialectal recolhido em zonas rurais do Estado da Bahia, na base do qual foi constituído um banco de dados puramente lexicais e fonéticos.

Por fim, é de referir o Projecto VARSUL, cujo objectivo é organizar um banco de dados para o estudo da variação da língua portuguesa na zona urbana da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). O estudo parte da constatação de situações linguísticas típicas de contacto com as línguas de antigos colonizadores nestas zonas.

No que se refere a Moçambique, existem já algumas recolhas de *corpora* orais, tendo em vista o conhecimento do processo de variação do Português. Tais são os casos de materiais recolhidos por Machungo 86, Carvalho 87 e Gonçalves 90.

Concordamos com Carvalho (1987:1) quando afirma que “a via do oral é a mais indicada para surpreender as particularidades da actualização no Português”, tendo em conta que, em Moçambique menos de 5% da população tem o Português como língua materna, numa situação de multiplicidade de línguas nacionais.

3. NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Em conformidade com Gonçalves (1990 (Anexo-Corpus):7)

“o critério essencial que presidiu à escolha do tipo de representação gráfica a adoptar na transcrição das entrevistas está relacionado com a sua posterior utilização na análise sintáctica do Português falado em Moçambique.”

À semelhança do que foi feito no âmbito do projecto NURC, os símbolos adoptados nas transcrições do *corpus* do PPOM não pretendem “conservar o maior número possível de elementos pragmáticos das entrevistas” (Castilho (1986:9), *apud* Gonçalves (1990:7)), mas sim “registar todos os elementos que possam contribuir para a correcta interpretação das estruturas sintácticas que ocorrem no discurso dos inquiridos”. (idem:7)

De um modo geral, os vocábulos foram transcritos de acordo com a ortografia oficial portuguesa. Transcreveram-se com rigor todos os elementos audíveis da actualização do léxico, incluindo formas incompletas e formas repetidas. Para a transcrição de palavras pronunciadas de forma diferente da norma europeia, usou-se o Alfabeto Fonético Internacional (AFI) uma vez que integra símbolos que permitem representar sons inexistentes em Português. Exemplos:

1. “antigamente havia [´mpôpsa]” (MX/16/LIN)

No caso de ocorrerem palavras estrangeiras (em Inglês, Ronga e Changana), pronunciadas como na língua de origem, estas foram grafadas segundo a ortografia da língua em questão. Exemplos:

2. a) “disse «você quer ir então deixa nome aqui então vamos chegar a vez vamos apitar» ok xxx eh pá” (MF/14/AND)
- b) “jogávamos matakuzana... matakuzana cabra-cega... que chamam tumbelwelane” (PC/5/IDA)

Tanto no início das frases como em nomes próprios (de pessoas ou lugares) utilizaram-se letras minúsculas, para garantir a uniformização dos dados. Por outro lado, como não se usaram os sinais de pontuação de acordo com a sua função nos textos escritos, o uso de maiúsculas perde, de certo modo, a sua importância.

Os números foram todos representados por extenso, para se evitar a sobreposição com outros números, o que mais tarde poderia criar problemas, visto os códigos nos programas computarizados utilizarem muitas vezes os números.

3.1. Os dados orais do PPOM

Para a recolha do *corpus* do Português Oral do Maputo foram utilizados dois gravadores da marca “Sony-Digital Audio Tape-recorder TCD-D3”, dois microfones “Sennheiser” e cassettes “Tape R120 Sony DAF”.

De um modo geral, as gravações realizadas são de boa qualidade, permitindo a captação do discurso dos informantes. Nalguns casos, porém, a gravação não atingiu a qualidade desejada devido, essencialmente, a factores ambientais (ruído de objectos e de veículos que transitavam na altura), imprevistos (surgimento de pessoas estranhas) e deficiências da própria aparelhagem (paragens repentinas do gravador, provocadas pela descarga das baterias no decurso das gravações).

Apesar de todos os problemas registados, foi possível constituir um *corpus* oral válido para a investigação.

3.2. Metodologia de transcrição

A audição-transcrição das gravações foi realizada em três fases. Na primeira fase, fazia-se a audição-transcrição de toda a gravação pelos assistentes do projecto, dois dos quais participaram na recolha dos dados orais. O mesmo transcritor procedia ainda a uma segunda audição da entrevista para a identificação de possíveis lapsos. Um outro elemento do projecto controlava a transcrição já realizada, para verificar a utilização do código de transcrição e detectar palavras que o primeiro transcritor não tivesse percebido.

3.3. Problemas na transcrição

A transcrição dos dados orais foi uma actividade que exigiu do transcritor muita atenção e paciência, e também muita prática e conhecimento profundo dos códigos a serem utilizados na transcrição.

O trabalho de audição-transcrição levou, em média, oito a nove horas, dependendo da sua duração, que variava entre trinta a quarenta minutos.

A qualidade do som da gravação, o ritmo acelerado ou arrastado com que os informantes produziam o seu discurso, e o seu maior ou menor domínio da língua portuguesa (visto que construções desviantes relativamente à norma padrão são mais difíceis de entender e fixar), e ainda o cansaço dos transcritores derivado da concentração que esta tarefa exigia, foram aspectos chave que muito contribuíram para facilitar ou dificultar a compreensão do discurso, aumentando ou diminuindo o tempo levado na transcrição das gravações.

Para garantir fidelidade aos dados orais transcreveram-se integralmente as formas repetidas, tendo-se verificado, frequentemente, a repetição da mesma palavra cinco vezes ou mais. Este foi um dos factores que contribuiu para alongar o tempo da transcrição.

3.4. Simbologia utilizada

De acordo com Peytard (1973:12), o oral tal como o escrito possui as suas especificidades. No oral, o locutor articula sons com toda a prosódia e gestualidade que pertencem à comunicação oral, enquanto que a escrita assenta na realização de grafemas, dispostos segundo um código ortográfico, privado dos parâmetros prosódicos e gestuais. Assim se justifica a necessidade de utilização, na transcrição dos dados orais, de símbolos que pretendem representar, pelo menos, os aspectos prosódicos da oralidade.

A fim de mostrar com maior clareza a importância dos símbolos, apresentamos um exemplo de um extracto de entrevista, com e sem símbolo. Exemplo:

3. a) “mas eu hei-de conseguir mesmo? só por falar eu hei-de conseguir?” (MF/13/SUR)
a’) “mas eu hei-de conseguir mesmo só por falar hei-de conseguir”

Motivados pela sua importância, na transcrição do oral foram adoptados símbolos que, segundo Gonçalves (1990 (Anexo-Corpus):8), pretendem representar na linguagem escrita:

- a) a entoação das frases;
- b) o ritmo da produção do discurso;
- c) separações sintácticas entre sintagmas ou frase do discurso.

Excertos de entrevistas e encontros transcritos (Anexo Geral

III) permitem uma visão geral do texto transcrito, com todos os símbolos de transcrição.

3.4.1. Marcadores de entoação

Tendo em conta que a entoação é “a escala de elevação e abaixamento da voz com que se enuncia uma frase” (Câmara Jr. (1981:106)), na transcrição do *corpus* foram adoptados símbolos que pretendam dar conta da elevação ou abaixamento da voz no discurso oral.

Para marcar a entoação escolheram-se alguns sinais do sistema ortográfico de pontuação.

(?): para frases ou sequências de entoação interrogativa.
Exemplos:

4. a) “é cara -- agora qual seria deles de de de aplicar um preço que não não não compensasse?” (AM/10/EST)
b) “o que é que eu faço?” (CH/12/ODJ)

(!): para frases ou sequências de entoação exclamativa.
Exemplos:

5. a) “sim acontece com os nossos colegas... sim! alguns não vão para estudar” (AM/14/LUR)

b) “está: desaparecendo... três anos não é pouco!”
(AM/10/EST)

(...): para indicar a entoação suspensiva. Exemplos:

6. a) “portanto é marcar entrevistas...é: /são as actas...é não se quê” (AM/6/ELS)
b) “não foi o facto de os professores não gostarem dela... que ela chumbou...deixa a ela este ano”
(AM/10/EST)

3.4.2. Marcadores de ritmo da produção do discurso

Segundo Câmara Jr. (1981:210), a regularidade de duração de sílaba (ritmo quantitativo) número de sílabas (ritmo silábico), força expiratória (ritmo intensivo) pode interferir na sua organização sintáctica. Para que a recuperação da cadência discursiva e a compreensão do discurso dos informantes fosse possível, adoptaram-se os símbolos a seguir apresentados.

(/): para assinalar o ritmo acelerado na produção da sequência de palavras. Exemplos:

7. a) “o que é que está a acontecer? ele: está/quer dizer não é valorizado/ pelo/ pelos outros não é?”
(AM/6/ELS)
b) “o número o número de de da/ o número de habitantes aqui da cidade do maputo” (MF/1/ANA)

(//): para indicar truncamento de palavras. Exemplos:

8. a) “aquela idade de dezoito deza// quinze dezassete anos” (MF/17/ERA)
b) “às sete horas... é às dezas// e depois das dezassete é um problema!” (AM/6/ELS)

(:): para indicar prolongamento da sílaba. Exemplos:

9. a) “mostraram também riquexós ali uma: vamos supor éramos nós moçambicanos” (MF/17/ERA)
 b) “para acabar a chapa devia haver meio de transporte que: não: não é de parte de chapa cem” (AM/25/VRA)

(**ha, him** ou **hum**): para indicar pausa preenchida.

10. a) “conheço-me como pessoa/como indivíduo ha em casa dos meus avôs” (PC/7/LOF)
 b) “acho que há problemas enche muito! hum enche muito!” (MF/18/AME)

(--): para indicar pausa “muda” curta. Exemplos:

11. a) “são as mães que ensinaram -- penso” (MF/18/AME)
 b) “o tempo de pastagem houve também -- houve duas vezes que eu dormi” (AM/25/VRA)

(---): para indicar pausa “muda” longa. Exemplos:

12. a) “para ficarem juntos sim --- há um miúdo que estava é um amigo né?” (MF/20/YAI)
 b) “bem eu fui nascido em mil novecentos e setenta e um dia três de março em --- província de gaza” (AM/25/VRA)

(XXX): para indicar a ocorrência de segmentos frásicos incompreensíveis. Exemplos:

13. a) “yá! é preciso xxx será a paciência que se se//por exemplo né?” (AM/17/PLA)
 b) “aos sete anos -- como moça da malanga que xxx digo raul ... calane era miúdo...” (AM/20/ODI)

3.4.3. Separadores discursivos

Separador discursivo é um sinal que permite assinalar mudanças no tipo de discurso, introduzindo comentários pessoais ou textos.

("...") para indicar texto em discurso directo citado pelo informante. Exemplos:

14. a) "eu digo que «ha graças a deus estudar» porque estou ver que estou: melhor na minha vida" (MX/16/LIN)
b) "as miúdas também já começam a ver «ich! já estou assim com uma barriga grande não há-de me ver!»" (AM/17/PLA)

(-...-): para isolar, num contexto, um aparte ou um comentário. Exemplos:

15. a) "eu gostava de jogar futebol também um pouco de basquete - ainda não gostava bem de basquete - e: brincava" (MF/20/YA)
b) "estudei numa escola particular - uma escola protestante - hum!" (AM/16/IJA)

3.5. Contextos que motivaram o uso dos símbolos no *corpus*

Com vista a avaliar os contextos que motivaram a ocorrência dos símbolos nas entrevistas, fez-se um levantamento dos casos mais frequentes da sua utilização. Os casos descritos são os típicos. Embora tenham ocorrido outros casos, por serem em número reduzido, foram considerados irrelevantes.

3.5.1. Marcadores de entoação

(?): frases ou sequências de entoação interrogativa

Das frases interrogativas seleccionadas destacamos quatro casos de utilização deste tipo de frases, que subdividimos em dois grupos. O primeiro grupo é constituído por frases interrogativas com as partículas *não é?* e *né?*, que designamos de interrogativas confirmativas.

O segundo grupo, que designamos de interrogativas normais, é constituído por frases introduzidas pelos pronomes e advérbios interrogativos (*quem, qual, quê, como, porquê, ...*), e por frases interrogativas sem morfema interrogativo.

Quanto às interrogativas confirmativas, destacam-se as frases compostas por uma frase declarativa seguida por *não é* ou pela sua variante *né*, designadas por Mateus et al (1989:245) de interrogativas “tag”. Do ponto de vista pragmático, estas interrogativas pretendem levar o alocutário a confirmar, explicitamente ou não, a afirmação do locutor, sem ter em conta se o alocutário considera a sua declaração verdadeira ou falsa. Na maior parte dos casos, o locutor não espera a resposta do alocutário. Exemplos:

16. a) “gostaria de dizer isso aí porque eu também ainda sou jovem não é?” (AM/3/LIA)
b) “já sabe que a contabilidade é vasta -- não é?” (CH/4/RAM)
c) “estás mais ou menos né?” (MF/20/YAI)

Do grupo das interrogativas normais, com morfema interrogativo, salientam-se aquelas onde ocorrem os pronomes *quê, qual, quanto, quem* e os advérbios *como* e *porquê*. Exemplos:

17. a) “nem podia ser chefe não podia chefiar na vida dela chefiar a quem?” (MF/18/AME)
b) “para quê? para um futuro ... sim” (CH/12/ODJ)

Quanto às frases que não são introduzidas por pronome ou advérbio, as quais designamos de interrogativas normais, geralmente, são formuladas com o objectivo de obter do alocutário uma resposta. Exemplos:

18. a) “estás a ver esta avenida?” (AM/3/LIA)
b) “posso explicar isso?” (AM/17/ERA)

Em alguns casos, também ocorre no discurso dos informantes a utilização de interrogativas retóricas que funcionam como um recurso argumentativo, visto as respostas serem dadas pelo próprio informante e servirem para justificar o seu ponto de vista. Exemplos:

19. a) “o que é que essa pessoa fez em casa? não fez nada!” (CH/10/LUM)
b) “eram filhos de quem que iam para lá? eram filhos... de assimilados!” (PC/8/COS)

Verificou-se ainda que o informante, muitas vezes, ao contar factos por ele vividos ou observados, reproduz em discurso directo a fala dos intervenientes da conversa relatada, interrogando e dando ele próprio as respostas. Exemplos:

20. a) “o miúdo estava aflito -- e perguntamos «o que é que se passa?» e ele disse que «ah precisava do papá porque o professor»” (PC/5/IDA)
b) “«ah aquela aí não era mulher do coiso?» «ah já saiu está casada com tal fulano»” (MF/14/AND)

Em alguns casos, o informante utilizou frases interrogativas ao retomar a parte final da pergunta do entrevistador como forma de introduzir a sua resposta ou como pedido de esclarecimento sobre o conteúdo da pergunta do entrevistador. Exemplos:

21. a) Entrevistador: “como é que decorreram os estudos primários?”
Informante: “primários? foram bons--” (CH/12/ODJ)
b) Entrevistador: “devia haver extinção do chapa cem?”
Informante: “bom...haver extinção do chapa cem? ha: de um modo geral não seria a solução!” (PC/8/COS)
c) “eu gostaria que--como? não entendi bem” [AM/14/LUR]
d) “em termos de custos?... dos preços?” [AM/14/LUR]

(!): frases ou sequências de entoação exclamativa

As frases exclamativas produzidas pelos informantes permitiram a identificação de dois casos principais de utilização deste símbolo, em que se destacam as frases exclamativas caracterizadas pelo recurso a meios prosódicos, e as exclamativas em que se empregam interjeições/partículas de realce tais como *him, oh, ah, ok, eh pá*.

As exclamativas caracterizadas por meios prosódicos são sintacticamente frases declarativas em que é destacado um constituinte por meio de um acento de intensidade. Exemplos:

22. a) “mas tinha que suportar por causa do lobolo!” (MF/18/AME)
b) “hei-de levar sim senhor hei-de!” (AM/3/LIA)

As exclamativas construídas com as partículas *ok*, *ya*, *eh pa*, *oh*, *ha*, *hum* e *him*, foram usadas para enfatizar a conversa entre o entrevistador e o entrevistado. A norma do Português Europeu permite a utilização de interjeições como *ah* e *oh* e não as partículas *ok* e *yá* ou, ainda, *hum* e *him* (usadas pelos falantes de línguas bantu). Exemplos:

23. a) “a minha mãe é transferida -- para cabo delgado -- yá” (PC/7/LOF)
b) “ok! ha agora ha eu costume dizer que a minha vida e a vida dos meus irmãos é -- não seguiu um/ um curso normal” (PC/7/LOF)
c) “eh pá! acho que não dá/ não dá para aqui em casa” (AM/3/LIA)
d) “him! sabem em casa!” (AM/16/IJA)
e) “ah! estás muito bem estamos satisfeita /satisfeitos” (MF/18/AME)

(...): entoação suspensiva

Do levantamento feito para a identificação dos principais momentos em que ocorreu suspensão da entoação no discurso dos informantes foi possível destacar dois momentos: quando pretendiam enumerar e quando hesitavam.

As enumerações eram feitas, principalmente, pela ordenação de numerais ou apenas pela apresentação de um conjunto de actividades ou comportamentos. Exemplos:

24. a) “não tem vergonha de insultar uma pessoa que tem trinta...quarenta...cinquenta anos” (MX/1/MAT)
b) “eu gostaria que as crianças estudassem... que as mães cuidassem bem dos seus filhos...” (AM/14/LUR)

As suspensões provocadas por hesitações pareceram ser originadas por dúvidas ou pela timidez do informante em expressar a sua ideia. Exemplos:

25. a) “bem -- normalmente: agora não há dificuldade: que como que já... temos quatro meses já... quatro -- já... a existir a pa// a paz em moçambique” (MX/1/MAT)
b) “eu... andei na escola primária da munhuana... era muito brincalhona!” (PC/5/IDA)

3.5.2. Marcadores do ritmo da produção do discurso

(/): ritmo acelerado

Constatou-se que grande parte dos informantes acelerou o ritmo do discurso ao tentar substituir a palavra ou expressão anteriormente dita por outra que lhe pareceu mais adequada para o contexto, ou ao introduzir expressões ou frases que completassem o sentido do que havia dito anteriormente. Exemplos:

26. a) “a minha infância foi muito boa na altura... eu cresci na/nasci e cresci na inhaca --” (AM/4/LOT)
b) “quando era mais nova/ quando era pequena” (CH/9/ADA)
c) “a via nacional não estava cem por centos/ estava fechada por situação inimiga” (CH/9/ADA)

Também houve casos em que a aceleração no ritmo era provocada pela repetição (em forma de gaguejo) da mesma palavra, possivelmente por hesitação na selecção da palavra ou expressão adequadas. Exemplos:

27. a) “havia o problema de/de/de/de dar” (PC/6/CRA)
b) “por exemplo um/uma/uma criança está num/num/num/num carro” (PC/5/IDA)

(//): truncamento de palavras

O sinal de truncamento de palavras foi utilizado nas entrevistas quando o informante iniciava uma palavra e a interrompia. Após a

interrupção, notou-se que o informante, ao retomar o discurso, umas vezes repetia a mesma palavra, e outras vezes substituía-a. Exemplos:

28. a) “é muito di// difícil na medida que às vezes exige dinheiro às vezes” (AM/4/LOT)
b) “custa-me a ver: que estamos nu// num ambiente pobre” (AM/20/0131)
c) “tem aquele dom de ser mãe imagi// a criança/tenho uma filha/” (CH/9/ADA)

(:): prolongamento de sílaba

O prolongamento das sílabas nas entrevistas ocorreu, principalmente, em posição final e no interior das palavras.

Na posição final de palavra, registou-se o prolongamento de vogais, bem como de consoantes que se localizavam em posição final de sílaba. Exemplos:

29. a) “ninguém vai fazer: -- ninguém vai criar a personalidade de/de do outro indivíduo não é?” (AM/6/ELS)
b) “não sei comparar em termos numéricos mas: a situação é diferente na África do sul” (AM/17/PLA)

O prolongamento de sílabas no interior das palavras ocorreu mais frequentemente associado a vogais. Na maior parte dos casos, pareceu-nos que o prolongamento funcionou com valor aumentativo ou como elemento enfático. Exemplos:

30. a) “gostei do país porque é mui:to bonito!” (AM/6/ELS)
b) “era outro tipo de:/de mi:ssão nós todos sabemos né?” (AM/16/IJA)

(**ha**, **him** ou **hum**): pausas “preenchidas”

Pausas “preenchidas” é a designação que se atribui a sons (tais como *ha*, *hum*, *him*) produzidos pelos falantes quando pretendem fazer uma pausa no seu discurso. Note-se que estes mesmos sons foram produzidos, por alguns informantes, com entoação exclamativa tendo, deste modo, merecido tratamento no estudo das exclamativas.

O uso de mais de um símbolo para representar as pausas “preenchidas” deveu-se à dúvida se a adoção de um símbolo único teria ou não implicações no tipo de discurso do informante ou na sua estruturação sintática, uma vez que os três casos de pausas “preenchidas”, aqui representadas, ocorreram nas entrevistas.

As pausas “preenchidas” ocorreram com maior frequência nos informantes que falam pausadamente e, ao que parece, eram uma estratégia utilizada pelos informantes para ganhar tempo e pensar no que iam dizer a seguir. Exemplos:

31. a) “costuma haver sim acidentes quê ha ha sobem nas portas e eu não gosto dessas coisas” (MF/20/YAI)
b) “hum é uma dança da antiga hum é uma dança da antiga.”(MX/17/ALB)

Os símbolos *him* e *hum* ocorreram, bastantes vezes, no final do discurso do informante, ao que parece para assinalar que a sua intervenção estava terminada. Exemplos:

32. a) “que os nossos filhos estejam bem educados ... mas eles não querem hum” (CH/14/ARF)
b) “quanto mais voltas der -- mais dinheiro: tem que gastar por causa do combustível -- him” (PC/6/GRA)

(--): pausa “muda” curta

O sinal representado por dois traços (--) foi utilizado na transcrição de entrevistas para assinalar uma pausa curta, que designamos “pausa muda”, feita pelo informante ao longo da sua locução.

Após o levantamento dos contextos em que os informantes fizeram pausas curtas, constatou-se que estas ocorrem com maior incidência antes ou depois de conjunções adversativas, entre palavras repetidas, e associadas a “pausas preenchidas”.

Antes ou depois de conjunções adversativas o informante fez pausas, tal como no caso das pausas preenchidas, ao que nos parece, para poder ganhar tempo e pensar no que vai dizer a seguir. Exemplos:

33. a) “o grupo dinamizador já me tinha tirado a casa -- mas -- pela lei a pessoa tem direito a uma casa” (AM/20/ODI)
b) “foi uma boa viagem gostei até espero voltar mas -- se fôr possível este ano” (AM/25/URA)

A combinação de pausas “mudas” e pausas “preenchidas” é mais um exemplo que serve para justificar a hipótese, já referida, de que as pausas são recursos que permitem ao orador ganhar tempo para formular um novo pensamento. Exemplos:

34. a) “quando houve... o movimento livre -- ha -- não foi fácil -- eh: levar uma vida sem emprego” (PC/8/COS)
b) “as crianças estão limpas: ha ha -- acho que num lar ha -- tu// toda a educação parte em primeiro lugar da mãe” (MF/18/AME)

A ocorrência de pausas entre palavras repetidas pode ser motivada pela hesitação do informante na selecção da palavra apropriada para designar o que pretende. Exemplos:

35. a) “não consegue com o número -- o número o número de de da/o número de habitante aqui na cidade do maputo” (MF/1/ANA)
b) “o que: -- o que o que me fez ficar mais impressionado” (/MF/1/ANA)

Note-se que, em alguns casos, as pausas provocaram ruptura do discurso, dando a impressão de que faltam palavras para completar o sentido das proposições. Exemplos:

36. a) “o que me fez ficar mais impressionado e: -- a questão do dos turistas né?” (MF/1/ANA)
b) “a vida está difícil -- diminuir um bocadinho” (AM/4/LOT)

(---) pausa “muda” longa

As pausas longas “mudas” ocorreram com menos frequência que as pausas curtas. E, tal como nas pausas “preenchidas”, notou-se

maior frequência de pausas longas nos informantes que falam lentamente.

Frequentemente, a ocorrência de pausas longas estava associada ao tipo de discurso utilizado pelo informante e também dependia se o informante possuía ou não uma resposta imediata para a questão apresentada.

Quanto ao tipo de discurso, as pausas longas ocorreram, com maior frequência, associadas aos discursos narrativo e argumentativo.

Usando o discurso narrativo, depois de uma longa e emotiva narração, o informante fazia uma pausa longa, muitas vezes, para poder descansar ou ganhar fôlego. Exemplos:

- 37. a) “eu então --- soube dar valor à vida difícil e até hoje!” (AM/20/ODI)
- b) “veio falhou --- atirou --- falhou um senhor então aquele senhor veio para ali perguntou” (MF/20/YAI)

No discurso argumentativo era frequente a ocorrência de pausas longas antes da apresentação de um argumento. Exemplo:

- 38. “vi que o futebol não estava me dar certo porque também --- futebol tem de ser acompanhado com a sorte” (MF/1/ANA)

Quando o informante não tinha uma resposta imediata para a questão apresentada ele fazia uma pausa longa, presumivelmente para tentar encontrá-la. Exemplo:

- 39. “bem --- os treinos foram sempre os treinos não é isso?” (MF/1/ANA)

(xxx): segmentos frásicos incompreensíveis

Este sinal não foi empregue com muita frequência na transcrição porque, em quase todos os casos, foi possível compreender a gravação na sua totalidade. Das poucas vezes em que se utilizou este sinal, isso foi motivado, em primeiro lugar, pela intensidade da produção do discurso (as palavras foram ditas num tom demasiado baixo), e, além disso, também esteve relacionado com o ritmo, acelerado, com que o informante produziu o seu discurso. Exemplos:

40. a) “vivi muito tempo no campo xxx na cidade e então consegui ver como é que as pessoas vivem” (MF/1/ANA)
b) “e tudo isso a minha mãe já andava doente tanto que ela morreu xxx eu vim para aqui” (AM/20/ODI)

A incompreensão de segmentos frásicos também foi motivada por factores externos à gravação, tais como ruídos, entrada de pessoas estranhas, etc. Nestes casos, o transcritor não usava o símbolo **xxx**, assinalando a causa entre parênteses. Exemplos:

41. a) “a vida é muito diferente/ (ruído de avião) as pessoas lá: pessoas respeitadas” (CH/16/IJA)
b) “é essa vida mesmo ou é coisa é no exterior «mas exterior quem é essa pessoa?» (ruído provocado pela entrada de um indivíduo no local) _já no exterior aonde?” (MF/14/AND)

De um modo geral, foram assinaladas todas as ocorrências estranhas às gravações que, para além de dificultarem a compreensão, também provocavam a ruptura do discurso, o qual, ao ser retomado, não seguia muitas vezes a sequência anterior. Exemplos:

42. a) “him bem em termos de custos -- naquela altura era difícil apanhar dinheiro (interrupção) ya primeiro falarei de custos naquela altura” (AM/17/PLA)
b) “eu sou: sou (tosse) ha depois da minha formação -- fui afecto ao ministério da defesa” (CH/13/ARP)

3.5.3. Separadores discursivos

(“...”): discurso directo

Os principais momentos em que os informantes utilizaram o discurso directo foi quando pretendiam fazer uma citação.

Conforme quem estava sendo citado, foi possível verificar que, geralmente, os inquiridos ou se citavam a si próprios, ou citavam uma segunda pessoa, ou apresentavam um ponto de vista partilhado pela comunidade.

Nos três casos apresentados, era bastante frequente a introdução do discurso citado por meio de verbos introdutórios, como é o caso do verbo *dizer*.

Quando o entrevistado se citava a si próprio, o sujeito da citação era, geralmente, identificado pelo pronome pessoal *eu*. Exemplo:

43. “eu disse «bem meu filho não sei se eu tinha catorze ... ou quinze anos» (AM/16/IJA)

Nos casos em que o entrevistado citava uma terceira pessoa, era nítida a referência a essa terceira pessoa. Exemplo:

44. “a criança diz «olha para mim tudo é a mesma coisa posso fazer assim como não não há problemas está tudo bem» -- hum” (CH/12/ODJ)

No terceiro caso, o entrevistado não cita ninguém especificamente, apenas apresenta um ponto de vista partilhado pela comunidade. Exemplo:

45. “nos nossos tempos desde a criança que não sabe falar mas havia educação de dizer que «o adulto é assim assim»” (MX/16/LIN)

(-...-)aparte ou comentário

No caso das entrevistas os travessões foram usados para isolar, num contexto, um aparte ou um comentário. Exemplos:

46. a) “eu gostava de jogar futebol também um pouco basquetebol - ainda não gostava bem de basquete - e: brincava/brincávamos” (MF/20/YAI)
b) “tinha que interromper p/ vir praticar - durante aquele ano que ele vinha praticar tinha que beneficiar outros alunos - só que eu” (AM/16/IJA)

3.6. A transcrição dos encontros

De um modo geral, a transcrição das entrevistas e dos encontros obedeceu à mesma metodologia e fez-se uso dos mesmos símbolos.

As principais diferenças registadas na transcrição destes dois tipos de texto situam-se ao nível do número de elementos envolvidos na conversa e da interacção entre eles: nas entrevistas participavam o entrevistador e o informante, enquanto nos encontros participava esse mesmo informante e mais dois ou três elementos das suas relações.

Como consequência desta dinâmica dos encontros, teve que se criar um símbolo que representasse as situações em que havia simultaneidade de discurso de dois ou mais participantes. Neste caso, transcrevia-se dentro de chavetas, em linhas sucessivas, o discurso de cada elemento.

Exemplo:

47. {ADA:hum estás chique!}
 {PAR1:hum estás chique!} (CH/9/ADA)

4. CONCLUSÃO

A problemática do texto oral é um aspecto a considerar numa recolha de *corpora* orais. Por essa razão, no presente texto, referimo-nos a algumas diferenças entre os códigos oral e o escrito, e a alguns estudos desenvolvidos com base na recolha de dados orais em Portugal, no Brasil e em Moçambique.

Após uma referência sintética ao equipamento usado assim como ao local das gravações, debruçámo-nos mais particularmente sobre a questão das normas de transcrição. Neste ponto, referimo-nos à metodologia de transcrição e aos problemas identificados na realização desta actividade que, entre outros, tinham a ver com a

qualidade das gravações, o ritmo com que os informantes produziam o seu discurso, e com o maior ou menor domínio da língua portuguesa pelos informantes.

Com vista à representação dos principais aspectos do texto oral do *corpus*, apresentaram-se os símbolos de transcrição adoptados, fornecendo-se, para cada caso, exemplos ilustrativos extraídos das gravações.

Para a avaliação dos contextos que motivaram a ocorrência dos símbolos, fez-se um levantamento dos casos mais frequentes da sua utilização no *corpus*. Com este levantamento, tornou-se possível captar algumas especificidades do texto oral em Português, produzido por locutores moçambicanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARA JR., M. (1981) *Dicionário de Linguística e Gramática*. Rio de Janeiro, Editora Vozes (10.^a edição).

CARVALHO, M. (1987) *Aspectos Sintáctico-Semânticos dos Verbos Locativos no Português Oral de Maputo, Anexo II-Corpus*. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

CASTILHO, A.; NASCIMENTO, M.; CAGLIDRI, L.; ILARI, R.; TARALLO, F; KODI, I. (1991) *Projecto de Gramática do Português Falado*, Boletim Informativo n.º 1.

CENTRO de Linguística da Universidade de Lisboa - Instituto Nacional de Investigação Científica, *Projecto de Linguística Aplicada*.

GONÇALVES, M. (1990) *A Construção de uma Gramática de Português em Moçambique: Aspectos da Estrutura Argumental dos Verbos (Anexo-Corpus)*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

ILARI, R. (org.) (1992) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP.

MACHUNGO, I. (1986) *Sintaxe e Semântica dos Tempos Verbais no Português Falado em Moçambique*. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

MATEUS, M.; FARIA, I; DUARTE, I; BRITO, A. (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho.

MOTA, J. (1993) Relatório sobre o Projecto NURC em Salvador. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras (ms).

NASCIMENTO, M. (1986) Língua Falada, Língua Escrita. Comunicação apresentada no “Congresso sobre a investigação e ensino do Português” (Lisboa).

NASCIMENTO, M.; MARQUES, M.; CRUZ, M. (1987) *Português Fundamental. Métodos e Documentos* (Volume II). Lisboa, I.N.I.C. e C.L.U.L.

PRETI, D.; MELO, Z. (1993) Corpus Informatizado do Projecto NURC/SP. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (ms).

5 O OCP E SUA APLICAÇÃO NO PROJECTO PPOM

Albertina Moreno

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da construção do *corpus* de língua oral, PPOM, tornou-se necessária a utilização de um programa de tratamento computarizado de dados. É assim que surge a escolha do programa Oxford Concordance Program (OCP) para ser aplicado nas diferentes fases deste tipo de tratamento, que inclui a codificação, levantamento e quantificação dos dados.

Neste contexto, pretende-se aqui mostrar de que modo o OCP foi aplicado nas fases atrás mencionadas, com maior ênfase na codificação; fazer uma pequena abordagem das aplicações do programa do ponto de vista do investigador, isto é, que contribuição poderá dar o uso de um programa deste tipo no tratamento e pesquisa de dados linguísticos, particularmente na língua portuguesa.

A introdução deste programa reveste-se de grande importância pois, por um lado, permite um acesso rápido aos dados, e, por outro, com as informações obtidas, torna-se possível inferir sobre questões ligadas a todo um processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. De facto, torna-se cada vez mais necessário o conhecimento do comportamento linguístico dos falantes, de modo a contribuir para o melhoramento da qualidade do ensino desta língua, o que inclui a produção de materiais e sua aplicação, elaboração de programas e formação de professores.

O texto compõe-se de cinco partes. Depois da introdução, onde se expõem os objectivos do presente trabalho, segue-se o ponto 2, com a apresentação do programa OCP. Neste ponto, faz-se também referência a outros trabalhos no âmbito do tratamento computarizado de dados, e explicam-se as razões da escolha do programa para o projecto. O ponto 3 é dedicado à apresentação de algumas

possibilidades de aplicação do OCP ao material recolhido pelo PPOM. Descrevem-se aqui as várias etapas que correspondem à fase da codificação do material, e faz-se referência a casos em que o programa actua sem dificuldades, a situações em que é necessário recorrer a outras estratégias, e ainda a fenómenos sem possibilidade de tratamento pelo OCP. A finalizar, é também feita uma pequena demonstração do uso do programa no levantamento de dados linguísticos correlacionados com variáveis sociais. O ponto 4 ilustra, de modo particular, a maneira como o programa poderá ser útil ao ensino da língua portuguesa em diferentes áreas gramaticais. Neste ponto encontram-se alguns exemplos de aplicação do OCP, com base em tópicos específicos dos programas de ensino. Finalmente, no ponto 5, apresenta-se uma breve síntese sobre a aplicabilidade do OCP aos dados do PPOM.

2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OCP

2.1. O que é o OCP?

Micro-OCP é um micro programa¹ que faz concordâncias, índices, listas de palavras de textos numa variedade de línguas e alfabetos. Pode também ser usado para aplicações em análises de textos, incluindo investigações do estilo, distribuição de vocabulário, formas gramaticais e esquemas de rimas.

As concordâncias referem-se às combinações que o programa faz, apresentando as palavras-alvo com contextos à direita e à esquerda (ver ex.(1)) e ainda a sua localização no texto, enquanto que os índices e as listas de palavras (ver ex.(21)) não são

¹ Este programa foi desenvolvido em 1986-7, na sua 2.^a versão pela "Oxford University Computing Service" e pode ser executado em computadores PC do tipo IBM, XT, AT ou PS/2 com pelo menos 512 K e com um disco duro. É essencial ter o DOS na versão 3.0 ou superior.

contextualizados, indicando-se apenas a frequência com que ocorrem no texto.

Estas informações são acompanhadas de dados estatísticos. O OCP também permite a combinação de dados linguísticos (palavra, frase, texto) com variáveis sociais, como o nome do emissor, a sua idade, nível de escolaridade, local de residência, etc. O programa pode ser usado por pessoas sem experiência no uso de computadores, mas, para os traços mais complexos do Micro-OCP, requer-se alguma formação básica em informática.

(1) URAP12SF1	cinquenta contos mensais <u>esse</u> dinheiro não chega para pagar água
URAP12SF1	pouco dinheiro enquanto <u>esse</u> dinheiro no tempo colonial tinha valor
URAP12SF1	eu sempre fazia <u>esse</u> trabalho mas cresci
LURA12PF1	porque é bom é <u>esse</u> curso que eu escolhi
LURA12PF1	com o meu nível só pode ser <u>esse</u> curso

2.2. Formato do texto

De uma forma geral, o programa Micro-OCP é bastante flexível na leitura do texto e no uso dos caracteres para representar traços específicos no texto, mas somente certos formatos são permitidos. Trata-se, por exemplo, de símbolos criados para marcar categorias gramaticais, palavras estrangeiras, empréstimos, isto é, algo que deve ser interpretado como não fazendo parte do texto original, razão pela qual devem ser destacados do resto do texto. Estes símbolos são chamados de marcadores enquanto que os caracteres pertencem à linguagem da informática e por isso são descodificados pelo OCP.

Para que o programa tenha acesso ao texto, este deve estar em linguagem ASCII ². Este Editor possui códigos compatíveis com o

² American Standard Code for International Interchange. Esta linguagem encontra-se nos computadores com a designação de Editor ASCII e é programado para os computadores IBM.

OCP e com a maioria dos programas semelhantes a este, o que significa que, se o texto estiver num outro processador, deverá ser convertido para ASCII, e só assim o OCP descodificará o texto. Há também a possibilidade de se trabalhar directamente no Editor. Uma vez o texto convertido, o programa prevê normas para o tratamento de letras, caracteres, marcadores de palavras (em itálico, nomes próprios, empréstimos, etc), diacríticos, categorias gramaticais, etc.

Estas informações devem ser assinaladas cuidadosamente pelo investigador no acto da preparação do texto e entre parênteses angulares (< >) pois só assim o programa interpretará o símbolo como tal e não como parte do texto.

2.3. Métodos quantitativos computarizados

Nos últimos anos, têm-se verificado, nos estudos linguísticos, avanços significativos no tratamento de dados, usando métodos quantitativos computarizados.

A evolução na aplicação destes métodos torna-se mais evidente com o aparecimento de programas computarizados criados com o objectivo de, por um lado, implementar os modelos matemáticos, quantificando os dados e produzindo resultados estatísticos e, por outro, tornar mais fácil e menos trabalhoso o tratamento de dados.

Segundo Leech (1991)³, um marco a referir no aparecimento do tratamento de dados computarizados data dos anos 60, altura em que Randolph Quirk anuncia o seu plano de um *corpus* escrito e oral do Inglês britânico, o qual veio a ser conhecido pela sigla “SEU” (Survey of English Usage).

Todavia, o primeiro *corpus* possível de ser lido por uma máquina foi compilado por Francis & Kucera na Universidade de Brown nos princípios dos anos sessenta.

³ Leech, G. (1991) “The state of the art in corpus linguistics”, in Aijmer, K. & Altenberg, B. (eds), **English Corpus Linguistics**, Longman Group, London and New York, pp. 8-29.

O mesmo autor refere-se a uma nova era - a segunda era do *corpus* linguístico - a partir de 1961, em que há um domínio do poder do computador. É também a partir deste ano que a influência do *corpus* linguístico computarizado se estende gradualmente, oferecendo novas metodologias para a construção de sistemas de processamento da língua “natural”.

Segundo Leech, fazem parte da primeira geração de *corpora* linguísticos computarizados, que ainda continuam a ser uma referência nos nossos dias, o *corpus* de Lancaster-Oslo/Bergen (LOB) que utiliza alguns formatos do *corpus* de Brown e tornou possível comparar as diferentes variedades de inglês; o *corpus* de “SEU”; e o *corpus* London-Lund (LLC).

No que respeita à língua portuguesa, há referências de aplicação de programas computarizados no tratamento de dados através dos programas VARBRUL aplicados a diferentes *corpora* no Brasil. Segundo Scherre (1992), este pacote é constituído por um conjunto de 10 programas e foi desenvolvido com vista ao tratamento estatístico adequado a dados linguísticos variáveis, analisados sob a perspectiva da teoria da variação linguística laboviana. Este programa permite uma localização rápida de qualquer letra, palavra ou frase de um texto, com contexto, e permite ainda saber o número de ocorrências.

Experiências de aplicação deste programa são reportadas em Mollica (1992), no Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR, 1993), e no *corpus* do Programa de Estudos do Uso da Língua (PEUL, 1993) onde se associa ainda ao programa TACT.

Contudo, muito embora estes programas se revelem eficazes do ponto de vista do tratamento, arquivo e levantamento de dados, é importante ter em conta que eles não substituem todo um trabalho de preparação do material a ser codificado pelos programas. Cabe ao investigador, e não ao programa, delimitar a área de trabalho, definir os objectivos da sua investigação, e estabelecer a estratégia de trabalho que melhor se adapta à pesquisa que pretende realizar.

2.4. A escolha do programa

A opção pelo programa OCP assenta no facto de este responder a um dos grandes objectivos do projecto, que é o de criar um banco de dados com qualidade satisfatória ao dispor dos investigadores e profissionais da educação.

Para além de ser fácil de operar, pois não requer grandes conhecimentos de informática e possui um número relativamente reduzido de comandos, permite manusear um grande volume de informação num curto espaço de tempo.

De facto, o programa proporciona ao investigador a possibilidade de economizar tempo trabalhando com vários textos ao mesmo tempo e reduzir ao mínimo possível a margem de “erros” no acto do levantamento de dados.

Outras vantagens são o acesso simultâneo ao material linguístico e às informações sociais sobre os informantes, assim como a obtenção de dados estatísticos referentes à(s) variável(is) em estudo. Isto significa que, por exemplo, ao mesmo tempo que é solicitada determinada palavra ou frase, esta é acompanhada pelas características sociais de quem a produziu e por uma indicação sobre o número de vezes em que ela ocorre.

3. O OCP E O TRATAMENTO DE DADOS

3.1. Codificação do material

“Assim como o levantamento, a codificação tem de ser feita cuidadosamente, com caracteres bem desenhados, pois o processo de digitação é bastante mecânico. Uma boa codificação diminui, portanto, a margem de erro” (Scherre 1992).

Quer isto dizer que particular atenção deve ser dada à criação de símbolos a usar de modo não só a garantir resultados fiéis como também a facilitar a descodificação pelo programa OCP.

Para o projecto PPOM, na codificação, deparámo-nos com alguns problemas pois as entrevistas foram inicialmente digitadas em WP.5.1, tendo sido usados, naturalmente, sinais incompatíveis com o editor ASCII, como por exemplo alguns diacríticos e funções daquele processador de textos.

Uma das primeiras actividades foi a criação de símbolos (Bursell 1995) para substituir os sinais usados durante a transcrição e digitação inicial das entrevistas, e a introdução de alterações nos comandos do OCP. Assim, os nomes dos comandos do programa sofreram modificações, relacionadas com adaptações ao alfabeto português.

Após a criação dos símbolos, foi a vez de converter o material para o editor ASCII, seguindo-se logo a introdução dos novos códigos através de um programa - o PCB ⁴- que substitui sinais anteriores pelos códigos criados.

Tal como se pode observar, no exemplo (2) aparecem alguns dos símbolos da transcrição inicial que foram substituídos em (3) por novos códigos. Assim, em (2), temos o formato inicial, como pausa curta (--), suspensão melódica (...), truncamento (//) e terminação prolongada (:). Em (3), estes sinais foram substituídos respectivamente pelos códigos <PC>, <SM>, <SH>, <TR> e <TP>:

⁴ “PCB” é um programa introduzido no computador com regras que permitem a substituição dos sinais.

- EST: (2) “minha infância foi passada toda ela no campo na localidade de chongoene onde fiz os meus estudos primários - - depois disso passei para a cidade de maputo onde continuei com os meus estudos ... até a conclusão da da nona classe
- AT: portanto ha quando diz que ha a sua infância foi passada no campo ... eu queria que se referisse a essa sua vida no campo ... como é a vida no campo?
- EST: a vida no campo é muito muito engraçada não é? a gente tem de tudo aquilo que a gente quer ... só que a coisa é diferente da cidade ... porque enquanto na cidade ou // a infância é: levada de uma outra maneira” (AM10EST)
- EST: (3) “a minha infância foi passada toda ela no campo na localidade de chongoene onde fiz os meus estudos primários <PC> depois disso passei para a cidade de maputo onde continuei com os meus estudos <SM> até a conclusão da da nona classe
- AT: portanto <SH> quando diz que <SH> a sua infância foi passada no campo <SM> eu queria que se referisse a essa sua vida no campo <SM> como é a vida no campo?
- EST: a vida no campo é muito <TP> muito <TP> muito engraçada não é? a gente tem tudo <TP> aquilo que a gente quer <SM> só que a coisa é diferente da cidade <SM> porque enquanto na cidade ou <TR> a infância é <TP> levada de uma maneira de uma maneira”. (AM10EST)

Foram também criados símbolos para identificar o informante (<IF>), o nome do entrevistador (<IP>), o local de residência (), o tipo de gravação (<T>), a idade (<I>), a profissão (<O>), o grau de escolaridade ou nível de ensino (<E>), o sexo (<S>) e se o falante tem Português como língua segunda (<P>).

Para facilitar a interpretação, houve necessidade de se criar sub-códigos ou atribuir valores de acordo com o tipo de item. Assim, para o nome do informante, manteve-se o código das três letras (EST); no nome do entrevistador aparecem duas letras (LS, AT, etc);

no bairro, também temos duas letras (AM, ME, MX, CH, PC); em relação ao tipo de gravação adoptaram-se os sub-códigos “EI” para entrevista individual e “EG” para os encontros em grupo; quanto à idade, usaram-se valores de 1 a 5 que correspondem aos grupos etários dos informantes (16-25, 26-35, 36-45, 46-55 e mais de 55); a profissão foi assinalada através de números, ainda provisórios, que correspondem a grupos de ocupação; os sub-códigos relativos ao grau de escolaridade são “P”, “S” e “U” de acordo com os níveis de ensino previstos (primário, secundário e superior, respectivamente); os sub-códigos “F” e “M” marcam o sexo do informante; em relação à língua do informante, os valores 0 (zero) e 1 (um) significam respectivamente que o falante não tem ou tem o Português como L2.

Estes símbolos constituem o cabeçalho da entrevista e foram colocados na ordem em que se apresentam e verticalmente, aparecendo em primeiro lugar o código seguido pelo sub-código ou por um valor : (<IF EST>), (<IP AT>), (<B A>), (<T EI>), «I2», (ver ex.(5)).

No texto da entrevista, para além dos códigos já mencionados, foram introduzidos, em cada linha do texto, dados relativos ao informante, o que permite que seja possível identificar o emissor de qualquer frase solicitada, bem como as suas características sociais. Para este efeito, apenas se colocaram os sub-códigos e os valores, excluindo-se os símbolos do item:

- (4) “*ESTA22SF1* a minha infância foi passada toda ela no campo localidade”

Assim, a partir dos dados que acompanham a frase sabe-se que se trata do informante cujo código é “EST”, vive no bairro do Alto Maé, pertence ao segundo grupo etário (portanto “26-35”), a sua profissão pertence ao segundo grupo (empregados de escritório), tem o nível secundário, é do sexo feminino, e tem o Português como L2.

Apresenta-se em seguida um extracto do formato final do texto, pronto a ser decodificado pelo OCP. A entrevista é composta por duas partes: o cabeçalho e o texto da entrevista. O cabeçalho contém indicações do nome dos intervenientes, tipo de entrevista e características sociais do informante, enquanto que o texto é composto pelas perguntas do entrevistador e pelas respostas do informante:

<IP AT>

<B A>

<T EI>

<I 2>

<O 2>

<E S>

<S F>

<P I>

AT *então a sua infância?*ESTAA22SF1 *a minha infância foi passada toda ela na localidade de*ESTAA22SF1 *chongoene onde fiz os meus estudos primários<PC> depois disso*ESTAA22SF1 *passei para a cidade de maputo onde continuei com os meus*ESTAA22SF1 *estudos <SM> até a conclusão da da nona classe portanto*AT *<SH> quando diz que <SH> a sua infância foi passada no campo*AT *<PCZ eu queria que se referisse a essa sua vida no campo <SM>*AT *como é que é a vida no campo?*ESTAA22SF1 *a vida no campo é muito <TP> muito <TP> muito engraçada não é?*ESTAA22SF1 *a gente tem de tudo <TP> aquilo que agente quer <SM> só que a*ESTAA22SF1 *coisa é diferente da cidade <SM> porque enquanto na cidade ou
<TR>*ESTAA22SF1 *a infância é levada de uma maneira de uma outra maneira*

AM10EST

3.2. Levantamento de dados

O programa Micro-OCP, como já foi referido, torna o processo de pesquisa de dados mais fácil e rápido, mas requer do investigador um trabalho prévio de organização do estudo a realizar em função dos seus objectivos.

Leech (1991) refere-se, por exemplo, à necessidade de haver uma interacção homem-máquina, isto é, entre o processamento humano, o processamento do computador e o *corpus*.

Neste contexto, o trabalho de levantamento de dados com pouca margem de erro passa pelas seguintes etapas:

- a) Delimitação do fenómeno (variável dependente) e suas possíveis variantes (variáveis independentes);
- b) Escolha de símbolos para cada uma das variantes da variável dependente.

Numa fase experimental, foram identificados fenómenos variáveis através de fichas de “erros” elaboradas a partir de uma pequena amostragem de vinte falantes (Cfr. Volume II desta colecção). Estas fichas continham frases consideradas desvios em relação à norma europeia.

Os desvios foram classificados por tipo (neologismos, empréstimos, selecção categorial, selecção semântica, passivas, etc)⁵ e foi depois feita uma contagem das ocorrências, o que permitiu não só identificar a frequência dos desvios como também encontrar a melhor estratégia para operar com o OCP.

De acordo com as especificidades de cada fenómeno e tendo em conta algumas experiências por nós efectuadas com o *corpus* do PPOM, foram identificadas três situações em relação à aplicabilidade do programa:

- (i) casos facilmente resolvidos pelo programa através de um único comando (ver 3.2.1);
- (ii) casos em que o programa faz o levantamento com alguma dificuldade, sendo, por isso, necessário recorrer a outras

⁵ Ver o artigo de Gonçalves (vol. II, cap.2) sobre a tipologia de “erros” estabelecida para o PPOM.

estratégias para eliminar ou reduzir ao mínimo os dados que estão fora do âmbito da pesquisa em causa (ver 3.2.2).
(iii) casos sem possibilidade de tratamento através do programa OCP (ver 3.2.3).

3.2.1. Casos de fácil resolução

De uma forma geral, as situações em que o OCP opera sem dificuldades têm a ver com casos de levantamento de palavras ou partes do texto em que se fixa um vocábulo ou frase, a partir dos quais se pretende estudar as suas variações ou o seu comportamento em determinado contexto.

Alguns exemplos vêm de experiências feitas com a palavra *dinheiro* (ex.(6)) e com a preposição *em*, (ex.(7)), cujo objectivo era testar o tipo de co-ocorrências daquele nome e desta preposição.

Identificadas as palavras, o programa faz o levantamento das mesmas com contextos à direita e à esquerda, os quais vão permitir ao pesquisador inferir sobre o tipo de contextos em que ocorrem as palavras em causa:

(6) dinheiro 60⁶

ESTA22SF1 aí é preciso levar dinheiro? coisas

ESTA22SF1 no meu caso eles tiraram dinheiro para agradecer

ESTA22SF1 <SM> o que conta para eles é o dinheiro e isso não devia

ESTA22SF1 <SM> dizerem que «querem dinheiro ou querem aquilo»

ESTA22SF1 dinheiro <SM> ele vai comer

(7) em 40

ESTA22SF1 que fazem a comida em casa <SM> enquanto que os

⁶ Este número refere-se ao total de ocorrências da palavra em causa. Aqui apenas se apresenta uma parte como exemplo.

ESTA22SF1 neste caso seja fraca porque aqui em casa não encontra
 ESTA22SF1 os professores em vez de se preocuparem com
 ESTA22SF1 não sei quantos hoje em dia
 ESTA22SF1 eu nasci aqui em maputo <PC> no bairro de
 ESTA22SF1 chamanculo <PL> em mil novecentos e setenta e

Um outro exemplo tem a ver com o uso do modo verbal em frases introduzidas pela conjunção concessiva *embora*. Tendo como ponto de partida a referida conjunção, o programa dá todas as ocorrências de *embora*, com contexto à direita e à esquerda, a partir do qual é possível observar algumas particularidades do uso desta conjunção (por exemplo, modo verbal indicativo, co-ocorrência com *que*)⁷:

(8) embora 26
 PC21SF1 embora eu não perceba lá muito bem
 CH32PM1 medicamentos embora agora temos a sif <SM>
 MX32PM1 embora que eu também sou novo mas sou
 MX32PM1 sempre há entendimento embora que estou a falar aqui
 MX12SM1 já não existe embora já anda um bocado
 MX12SM1 é muito importante embora tem pacificado alguns
 MX42PF1 estou a tentar ser músico embora que não sou conhecido

3.2.2. Casos que requerem outras estratégias

No decurso da pesquisa de dados, houve casos em que o programa apresentava grande parte das ocorrências sem interesse para o estudo.

Trata-se, por exemplo, da experiência relativa ao levantamento do gerúndio em que, inicialmente, se partiu da sua terminação

⁷ Sobre a frase concessiva, ver artigo de S. Monteiro & F. Martins (vol. II, cap. 4).

característica *-ndo*. Verificou-se que, para além do solicitado, apareciam outras palavras terminadas em *ndo*, como *comando*, *quando*, *segundo*, etc.

Uma vez que o OCP prevê o uso de marcadores para as categorias gramaticais, a estratégia adoptada foi a criação de um código (<V>), que foi colocado logo a seguir aos verbos do texto que se encontravam naquela forma.

Deste modo, o comando passou a ser apenas o levantamento de palavras com a terminação *ndo*, seguidas pelo código (<V>). Exemplo:

(9)

“MF23PF1 talvez passam mais mal que estando <V> em casa
MF22PF1 os meus filhos estão passando<V> mal <SM> eu
acho que
MF52SF1 acabam por ficar ali suportando <V> <SH> <TP>
tudo que não
MF52SF1 faz apresentação da visita dizendo<V> que «estes
estes senhores vêm”

A mesma estratégia teve resultados eficazes no tratamento das frases relativas introduzidas pelo pronome relativo *que*, uma vez que esta forma pode apresentar outros valores na língua (pronome interrogativo, conjunção, etc). Assim a introdução do código <REL> junto ao pronome relativo *que* permitiu excluir da amostra um grande número de frases irrelevantes para o estudo, e obter apenas dados respeitantes à frase relativa. Exemplo:

(10)

MF22PF1 as festas <SM> que <REL> nós <SH> <SM>
MF22PF1 dar apoio <PC> e <TP> aqueles que <REL> já estão
MF22PF1 há uma senhora que <REL> testemunhou que ela
MF22PF1 <TP> em cada dia que <REL> vai para à escola

De notar que este método é apenas funcional quando se trata de textos curtos. Assim, para o caso do nosso *corpus*, levar-se-ia muito tempo para marcar todos os verbos, pronomes relativos e todas as outras categorias que requerem um marcador específico.

Em relação às formas verbais, o OCP encontra menos dificuldades se o verbo for regular (ex. *divorciar*) pois dado o radical, a parte invariável do verbo, o programa dá as suas ocorrências, a partir das quais é possível chegar-se a conclusões sobre os contextos típicos, incluindo prováveis “desvios” relacionados com a selecção categorial do verbo.

Quando se tratar de um verbo irregular, apela-se a uma pesquisa fragmentada, em que o investigador identificará os caminhos para, através de vários comandos, garantir o máximo de informação necessária. Assim, para um verbo como *dizer*, que apresenta várias formas no paradigma da conjugação (ex: *digo; diz; disse*, etc), poder-se-á partir das diferentes formas do radical (*dig-*, *diz*, *dis-*), de modo a obter o máximo de dados sobre este verbo. Contudo, não se exclui a possibilidade de aparecerem algumas palavras fora do âmbito da pesquisa como *digno*, *discórdia*, etc.

Mais problemático é o tratamento de casos de concordância em número e pessoa (CNP), e em número e género (CNG). Trata-se de casos em que os elementos que estabelecem a concordância, por um lado, envolvem itens diversos como verbos, nomes, adjektivos, pronomes, e suas respectivas flexões (exs.(11) e (12)), e por outro podem estar distanciados em termos de localização no texto(exs. (13) e (14)):

- (11) “bem as coisas andava mal “ (= coisas andavam) (CNP) (MX1MAT)
- (12) “...só ficou um filho lá -- casada com uma moça” (casado) (CNG) (CH1CET)
- (13) “ as minhas filhas nesta semana passada diz que” (disseram) (CNP) (CH1CET)
- (14) “é uma cidade (...) mais ou menos idêntico à de maputo” (= idêntica) (CNG) (CH1CET)

Uma das formas de resolver a questão acima seria recorrer à proposta apresentada em 3.2.2, marcando as categorias envolvidas, como verbo, nome, por exemplo. Porém, esta solução nem sempre é satisfatória uma vez que aparecem ainda muitos casos irrelevantes e, além disso, requer muito tempo, se se tiver em conta que seria

necessário voltar aos textos e fazer as marcações, num processo bastante moroso.

Neste contexto, surgiu a ideia de se recorrer a um outro programa designado PC TAGGER, que, à semelhança do já usado para a conversão dos símbolos, funciona com um conjunto de regras pré-estabelecidas.

As regras do PC TAGGER são constituídas por um dicionário (uma lista) contendo as principais características dos itens a reconhecer que podem ser categorias morfológicas ou sintáticas de qualquer língua. Assim, cria-se um código para cada categoria e, em seguida, uma lista das palavras que compõem a mesma. Para os verbos, por exemplo, pode-se estabelecer uma espécie de fórmula através da qual o programa fará a sua identificação.

Este dicionário não só se vai alargando à medida que aparecem novas situações não contempladas no acto da sua edição, como também está sujeito a possíveis actualizações. Uma vez que não é fácil construir uma lista completa ou, pelo menos, que inclua todos os casos previstos na gramática, muitas vezes acontece que, ou a palavra não está no dicionário, ou os critérios dados fazem com que, para uma mesma palavra, o programa apresente mais do que uma proposta de classificação. O investigador tem de percorrer o texto fazendo as escolhas correctas de entre as propostas apresentadas. Exemplo:

(15)

ESTA22SF1	<SM>	vão	á	machamba	<SM>	elas
	0 ⁸	V	PRE	NFS		
		fazem	a	comida		
		v	ART	NFS		

Estas classificações poderão ser colocadas logo a seguir às palavras, o que também facilita a leitura pelo OCP. Exemplo.

(16)

ESTA22SF1 <SM>/0 à machamba/NFS <SM>/0 elas/P
fazem/V a/ART comida/NFS

⁸ Os marcadores de pausas não são marcados razão pela qual aparece um zero (0).

Assim para o caso dos verbos, tendo já a categoria marcada, obter-se-ão, através do processo já descrito, as seguintes ocorrências e do verbo *dizer*:

(17)

- “MF22PF1 posso dizer/V que se eu não
MF22PF1 não digo/V que não podem mas
MF22PF1 a professora disse/V-me que <TP>
MF52SF1 como já disse/V portanto o cumprimento de <TP>
MF32M1 eu costumo quando digo/V alguma coisa entende
<PC>
MF32M1 o marido quando diga/V alguma coisa entender”

Contudo, é de salientar que, em programas deste tipo, particular atenção deve ser dada à formulação das regras pois o programa funciona apenas com os parâmetros que lhe são fornecidos, isto é, se estes forem ambíguos, naturalmente que os resultados não serão os esperados.

3.2.3. Limitações do programa OCP

Apesar do volume de operações que o programa pode realizar, ele apresenta algumas limitações.

Uma das grandes lacunas do programa é o facto de não poder resolver casos de omissões, isto é, é impossível pedir ao programa que procure algo que não existe no texto, como por exemplo a ausência do artigo (ex. (18)) ou do pronome pessoal reflexo (ex. (19)):

- (18) e chega lá apanha população (= encontra a população)
(MX23NAU)
(19) quando eu desloco para esta zona (= eu me desloco)
(MX1MAT)

O problema das concordâncias a longa distância parece não ter ainda igualmente uma solução à vista. Provavelmente, em caso de um estudo específico sobre fenómenos deste tipo, há possibilidade de se recorrer a um código que marque as omissões e outros elementos

ainda não tratados no texto, e só assim será possível fazer-se uma pesquisa.

3.3. Tratamento das variáveis sociais

Como foi já referido, o programa está capacitado para fazer o cruzamento entre as variáveis linguísticas e extralinguísticas, isto é, dado o comando, o OCP é capaz de fornecer os dados linguísticos solicitados acompanhados de uma informação sobre variáveis sociais dos informantes.

Como se sabe, uma das etapas da preparação do material recolhido, referida em 3.1, foi a introdução em cada uma das entrevistas de dados sociais, o que permite que, ao solicitar-se o levantamento de qualquer palavra ou frase, se possa ter ao mesmo tempo as características consideradas relevantes de acordo com o objectivo do estudo.

No exemplo (20), apresenta-se uma experiência de levantamento de dados referentes a uma construção, a passiva, em que ocorrem desvios à norma europeia. O método utilizado foi a procura de ocorrências de verbos terminados em do (particípio passado), seguido pela preposição com. Pediu-se também que o programa seleccionasse dados de indivíduos residentes no bairro da Maxaquene e Polana Cimento que tenham o Português como língua segunda, com o nível primário e secundário.

(20) do/V com/PRE 1

MX12SM1 fui dado/V com/PRE pessoas que podem
imaginar nascido/V com/PRE 1

MX32PM1 fui nascido/V com/PRE um machambeiro
oferecido/V com/PRE 1

MX42PM1 tem que viver com comida oferecido/V com/PRE
outros países mimado/V com/PRE 1

PC12SM1 porque eu era muito mimado/V com/PRE os pais

Como se pode verificar, pretendia-se com este exemplo fazer uma demonstração do cruzamento entre dados linguísticos (passiva) e algumas variáveis sociais (local de residência e nível de escolaridade), que aparecem assinaladas no início de cada ocorrência.

Assim, tendo como hipótese que a ocorrência dos desvios nas construções passivas têm a ver com aquelas variáveis, os dados obtidos demonstram o contrário, uma vez que, por um lado, estas construções ocorrem tanto em informantes de um bairro suburbano (MX) como de um bairro urbano (PC), e, por outro lado, são produzidas por indivíduos do nível primário (P) assim como do nível secundário (S). Parece assim razoável considerar que este fenómeno poderá ter outras motivações pois, pelo menos no exemplo (20), não parece haver uma relação significativa entre as passivas e as variáveis sociais seleccionadas.

4. O OCP E O ENSINO

Como foi já referido, o PPOM propõe-se criar um banco de dados com qualidade, onde os investigadores e profissionais da educação encontrarão material necessário para as pesquisas que visem não só estudos sobre o comportamento dos falantes mas também a melhoria da qualidade do ensino da língua portuguesa.

Neste contexto, pensamos que os dados obtidos através do OCP poderão contribuir para:

- . a elaboração de programas e materiais com vista a atingir os níveis de competência linguística e comunicativa esperados no fim de cada classe ou nível de ensino, assim como a correcção ou a introdução de melhorias no tratamento de matérias já contempladas nos programas existentes;
- . a resolução dos problemas identificados, tendo em conta todos os elementos intra e/ou extralinguísticos que intervêm em todo o processo de ensino da língua portuguesa em Moçambique (ver Martins & Monteiro, vol., II. cap. 4);

. a formação do professor, fornecendo elementos que o preparem para enfrentar a diversidade de situações relacionadas com o ensino da língua portuguesa em Moçambique.

Tendo em vista uma compreensão mais objectiva da forma como o OCP pode servir o ensino, apresenta-se em seguida uma pequena demonstração partindo de programas de ensino do Sistema Nacional de Educação em vigor.

Pretende-se, com os exemplos que se seguem, demonstrar, por um lado, como é que algumas das áreas previstas nos programas como a ortografia (ver ex. (21)) e o léxico (ver exs. (22) e (23)) podem ser exploradas com o auxílio do OCP e, por outro lado, dar algumas sugestões do tipo de trabalho que poderá ser desenvolvido partindo dos dados obtidos.

Na área da ortografia, por exemplo, o programa da 2.^a classe do EP1⁹, prevê que os alunos saibam ler e escrever palavras em que ocorram determinados grupos consonânticos como *fr, br, cr, tr, nh, lh, qua, que*, etc. Para tal, é necessário fazer um levantamento de palavras em que ocorrem os referidos grupos de consoantes. Neste caso, o OCP pode ser de grande utilidade, fornecendo uma lista de palavras acompanhada pela frequência com que ocorrem no texto, tal como se vê no exemplo seguinte¹⁰:

(21)	
BR	CR
br incar 36	cr iança 52
br incadeira 18	escre ver 14
fá br ica 13	ins cre ver 5
descob br ir 8	escri turário 5
lem br ar 7	cre scer 4
sob re 6	cre scidinha 2
br inquedo 4	cri ar 1

⁹ Ensino Primário do 1.º grau (1.^a à 5.^a classe).

¹⁰ Se necessário pode ainda incluir-se a indicação de quem produziu a palavra, o seu nível de escolaridade, idade, etc.

sobreviver 2	crente 1
dobrar 2	recrutado 1
obrigado 2	concretizar 1
obrigatoriamente 1	criada 3

Este levantamento permite não só obter um vocabulário usado na linguagem corrente do Português de Moçambique como também os contextos em que ocorrem, se necessário. Por outro lado, os grupos consonânticos em causa não são acessíveis através do dicionário porque nem sempre estão em posição inicial da palavra e o OCP possui várias formas de busca, não só no início de palavra, mas noutras posições também.

Uma outra área importante no ensino da língua é o léxico, e existem, nos programas, algumas actividades que visam o enriquecimento do vocabulário. Também aqui o OCP pode ser um auxiliar importante, uma vez que, partindo da identificação das palavras-chave de um tema específico, é possível conhecerem-se os contextos “naturais” em que ocorrem. A título de exemplo, a partir do tema “transportes”, abordado nas entrevistas, foram identificadas algumas palavras-chave como *chapa*, *cobrador*, *motorista*, *velocidade*, *dinheiro*, *acidente*, etc. Destas palavras, de acordo com o número de frequência, escolhemos as palavras *chapa* e *velocidade*. Os exemplos (22) e (23) apresentam alguns dos contextos em que ocorrem estas palavras:

(22) **chapa 7**

- a) IDAP4SF1 <RA> volto à casa de **chapa** e às catorze também de **chapa**
- b) LURA1PF1 tenho que apanhar outro **chapa** para xipamanine
- a) LURA1PF1 as pessoas preferiam viajar de **chapa**
- c) RAFM1PF1 meu pai não deixa eu subir **chapa** cem
- d) ARPC1SM1 volto à noite <SM> utilizo o **chapa** cem agora quinhentos
- e) NELC1SM1 sim sim vou de **chapa**
- f) GRAP2SF1 o **chapa** corre muito

(23) **velocidade 5**

- a) ODJC2?SF1 andam com muita **velocidade** não há respeito
- b) MATX3?PM1 os machibombinhas <PC> andam com grande **velocidade** <PC>
- c) MATX3?PM1 como aí vinha com alta **velocidade** virou
- d) JULM2?SF1 o problema de sempre é a **velocidade**
- e) ERAM2?SM1 eles funcionam bem só o excesso de **velocidade**

Através destes exemplos é possível conhecer o vocabulário típico do Português de Moçambique como por exemplo: *subir chapa* (PE = apanhar); *machibombinhas* (PE = autocarro semi-colectivo); o *chapa corre* (PE = anda depressa/ a alta velocidade).

Além disso, fornecem-nos vocabulário da mesma área semântica tal como os verbos *voltar/ir* (de chapa), *apanhar* (chapa), *pendurar-se*, *encher-se* (no carro) (= apinhar-se) ou os adjectivos *grande/alta/muita* (velocidade).

5. CONCLUSÕES

Como foi já referido, o PPOM constitui uma das primeiras experiências na recolha de dados do Português oral e, ainda que limitado à cidade de Maputo, constitui um ponto de partida para posteriores generalizações em relação ao comportamento linguístico dos falantes.

O tratamento do *corpus* do PPOM através do OCP inseriu-se nas iniciativas do projecto de construir uma banco de dados de língua oral com qualidade, de fácil acesso, usando métodos mais modernos e eficientes para a análise quantitativa de dados linguísticos.

A codificação do material, ou seja, a parte que corresponde à preparação dos textos a serem descodificados pelo OCP, é a que requer um trabalho cuidadoso na criação dos símbolos, de modo a garantir resultados satisfatórios com uma margem de erro mínima.

Na fase do levantamento de dados, o OCP revelou-se de fácil utilização ao proporcionar ao utente um acesso rápido aos dados com a possibilidade de combinar variáveis linguísticas e sociais acompanhados de informação estatística.

Finalmente ficou demonstrado que o OCP é de grande utilidade para o ensino. Com os dados obtidos através do programa, é possível conhecer o vocabulário típico do Português de Moçambique, explorar áreas semânticas e de enriquecimento de vocabulário, de acordo com as necessidades do ensino da língua portuguesa em Moçambique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aijmer, K., Altenberg, B. (eds) (1991) *English Corpus Linguistics*. New London and York York, Longman.

Bursell, P. (1995) Tips, techniques and guidelines for transcribing portuguese. Maputo, I.N.D.E (não publicado).

Hockey, S. (1988) *Micro OCP: User Manual*. Oxford, Oxford University Press.

Leech, G. (1991) The state of the art in corpus linguistics. In Aijmer, K; Altenberg, B. (eds).

Macedo, A. (1993) Constituição do Corpus do PEUL (Programa de Estudos do Uso da Língua/ Universidade Federal do Rio de Janeiro), comunicação apresentada no "Seminário sobre Informatização de Acervos da Língua Portuguesa". Unicamp, Universidade Estadual de Campinas.

Preti, D.; Melo, Z. (1993) Corpus Informatizado do Projecto Nurc/SP (Norma Urbana Culta/ São Paulo), comunicação apresentada no "Seminário sobre a Informatização de Acervos da Língua Portuguesa". Unicamp, Universidade Estadual de Campinas.

Scherre, M. (1992) Introdução ao Pacote Varbrul para Microcomputadores. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro & Universidade de Brasília (não publicado).

ANEXOS GERAIS

I - FICHA DO INFORMANTE

1. O INFORMANTE

1.1. CÓDIGO: _____

1.2. IDENTIFICAÇÃO

1.2.1. NOME: _____

1.2.2. SEXO: M [] F [] 1.2.3 - IDADE: _____

1.2.4. ESTADO CIVIL: _____

1.2.5. NATURALIDADE (PROV. CID. BAIRRO): _____

1.2.6. NÍVEL DE ESCOLARIDADE: _____ OUTROS CURSOS: _____

1.2.7. PROFISSÃO/OCUPAÇÃO: _____

1.3. MOBILIDADE

1.3.1. - TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO: _____

1.3.2 - OUTRAS RESIDÊNCIAS/DURAÇÃO: _____

1.4. CONHECIMENTO DE LÍNGUAS

1.4.1. LÍNGUA MATERNA: _____

1.4.2. LÍNGUA(S) DE COMUNICAÇÃO MAIS FREQUENTE(S) EM CASA: _____

1.4.3. COM QUEM/ONDE APRENDEU A FALAR PORTUGUÊS: _____

1.4.4. QUE OUTRAS LÍNGUAS CONHECE/FALA? _____

2. GRAVAÇÃO

2.1. A ENTREVISTA

2.1.1. CASSETE N.º _____

2.1.2. DURAÇÃO: _____

2.1.3. DATA: / /

2.1.4. LOCAL: _____

2.1.5. CONDIÇÕES TÉCNICAS DE GRAVAÇÃO

BOAS [] RAZOÁVEIS [] MÁS []

MOTIVOS: GRAVADOR [] FITA: []

AMBIENTE (RUÍDO, MAU TEMPO...) []

2.2 O ENCONTRO

2.2.1. CASSETE N.º _____ 2.2.2. DURAÇÃO: _____

2.2.3. DATA: ____/____/____ 2.2.4. LOCAL: _____

2.2.5. CONDIÇÕES TÉCNICAS DE GRAVAÇÃO

BOAS [] RAZOÁVEIS [] MÁS []

MOTIVOS: GRAVADOR [] FITA: []

AMBIENTE (RUÍDO, MAU TEMPO...) []

2.2.6. TEMAS

II - TÓPICOS DAS ENTREVISTAS

TÓPICO 1 - Namoro/Casamento

O que é o namoro para si?
Que utilidade tem essa relação entre duas pessoas?
Com que idade se namora ou se deveria namorar? Porquê?
Qual a sua opinião sobre o casamento?
Por que razão há muitos casamentos que não duram?
Acha que os pais podem ajudar os filhos a fazer um bom casamento?
O que propõe para que os casamentos sejam duradouros?
O lobolo poderia reduzir o número de divórcios?
Concorda com o lobolo? Porquê?
Como se faz o lobolo?
Uma vez casado, quantos filhos gostaria de ter? Porquê?
Pode contar um acontecimento feliz relacionado com a sua vida de casado(a) ou com a de alguém que conheça? Por exemplo: a festa de casamento, o nascimento do 1º filho.

TÓPICO 2 - Emprego e Custo de Vida

Gosta do trabalho que faz? Sente-se realizado?
O trabalho que faz é o que sempre desejou?
Como iniciou a profissão que exerce?
Qual a profissão com que sempre sonhou? Porquê?
Como é o relacionamento entre você/senhor(a) e os seus colegas? E com os chefes, a direcção?
Acha que as mulheres podem ocupar cargos de chefia?
Acha que recebe um salário suficiente?
Pode descrever o que gostaria que sucedesse em termos de melhorias no emprego, novas oportunidades, custo de vida actual?

TÓPICO 3 - Educação

Acha que uma pessoa que não foi à escola é mal educada? Porquê?
Para que serve a escola?
O que faz a escola para educar?
Que aspectos negativos encontra na escola?

Há muita diferença entre o que a escola faz hoje e a escola no seu tempo?
O que fazem os pais e as outras pessoas para educar as crianças e os jovens?
Como é que os pais educam as raparigas?

TÓPICO 4 - Deslocações e Transportes

Como costuma deslocar-se para a escola, emprego?
Que problemas enfrenta quando tem de se deslocar?
O que acha do serviço de transporte na cidade de Maputo?
O que se deveria fazer para melhorar a rede de transportes na cidade de Maputo/fora de Maputo?
Gosta de viajar? Porquê?
Há diferenças entre as viagens de décadas anteriores e as que (se) realiza(m) actualmente? Em que aspectos?
Relate:
- uma viagem de que tenha gostado
- aventuras por que passou numa viagem;
- aventuras acontecidas com algum amigo, familiar.
Para que (outros) lugares gostaria de ir? Porquê?
Que meio de transporte usaria nessas viagens?
Que meio de transporte gostaria de adquirir? Porquê?

TÓPICO 5 - Autobiografia-Infância

Com quem viveu a sua infância?
Que ocupações tinham as pessoas que viviam consigo?
Conte como decorreram os seus estudos primários.
Relate-nos jogos, brincadeiras que realizava com os seus irmãos, companheiros.
O que fazia para ajudar os seus pais, irmãos?
Qual o acontecimento mais importante da sua vida, e que mais o(a) marcou?
O que gostaria que se fizesse para que muitas crianças tenham uma infância feliz?

III AMOSTRAGEM DAS GRAVAÇÕES

1 ENTREVISTAS

1.1 - Extracto da entrevista MX9KUT

AT¹: *para além da viagem que:/ das viagens que o senhor tem feito à manhiça não terá feito outras viagens? por exemplo aquela que fez até à namaacha como é que foi? conta lá*

KUT: bem: a viagem que eu fiz à namaacha foi uma espécie de aventura posso dizer que foi uma viagem de aventura porque em princípio eu não conhecia ha o distrito de namaacha ha fiquei muito surpreendido quando cheguei na escola em mil novecentos e oitenta... fui ver a lista dos alunos que eram transferidos e que lá constava o meu nome e que eu deveria seguir a escola secundária de namaa:cha inclusive eu tive que reclamar porque não conhecíamos os professores deram moral que/ «olha -- acho que não é você sózinho que vai para lá são muitos alunos vocês vão ser acompanhados aqui por um professor até: a escola secundária de namaacha»/ bem procurei saber qual era o: meio que a gente devia utilizar para poder alcançar aquele sítio disseram/ que para lá vai-se de:: autocarro que esse autocarro as pessoas podem/ «vocês podem apanhar no coiso na na vitória ao pé da fábrica vitória» então a gente organizou-se no dia quinze de fevereiro do mesmo ano partimos para o:/ para a escola secundária de: de namaacha onde fomos recebidos e atribuídos os sítios para: o nosso alojamento sim

AT: *como é que foi essa viagem? foi agradável porquê?*

KUT: realmente foi agradável porque tive a oportunidade de ver uma outra paisagem que: na minha vida nunca tinha visto né? ha uma paisagem: bem bonita e tal vê-se lá montes -- e montanhas -- com uma floresta densa... e muitas outras coisas que pude ver ao longo da do ao longo da viagem/ sim

¹ AT: Sigla do entrevistador.

AT: *muito bem ha relativamente a educação falou nisso disse ter estudado na manhiça ... depois estudou também em namaacha...e mais tarde na francisco manyanga o quê/ que tem a dizer sobre estes três sítios?*

KUT: sobre estes três sítios posso dizer que fiquei mais ha alegre quando estive na escola secundária de: de namaacha também porque estava num nível um pouco elevado já tinha uma certa visão sobre -- as coisas né? ali o indivíduo pelo menos tem/ tinha a mínima noção de de investigar certas coisas e: sentia-me:/ alegre porque: para além de me dar com com os colegas dava-me mesmo com os professores eu ia mesmo à casa dos professores ... lá: estudar...os professores davam-me certas explicações .../e: além disso eu também dava: aulas/ aulas de alfabetização aos trabalhadores da da godica- há uma empresa lá que se chamava godica - e a veterinária dava lá aulas de:: matemática.../ matemática e ciências/ ciências chamavam de ciências geográficas lá/ ciências naturais melhor digo é isso

AT: *sim ha que comparação o/ pode fazer.../ em relação ao ensino... no seu tempo e ao ensino... hoje em dia?*

KUT: bem em relação ao ensino naquela altura e o ensino neste preciso momento posso estabelecer uma grande diferença/ existe uma grande diferença naquela altura é verdade que::/ não era qualquer indivíduo que devia --/ ou que deveria ingressar a escola em princípio -- deviam ingressar a escola - nesse caso nas escolas oficiais - os filhos dos pequenos burgueses... os filhos dos assimilados.../ não sei quantos mas que:: qualquer outro indivíduo poderia ir à escolas mas lá havia problema da/ de da palmatória que muitos alunos/ ou que muitas pessoas receavam tal da palmatória mas eu tive sempre coragem de enfrentar a palmatória não tinha prob// não tinha medo nenhum e também a educação naquela altura não era tão cara como hoje se verifica/ porque hoje em dia o aluno para poder tirar a sua décima primeira classe é preciso que os pais suem tanto... há problemas das propinas... há problemas do material didático... que é: muito caro há problema também da própria matrícula que o aluno deve contar um bom dinheiro para poder se matricular não digo para quem vai à universidade que aí já é necessário mesmo que seja filho de alguém para poder suportar as despesas de educação na universidade/ sim

AT: *em termos da própria qualidade de ensino?*

KUT: ha em termos da pró// da própria qualidade de ensino julgo que::/ o ensino neste preciso momento;/ reveste-se de uma boa qualidade mas também é preciso -- ver que:: não exi/ / não há aquela atenção que na altura havia né? ultimamente os aluno:s no// não tem-se dedicado tanto ao estudo tal como era desejado né? porque o aluno: ultimamente opta por utilizar a cábula ou opta por subornar o professor para poder transitar também / bem! muitas outras coisas que os alunos utilizam para poderem transitar de classe/ claro existem aqueles que mesmo transitem de classe utilizando os seus próprios esforços mas também existem aqueles que têm utilizado outras vias para poderem transitar de de classe sim

AT: *tem algum conhecimento de um caso de:de passagem por suborno?*

KUT: bem em relação a isso: não posso precisar de comentar mas: tenho acompanhado mesmo a verdade de de exames ... a venda de exames ... em muitos estabelecimentos de ensino embora não possa precisar de citar em que estabelecimentos de ensino isso se deu/ mas temos acompanhado através da informação... que houve venda de exames/ até inclusive são anulados certos exames até à elaboração ou até à nomeação de uma comissão de inquérito... para investigar certos casos ou certas anomalias verificadas sim

AT: *uma pergunta importante -- mas estudar é mesmo uma coisa útil?/ é mesmo importante estudar?*

KUT: é real! é muito real isso -- estudar é uma coisa muito útil porque o indivíduo que estudou tem o seu futuro garantido ... tem o seu futuro garantido e: onde quiser se empregar ... acho que pode se empregar mediante os seus conhecimentos né? mediante os seus conhecimentos enquanto que o indivíduo que não estudou olha! é muito difícil/ muito difícil para arranjar emprego nem digo hoje em dia em que é preciso que o indivíduo reúna pelo menos as habilitações mínimas décima primeira classe ou o ensino superior para poder ter os empregos sim

AT: também se diz que as crianças vão hoje à escola mas quando voltam para casa perdem respeito para com as pessoas com quem convivem/ quer dizer a escola não ensina nada?

KUT: bem a escola ensina né? se as pessoas/ não só na escola é/ que se deve ensinar né? mesmo em casa os alunos ou as crianças merece a educação do do do dos seus pais ... a criança deve sair da da casa com uma mínima educação do do do do seu pai ... chega na escola também adquire a educação do do coiso/ do seu professor e:: unindo essas duas fases de educação julgo que já há uma razão para tal para a criança poder ter o mínimo de de respeito se a criança sai da casa o pai não se preocupa em educar a sua criança ... só se limita a dizer «olha vai à escola ... o professor é que vai-te educar» nem sempre isso pode corresponder à à verdade né? nem isso sempre pode corresponder à verdade sim

AT: a propósito o senhor é pai como é que educa os seus filhos?

KUT: bem -- eu sou pai tenho - sempre estado com as minhas crianças aqui em casa ... sempre tenho aconselhado/ qual o comportamento que elas devem ter em relação às pessoas que:/ apanham pelo caminho em relação aos próprios professores devem saber saudá-los ... de boa maneira ... quando o professor lhe manda deve cumprir ... obedecer as orientações do seu professor assim como para qualquer outra pessoa que deseje um certo ofício assim deve cumprir sim

AT: para a construção do lar normalmente se começa pelo namoro e depois o casamento o que é que estas duas coisas dizem para si?

KUT: bem realmente é isso preciso/ primeiro é preciso namorar para depois: casar: casar-se né? e eu em relação a isso poderia dizer que: tive oportunidade de namorar com uma moça ... da minha própria zona ... com ela namorei/ tive três anos de de namoro ... a caminho mesmo dos quatro anos ... a gente estava a estudar ... o comportamento um do outro e vi realmente a moça: res// correspondia a a minha/ ao meu desejo né? correspondia ao meu desejo e: aos cinco anos a gente veio a contrair matrimónio estou viver com ela já há mais de: sete anos e nunca houve problema ... temos tido um bom relacionamento ... existe um respeito tal entre nós os dois -- não entre nós só mas com os meus pais ...para com os pais -- dela sim

AT: *então que comparação pode estabelecer entre o namoro no seu tempo e o namoro hoje?*

KUT: bem eu posso estabelecer era que: posso dizer que .../ em relação ao namoro naquela altura e neste preciso momento existe -- uma série de de diferenças né existe uma série de diferenças enquanto que naquela altura o namoro era um namoro mesmo com um certo objectivo existem certas famílias que não admitiam que o/a sua filha fosse namorada por um um um rapaz só por simplesmente para passarem um tempo/ tinham que namorar mas tendo um certo objectivo por atingir enquanto que hoje em dia o namoro: parece uma coisa que: as pessoas/ para elas é um meio de divertimento né? as pessoas estão estão uns dois dias a namorar no dia seguinte: ah pá separaram-se porque «este é assim aquele é assim não sei quantos» quer dizer as coisas não chegam a atingir uma maturidade tal! uma maturidade tal que isso provoca mesmo tantos desastres entre -- os namorados sim

1.2. Extracto da entrevista PC1URA

AT: *Isaura pode nos falar um pouco da: sua infância?*

URA: ha eu nasci em mil novecentos e setenta e três -- portanto no dia seis de agosto e de lá vivi com os meus pais cresci com:/junto deles e comecei a estudar co:m sete anos de idade isso na escola primária três de fevereiro onde concluí o ensino primário em mil novecentos e: -- oitenta e quatro -- daí transferi-me para uma escola pré/pré-primária que é a escola secundária da maxaquene isto na: ...eduardo/na avenida ahmed sekou touré -- daí fiz a classe em mil novecentos ha -- fiz o ensino né :/em mil novecentos e: oitenta e oito passei agora para a josina machel e eu acho que até próximo ano poderei concluir o ensino/o ensino pré-universitário aqui nesta escola --

AT: *isaura/agora vai falar um pouco do que fazia quando era pequena*

URA: quando eu era pequena era muito cómoda né:... minha mãe sempre dizia “isaura tens que fazer isto não sei quê” eu gostava muito de brincar com bonecos outras coisas/carrinhos brincava com areia minha mãe sempre não me deixava mas eu sempre eu ia lá brincar/no entanto uma das vezes

quando eu estava na segunda classe o meu pai batia-me tanto porque eu não gostava de estudar... então ele tinha que insistir deixava umas cópias do livro para eu ficar a fazer aquele trabalho e viesse apresentar mais logo quando ele voltasse do serviço assim eu ficava a brincar e minha mãe dizia “olha menina vai estudar porque senão o teu pai há de vir te bater ... não sei quê” eu dizia ha “hei de ir” então o velho vinha ver aquil//aquele trabalho pá erros não sei quê corrigia então mandava-me fazer a cópia das palavras erradas não sei quê -- eu sempre fazia esse trabalho mas/cresci na companhia das minhas irmãs - tenho seis irmãs mais novas que eu - portanto sou mesma velha da casa --

AT: normalmente nessa idade nessa fase infantil há sempre episódios que nos marcam não é? que ficam connosco por terem sido alegres ou por terem sido tristes eu queria que a isaura agora nos contasse um desses episódios

URA: bem ha sobre isso... na minha infância eu -- fui muito feliz! só que: na fase de adolescência né/ é onde tive muitos problemas após quando o papá descobre que já estou a crescer... estou na fase de que os meninos poderão me perseguir ... então ele começou a apertar-me! eu/eu ia à ginástica no ministéria da educação voltava ia lá de manhã voltava às doze ia à escola às dezoito estava em casa! portanto ele começou me a impedir comecei a treinar para a escola quando estava na escola primária/pré-primária - pré-preparatória aqui na maxaquene começou a me proibir de treinar ... porque eu podia ter namoradinhos... não sei quê ele começou a me impedir dezassete horas tinha que estar em casa ... trancada ... não podia brincar com ninguém ... eu me sentia muito mal porque eu gostava de brincar ter amigos tinha muitos amigos e amigas mas papá não me deixava brincar é onde eu me sentia mal... às vezes pensava em fugir de casa mas não podia fazer nada e num momento em que: -- com os meus dez anos meu pai e minha mãe separaram-se eu comecei a tomar conta de casa era-me/foi muito difícil encarar -- as coisas naquela altura ... eu não sabia cozinhar não sabia fazer nada -- serviço de casa comecei ai a -- a trabalhar... aprender ir ao mercado cozinhar... essas coisas todas mas foi um momento muito mau para a minha vida porque eu: não estava preparada para encarar aquele tipo de -- de/de situação --

AT: digamos que esse foi o acontecimento triste e o outro acontecimento que tenha sido alegre então --

URA: ha acontecimentos mais alegres da minha vida na infância né? ha – eu a minha mãe dava-me passagens de viagem ... viajava comigo sempre e eu gostava né e tinha a minha avó que ia sempre a suazilândia pude ir ver/visitar a suazilândia pela primeira vez quando tinha oito anos de idade e lá vi que as coisas eram muito diferentes daqui de maputo... a vida de lá as pessoas de lá eram mais bonitas... mais gordas... e/eu... gostaria também não é quando eu era criança dizia que “eh pá quando eu crescer vou viver lá...” não sei quê só que acontece que agora já que estou crescida começo a ver que a vida não era ...aquilo que eu via dantes e já não penso em ir viver lá!

AT: onde é que pensa ir viver?

URA: não eu prefiro ficar aqui no Maputo ou -- estados unidos!

AT: porquê estados unidos?

URA: porque/eu acho que lá a vida -- está mais ou menos né quer dizer nunca ouvi falar assim muito mal mas a vida de lá está normalizada para todo ... para todas as pessoas... para todas as pessoas que vivem lá! não têm assim tantas dificuldades como por exemplo nós temos aqui não têm problemas de guerra pode ter ter mas tem tido soluções mais óbvias e muito rápidas

AT: por falar em viagens que fez na infância ha tu tiveste mais viagens para além dessa?

URA: sim tive agora por exemplo que estou... crescidinha fui sozinha na companhia da minha prima fui até à suazilândia novamente fui lá visitar aquilo/ só que eu não sabia falar a língua de lá mas como sei um pouco de inglês pude me conversar pude perguntar isto mais aquilo para comprar uma coisa e sabia me contactar com as pessoas que estavam lá

AT: *e como é que foi essa viagem? conte lá a ... foi de carro ... foi: de avião como é que foi ?*

URA: para lá eu fui de de de machibombo saí daqui até -- ali à vitória apanhei os chapas dali para -- para/a namaacha chegámos em namaacha entrámos ali na fronteira -- dali passámos das migrações para carimbarem os passaportes de entrada não sei quê depois dali encontrámos o carro/apanhámos o machibombo de lá na suazilândia quando eram catorze e trinta saímos de lá até/chegámos a manzine quase dezasseis horas -- e -- lá procurámos os hotéis para a hospedagem assim conseguimos localizar ficámos lá hospedados dois dias

AT: *ninguém da família vos esperava lá?*

URA: não porque a família está assim distante e nós não quisémos dar trabalho quer dizer nós íamos lá passar exactamente fim de semana não queríamos demorar levar mais tempo por isso que não avisámos que íamos lá

AT: *e durante essa vossa estada lá a vida como foi? foi difícil? o dinheiro que levavam foi suficiente para pagar tudo?*

URA: o dinheiro foi suficiente para pagar tudo e: eu observei que as pessoas de lá são: vivem de uma maneira... tal que não podia suportar aquela vida ... na vida de hoje né como já sei como se vive ... eles por exemplo podem comer na rua é o normal podem -- quer dizer/ tudo para eles é normal ficam fora só que observei uma coisa que as pessoas de lá parecem ter um horário para poderem se separarem da cidade a cidade praticamente quando são -- dezanove horas tem que ficar sem ninguém a partir dessa hora para a frente todo o mundo recolhe pá não apanhas ninguém a andar na rua à noite como nós fizemos aqui em maputo! aqui em maputo a qualquer hora alguém está a circular carro tudo mais mas agora lá é diferente ... agora o que não cheguei a saber os porquês daquele: -- daquele tipo de vida não cheguei a saber mas houve quem teve a oportunidade de me explicar “porque as pessoas vivem longe da cidade e apenas as cidades têm lojas fábricas não sei quê” e é por essa razão que as pessoas têm que se recolher muito cedo porque vivem nas montanhas é muito longe e não têm transporte para ir até lá onde vivem

2. ENCONTROS

2.1 - Extracto do encontro CH17LUM

LUM: qual é a velocidade máxima que tem xxx

PAR1²: cento e sessenta quilómetros

LUM: alguma vez já conseguiu também andar xxx

PAR1: ainda não temos estrada para tal

LUM: era capaz de andar a essa velocidade?

PAR1: ah claro!

LUM: mas o teu irmão já já é o contrário

PAR1: é o contrário

LUM: ele ele não consegue atingir essa velocidade

PAR1: ah também ele tem muito tempo sem andar de mota

LUM: mas aquela mota que ele tinha ha --

PAR1: tinha há quanto tempo está parada já passa um ano e eu tenho a mota como se estivesse com um relógio no pulso

LUM: ah claro mas também aque// aquelas motas da marca uz têm problemas muito sérios ha para assistência técnica daquelas motas ha -- é preciso fazer um trabalho muito muito duro para arranjar peças sobressalentes

PAR1: isso é muito claro aqui em moçambique mesmo a honda é muito difícil arranjar peças sobressalentes pode haver mas são caras

LUM: eu estava a pensar em comprar aí uma suzuki cento e vinte e cinco mas receio não poder arranjar peças não sei qual é a sua opinião ha relativamente a ha --

PAR1: suzuki cento e vinte e cinco são raras ha é como a uz

LUM: são raras né?

PAR1: é como a uz

LUM: então deve ter problemas?

PAR1: terás muitos problemas

LUM: então o que é que me aconselhas que eu não comprasse?

PAR1: para meio de transporte podes comprar mesmo uma bicicleta

LUM: uma bicicleta? uma bicicleta não dá jeito nenhum porque olha é preciso ter muita energia para poder conduzir a própria bicicleta né? depois o equilíbrio -- você tem que fazer equilíbrio e:: para ter para ter possibilidade de

² PAR1: Primeiro interlocutor (parceiro) do Informante no Encontro.

PAR1: mas aconselho-te também a andar na bicicleta por uma coisa tu hás-de precisar de mais energia menos combustível menos óleos e é a coisa que sai mais barata para ti

LUM: mas o problema também é de morosidade não é a pessoa pega na bicicleta precisa de chegar na baixa ha vai perder muito tempo só a fazer o trajecto daqui para baixa cerca de trinta minutos ou mais ao passo que numa motorizada não, é logo cerca de cinco minutos né?

PAR1: ya mas só que uma pessoa andando de motorizada né? tu não vais andar na mota porque vais comprar um maço de cigarros na baixa sai-te mais caro

LUM: ah claro mas é mais barato também ir de mota à baixa do que -- é mais barato do que chapa cem

PAR1: não

LUM: não

PAR1: é mais barato ir de chapa cem que de mota

LUM: não numa mota tu podes ir com um amigo ha portanto contas logo duas pessoas e à volta ha também mesmas duas pessoas portanto ha se fosse chapa cem era preciso dispendir ha

PAR1: dois mil

LUM: dois contos o contrário da mota não penso que a pessoa não acaba um litro de gasolina daqui para baixa e voltar

PAR1: se é que vê lá se não vais à baixa e voltas sem a mota

LUM: com um litro de gasolina?

PAR1: sim! roubam-te a mota

LUM: ah sim esse é outro problema dos ladrões já contaram-me uma história aí de um ladrão de motas ali para o prédio dos trinta e três andares dizem que chegou lá alguém pá estacionou a sua mota o ladrão também chegou lá pá queria rou//queria surripiar a mota entretanto o que é que fez? trazia um cadeado e: uma corrente ha: chegou portanto fechou a roda de frente porque a de trás o dono da mota tinha fechado entretanto ele saiu escondeu-se aí perto nisto o dono portanto desce para sair da mota e viu que pá a roda de frente estava fechada decidiu ir buscar uma chave de fenda e um machado para ver se arrombava o cadeado estranho que estava lá a verdade é que ha -- naquela altura o ladrão aproveitou tirar a a sua chave pegou na mota e foi-se xxx com ela portanto há muitas coisas que acontecem cá no maputo estragos né?

PAR1: ya são coisas

LUM: por isso é sempre aconselhável um indivíduo andar de motos bem grandes -- uma motinha cinquenta facilmente se rouba

PAR1: uma vez acompanhei que há um senhor que tinha a casa toda ela gradeada e os os ditos ninjas né? foram para lá para irem roubar a alta noite viram que a casa toda estava gradeada então eles abrem a torneira

LUM: mas a torneira da --

PAR1: no jardim

LUM: sim senhor

PAR1: abrem a torneira a torneira tira água

LUM: pois

PAR1: e os donos o dono da casa corre abre a grade para ir fechar a torneira e foi quando os gajos tiram a arma né? apontam ao dono da casa dizem que “não, não é preciso fechar a torneira” está a ver? são coisas que acontecem

LUM: ou//ou//outro indivíduo tinha estava na sua residência né assistir televisão muito bem entretanto o ladrão chega rouba a antena lá lá do tecto entretanto a televisão já não conseguia sintonizar nenhuma estação e o dono da casa fica muito preocupado sai pá ah descobriu que era a antena que se tinha deslocado sai e vai acertar a antena né só que deixou a porta aberta os ladrões entram dentro da casa tiram-lhe o televisor o vídeo e mais alguma coisa que estavam mais perto foram-se embora o dono da casa quando desce verifica lá para dentro da casa viu que eh pá o televisor que deixou lá dentro já não estava no sítio e quando sai lá para fora para ver de facto o que teria acontecido quando olha para o tecto nem a antena já estava lá

PAR1: levaram tudo junto

LUM: é verdade mas tu disseste que ias para o jogo não não percebi bem xxx

PAR1: xxx

LUM: lá lá no peixoto ((mudança de tema)) uma carrinha fechada não, fechada não lha caixa aberta

PAR1: caixa aberta

LUM: eu sei eu sei que na suazilândia é possível suazilândia ou áfrica do sul é possível comprar uma carrinha com: dez mil rands tu consegues pá apanhar aí uma datsun ou uma toyota hiluxe e: bmw de bom jeito para os meus trabalhos particulares né?

PAR1: que trabalhos porque há vários tipos de trabalho há os famosos chapa cem?

LUM: chapa cem não vale a pena com isso é só para estragar a viatura né?

PAR1: hum

LUM: eu posso me meter pá aí na coisa na praça e cobro aí taxas de aluguer para transporte de certos materiais ha sacos pá aquelas senhoras aí do mercado quando quiserem ir buscar o peixe podem-me alugar por exemplo

se eu conseguir um rendimento diário de cem ... cento e cinquenta contos acho que já não é nada mau

PAR1: já dá para ir às barracas?...

LUM: ha barracas? as barracas sempre trazem barracas pá

PAR1: ah claro né

LUM: não dá pelo menos fazer dar uma festa em casa aí fim de semana com amigos pá

PAR1: estar no jardim com a família

LUM: família sim

PAR1: a trocar uns copos...

LUM: sim

PAR1: ya

2.2. Extracto do encontro MX17ALB

PAR1: mamã -- antigamente -- da nossa -- ha da nossa -- familiar -- como conhecer você mamã? que você viviam você sabe não é? sim não antigamente vivia sempre comia mandioca ... dançavam ... xingombela ... brincava ... comia ... ((tosse)) esse -- sei lá se o quê! muita coisa né? não sei se: -- agora -- pra nós podemos fazer?

ALB: bem antiga eu andava na escola -- mas primeira lá na nossa terra manjacaze até lá aquela escola era andar as casa em casa levar as crianças pra lá na escola pra ir pra quê dar roupe ((tosse))

PAR2³: é verdade o que está a dizer isso?

ALB: é sim senhora

PAR2: não

ALB: é sim senhora é o régulo dingane não é mentira é é

PAR2: é verdade vovô

ALB: depois régulo dingane vamos lá dar roupa pra ir dar roupa quando ia entrar lá na escola volta vai lá no machamba entrar dentro da machamba com a crianças e levar

PAR1: xxx as crianças lá na machamba

ALB: him machamba

PAR1: é aonde na sua machamba?

ALB: é lá machamba de manguene de mandioca e mandoim

PAR1: só isso?

³ PAR2: Segundo interlocutor (parceiro) do Informante no encontro.

PAR2: e feijão nhemba?

ALB: feijão nhemba não é tempo minha senhora agora nesse tempo é tempo de coiso de frio

PAR1: xxx

ALB: grande feijão nhemba era tempo de frio depois começamos estudar lá depois quando estudar ... sábado tem que ser escolher o outro que fica em casa do professor na cozinha quando escolhermos sábado volta sábado e outro sábado para em casa dele/bem para ficar lá

PAR1: ham ficar esse tempo o professor não faria

ALB: é era da vizinha

PAR1: não tinha senhora

ALB: senhora? mas não pode trabalhar

PAR1: porquê?

ALB: porque é um senhor da professor

PAR1: é mentira

ALB: não é mentira é verdade/a nossa professora é raul santo dima

PAR1: yá eu conheço yá aquele professor aí

ALB: é a primeira professor de manjacaze aquele ali primeira professor de manjacaze mas fica lá na cozinha lá -- lavar ... voltou cozinhar voltou lavar roupa e parar e depois no sábado arranjar coiso tenha mas na em casa para ir dar professor sábado sábado pra em casa de professor a nossa escola era perto de coiso hospital

PAR1: você ficará?

ALB: na//nossa casa

PAR1: mamã ficara: na: agora tempo de agora esse esse sei lá se é o quê esse escolinha não sei o quê

ALB: ham escolinha de agora é bom mas não é bom porque o dinheiro de pagar escolinha são vinte contos

PAR1: não chega só vinte conto ainda passa mas de vinte conto porque mês e mês vocês pagam dois conto e quinhento uma das vezes

ALB: agora primeira a na escolinha era -- coisa vinto eu foi perguntar lá na coisa no no ali na no coiso

PAR1: xxx

ALB: na escolinha do coiso do distrito número três disse que iá sã

PAR1: mas se eu dizer agora quer vinte conto mas você não sabe mês e mês você paga

ALB: agora já às vezes passa não é vinte -- às vezes passa mesmo

PAR1: você gosta de pagar vinte contos por mês dessa escolinha? porque ele estuda bem ou não?

ALB: embora não é estudar bom -- mas come lá a criança às seis vai lá levar às dezanove e trinta para em casa ... de tratar aquela criança é muito o dinheiro

PAR1: também bom -- mas eu acho que o tempo passado não estudavas escolinha xxx mas estudavam na escola e: levavam mandioca para escola e comerem aí sim mas mesmo assim estudavam bem ou não?

ALB: estudava bem porque aquela antiga não tinha -- não tinha caderno não tinha nada nossa caderno era só no chão

PAR1: ah! sim muito certo!

ALB: era aqui no chão mesmo escrever no chão na areia depois passar ... passar ... passar ... depois entra coisa/coisa/na na esteira

PAR1: mas tem

ALB: na na xxx depois xxx depois começar escrever ali agora uma caderno agora custa trinta e cinco

PAR1: antigamente era quanto?

ALB: era uma quinhenta até quando comprar coiso

PAR1: era escudo né?

ALB: comprar aquele ali coiso de coiso ardósia

PAR1: sim

ALB: era dar um coiso um coiso um porteiro era dar uma porteiro dar mesmo sem comprar nada agora custa eu tenho minhas netos cada um lápis ou lapiseira custa mil

PAR1: antigamente era assim?

ALB: semana passada eu tirou dois mil e quinhentos comprar coiso duas canetas para minhas netas outra encarnada são minhas

PAR1: então veja minha senhora que as coisas agora e antigamente não são mesma coisa

ALB: não

PAR2: de agora muito mal minha senhora porque as coisas de agora sai de longe para cá agora isso aí também é uma coisa que deve custar muito dinheiro né?

ALB: tem de longe mas outro faz aqui -- a caderno para aqui porquê no no corta o preço?

PAR1: tá: bem é que a vida já:

ALB: ele tem que cortar o preço porque há muitas crianças aqui não há-de estudar ante agora não estudam agora não estuda por causa disso de dinheiro dinheiro para comer é difícil nem para vestir as crianças é difícil como é que vai estudar? não pode estudar porque as coisa agora ...

PAR1: antigamente tinha esse coisa chamada «mussoco» já não tem só esta/nesse espectáculo ali

ALB: esse coisa de mussoco: também era bom tempo de mandioca ... tempo de mandoim ... qualquer talho de vizinha brinca com mussoco quando comer mandioca cozido ... mas anda brincar com mussoco agora

PAR1: já:

ALB: agora -- mussoco de agora é sassaricar

PAR1: sassaricar tá ver!

ALB: a mussoco de agora é espectáculo

PAR2: é hospital/tenho uma pergunta mas o quê que sobre a paz o quê que você vê para a paz nesse tempo de agora?

ALB: a paz? -- eu ainda não vejo nada a paz porque ainda não está ficar bom bom aquele aquele queria para saber que com a paz é isto -- hum ainda não chegamos o baso porque o renamo ainda não vem para --

PAR1: tem muita razão mas desde quando começou trabalhar na frelimo?

ALB: eu? em mil novecentos e setenta e quatro até agora estou dentro do partido frelimo